



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Planejamento  
e Gestão*

# PERFIL POPULACIONAL DO CEARÁ

Organizador:  
**Leandro Oliveira Costa**

# **Perfil Populacional do CEARÁ**

**Leandro Oliveira Costa**

**Eveline Barbosa Silva Carvalho**

**Elisa de Castro Marques Ribeiro**

**Daniel Cirilo Suliano**

**Raquel Silva Sales**

**Vitor Hugo Miro**

**Jimmy Lima Oliveira**

## **GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**

Cid Ferreira Gomes – Governador

## **SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)**

Desireé Custodio Mota Gondim – Secretária

## **INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)**

Eveline Barbosa Silva Carvalho – Diretor-Geral

### **Organizador**

Leandro Oliveira Costa

### **Autores**

Leandro Oliveira Costa

Eveline Barbosa Silva Carvalho

Elisa de Castro Marques Ribeiro

Daniel Cirilo Suliano

Raquel Silva Sales

Vitor Hugo Miro

Jimmy Lima Oliveira

### **Colaboradores**

Luciana de Oliveira Rodrigues

Maria Micheliana Costa Silva

---

PERFIL POPULACIONAL DO CEARÁ

v-1 - 2010 -

Leandro Oliveira Costa , Eveline Barbosa Silva Carvalho, Elisa de Castro Marques

Ribeiro, Daniel Cirilo Suliano, Raquel Silva Sales, Vitor Hugo Miro,

Jimmy Lima Oliveira

ISBN: 978-85-98664-18-7

Tiragem: 1.000 exemplares. 84 páginas.

1- Ceará - Estatística. I - IPECE.

CDU 31 (813.1) (05)

Copyright © 2010 - IPECE *Impresso no Brasil*

---

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)  
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora  
Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar  
60830-120 – Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

Governo do Estado do Ceará  
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE

# **Perfil Populacional do CEARÁ**

**Leandro Oliveira Costa**

**Eveline Barbosa Silva Carvalho**

**Elisa de Castro Marques Ribeiro**

**Daniel Cirilo Suliano**

**Raquel Silva Sales**

**Vitor Hugo Miro**

**Jimmy Lima Oliveira**

Fortaleza-CE  
IPECE  
2010



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	7
<b>1. PERFIL DA INFÂNCIA NO CEARÁ</b> .....	5
1.1 Aspectos Demográficos .....	10
1.2 A Família e os Domicílios das Crianças .....	13
1.3 Educação das Crianças .....	17
1.4 A Saúde das Crianças .....	20
1.5 Trabalho Infantil e Violência Contra Criança .....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	28
<b>2. PERFIL DA JUVENTUDE DO CEARÁ</b> .....	25
2.1 Aspectos Demográficos dos Jovens .....	30
2.2 A Família e os Domicílios dos Jovens .....	32
2.3 Educação dos Jovens .....	34
2.4 Mercado de Trabalho e Renda da Juventude .....	38
2.5 Perfil dos Jovens Chefes de Família .....	42
2.6 Considerações finais .....	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	44
<b>3. PERFIL DO IDOSO NO CEARÁ</b> .....	45
3.1 Características Demográficas dos Idosos .....	46
3.2 Aspectos do Idoso na Família .....	49
3.3 Aspectos Educacionais dos Idosos .....	50
3.4 Rendimento, Mercado de Trabalho e Previdência .....	51
3.5 Incidência de Pobreza entre Idosos .....	52
3.6 Considerações Finais .....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	54
<b>4. PERFIL DO GÊNERO NO CEARÁ</b> .....	55
4.1 Aspectos Demográficos .....	55
4.2 Educação .....	57
4.3 Trabalho e Emprego .....	62
4.4 Renda e Pobreza .....	67
4.5 Considerações finais .....	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	70
<b>5. PERFIL DA RAÇA NO CEARÁ</b> .....	71
5.1 Aspectos Demográficos .....	72
5.2 Educação .....	74
5.3 Trabalho e Emprego .....	78
5.4 Renda e Pobreza .....	80
5.5 Considerações Finais .....	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	84

# AUTORES

## **Leandro Oliveira Costa**

Leandro Costa é economista, doutor e mestre em economia pela pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, CAEN/UFC. Atualmente é Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE e professor da Escola de Gestão Pública do Ceará – EGP. Pesquisa nas áreas de Econometria Aplicada, Economia da Educação e Avaliação de Políticas Públicas.

## **Eveline Barbosa Silva Carvalho**

Eveline Barbosa é Ph.D. em Economia Aplicada pela University of Illinois, Estados Unidos. Mestre em Economia Agrícola da Universidade Federal do Ceará - UFC. Especialista em Modelos de Equilíbrio Geral pela University of Colorado, Estados Unidos. Parte da sua experiência profissional foi como analista de projetos, pesquisador e assessora da presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Atualmente, ela é Professora Adjunta do Departamento de Teoria Econômica da UFC e Diretora Geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica - IPECE.

## **Elisa de Castro Marques Ribeiro**

Elisa Castro é economista, especialista em Desenvolvimento Econômico pela UFC e Técnica de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Suas áreas de pesquisa são Desigualdades Inter-municipais e Melhoria do Bem-Estar.

## **Daniel Cirilo Suliano**

Daniel Suliano é economista, mestre e doutorando em Economia pelo CAEN/UFC. Analista de Políticas Públicas do IPECE e professor substituto do Departamento de Economia Aplicada da Universidade Federal do Ceará - UFC.

## **Raquel Silva Sales**

Raquel da Silva Sales é economista com mestrado em economia pelo CAEN/UFC. Técnica da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará- IPECE e Professora de Fundamentos da Economia do Curso de Administração da Faculdade Lourenço Filho - FLF.

## **Vitor Hugo Miro**

Vitor Hugo Miro Couto Silva é mestre em economia pelo CAEN da Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Analista de Políticas Públicas do IPECE na Diretoria de Estudos Sociais – DISOC – e professor do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Suas publicações mais relevantes são nas áreas de Organização Industrial, Econometria Aplicada e Economia Social.

## **Jimmy Lima Oliveira**

Jimmy Oliveira é economista, doutor em economia pela pós-graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará, CAEN/UFC. Faz parte do quadro de Analista de Políticas Públicas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE da Diretoria de Estudos Sociais - DISOC.

# INTRODUÇÃO

Com uma população de mais de 8,5 milhões de habitantes, o Estado do Ceará é conhecido por seu povo trabalhador, sua destacada religiosidade popular e suas admiráveis belezas naturais. Além do mais, sua histórica resistência à restrições climáticas e econômicas o distingue facilmente dos outros estados brasileiros. Infelizmente, essas características particulares da identidade cearense são acompanhadas, principalmente, da falta de igualdades de oportunidades entre grupos populacionais considerados mais vulneráveis. Essas são as pessoas que pertencem à minorias que, por motivações diversas, têm acesso limitado a bens e serviços universais disponíveis para a população.

Diante das peculiaridades do povo cearense, o livro *Perfil Populacional do Ceará* pretende caracterizar os grupos populacionais mais vulneráveis a partir de uma análise comparativa de indicadores socioeconômicos, tanto comparando com os outros estados brasileiros, como a evolução no período de 1998 a 2008. Nesse sentido, será exposto nos próximos capítulos um conjunto de estatísticas descritivas que tentam traçar os perfis de Crianças, Jovens e Idosos cearenses. Complementarmente, são apresentados dois capítulos que abordam temas específicos de persistente desigualdade no Brasil, o perfil de Gênero e de Raça.

O conhecimento dos perfis populacionais da população cearense nos últimos anos é de fundamental importância para o planejamento de políticas públicas, especialmente para dimensionar as demandas por serviços, subsidiando a definição de mecanismos e estratégias para solucionar problemas específicos, bem como a avaliação das políticas já implantadas.

A estrutura dos capítulos segue uma estrutura parcialmente comum. Primeiramente, analisam-se os processos de mudanças demográficas de cada grupo, mensurando além do tamanho e a taxa de crescimento da população dos respectivos grupos as condições dos domicílios dessas pessoas. Em seguida, são abordadas as características educacionais, como a taxa de analfabetismo e a média de anos de estudo. As características de emprego e trabalho são as próximas, como a taxa de ocupação de cada grupo. Por fim, discute-se os indicadores de renda e pobreza. Numa análise mais específica para cada perfil, são abordados temas que expõem a dimensão da vulnerabilidade de cada grupo. Por exemplo, o trabalho infantil e a previdência para os idosos.

Além desta introdução, o primeiro capítulo traz o Perfil das Crianças. Seguindo a ordem dos grupos etários, o segundo capítulo apresenta o Perfil dos Jovens. Em seguida, o Perfil dos Idosos é exposto no terceiro capítulo. Por fim, são apresentados o Perfil de Gênero e de Raça da população cearense.



# 1. PERFIL DA INFÂNCIA NO CEARÁ

**Leandro Oliveira Costa**  
**Elisa de Castro Marques Ribeiro**

A infância são os primeiros anos de vida de um indivíduo, período determinante para seu desenvolvimento físico e intelectual. Isso implica a necessidade de acompanhamento e políticas direcionadas que reconheçam a vulnerabilidade em que estes se encontram. Dessa forma, faz-se necessário não só informar à sociedade sobre as reais condições de vida desse grupo, mas prover informações que sirvam de instrumento para melhorar as políticas dirigidas a eles. Nesse sentido, este capítulo tem o objetivo de determinar o perfil da Infância no Ceará, apresentando os principais indicadores socioeconômicos que possam sintetizar as características demográficas, da família, educacionais e da saúde em que estes se encontram.

Outros importantes instrumentos de monitoramento das condições de vida das crianças são as Metas de Desenvolvimento do Milênio e O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Esses irão servir de guias na escolha dos indicadores que, consensualmente, são acompanhados para caracterizar a infância. O primeiro, firmado por líderes de 189 países no ano 2000, tem dois dos seus objetivos direcionados às crianças: Educação Básica de Qualidade Para Todos e Redução da Mortalidade Infantil. O segundo, promulgado em 1990, veio reforçar a Constituição de 1988, que no seu art. 227 já definia como dever do Estado, da sociedade e da família assegurar diversos direitos e proteções à criança e ao adolescente. Com isso, regulamentando as possibilidades de trabalho e o privilégio da destinação de recursos públicos para a proteção infantil e juvenil entre outros.

No que diz respeito à definição de criança, existem vários conceitos e faixas etárias. O ECA considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade. Ainda, A Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho utiliza o conceito de toda pessoa menor de 18 anos. A legislação trabalhista brasileira considera menor o trabalhador de 14 até 18 anos. Todavia, é proibido qualquer trabalho aos menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Considerando estas legislações, os dados disponíveis na PNAD e o foco do trabalho que busca abranger até as condições de trabalho infantil, utiliza-se o corte de pessoas entre 0 a 14 anos para caracterizar o grupo de crianças estudadas neste capítulo.

Contudo, a pesquisa visa aprofundar a investigação da situação das crianças de 0 a 14 anos de idade, traçando um perfil, principalmente, em relação às características familiares, educação, saúde, trabalho e violência em que se encontram as crianças cearenses. Serão utilizadas informações contidas nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) e do DATASUS dos anos de 1998 a 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O presente estudo está dividido em seis partes; a próxima seção traz informações no que diz respeito às condições demográficas. A terceira seção traz informações sobre a educação. A quarta seção expõe as condições familiares e o domicílio das crianças no Estado. A quinta seção traz informações sobre saúde das crianças e das gestantes no Estado. A sexta seção trará informações sobre trabalho infantil e a violência contra as crianças.

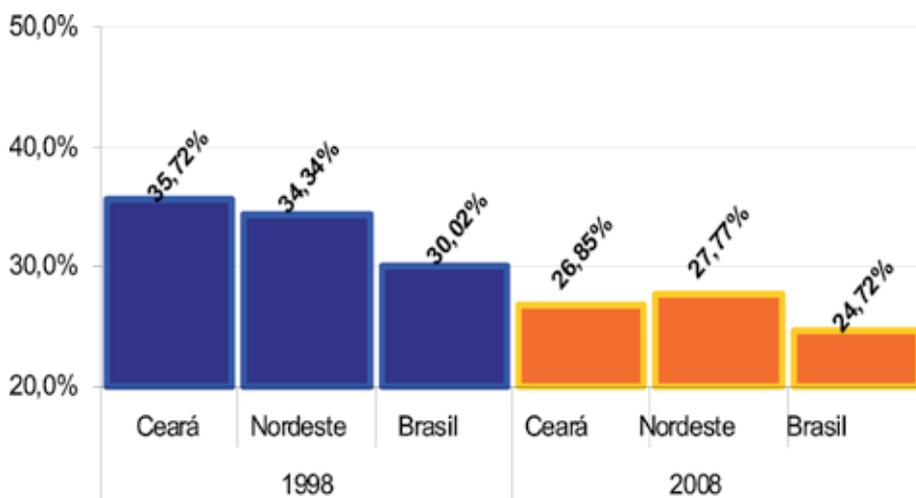
## 1.1 Aspectos Demográficos

Nesta seção, traremos informações quanto aos aspectos demográficos das crianças de 0 a 14 anos residentes no Ceará. Serão levadas em conta informações quanto ao gênero, raça e zona. Todos estes dados foram extraídos da PNAD, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

As características gerais de uma sociedade podem ser analisadas através dos seus aspectos demográficos por meio de dados populacionais e indicadores demográficos deles derivados diretamente, tais como informações da População Residente por Situação de Domicílio, por Sexo (gênero) e por Raça. Em 1998, o Ceará registrava cerca de 2.512.453 da população na faixa de 0 a 14 anos de idade, o que representava 35,72% da população; já em 2008, esse número passou para 2.274.903, 26,85% da população. Isso significa que o número total de crianças no Estado diminuiu 9,45% pontos percentuais no período de 1998 a 2008.

O Gráfico 1.1.1, abaixo, também mostra a queda considerável no percentual da população na faixa de 0 a 14 no Nordeste e Brasil. O que confirma o envelhecimento da população e, conseqüentemente, o estreitamento da pirâmide etária brasileira.

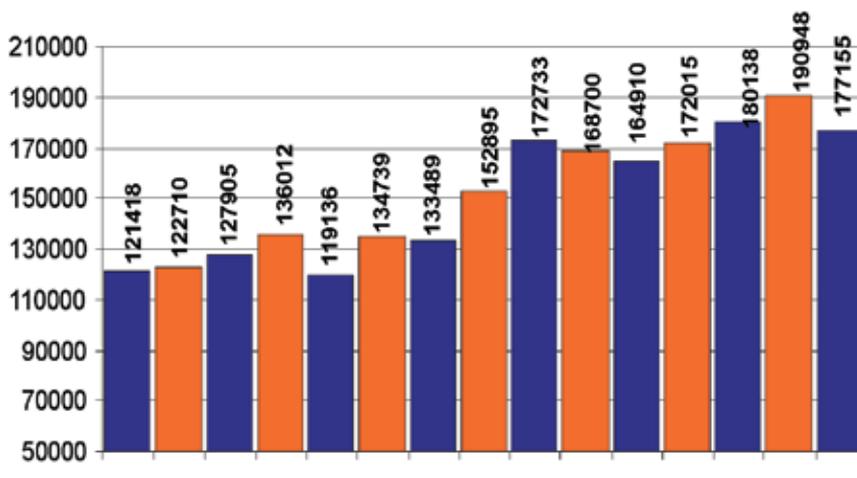
Gráfico 1.1.1 : Percentual da População na faixa de 0 a 14 anos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O gráfico 1.1.2 a seguir expõe a população cearense por idade. Esses dados podem dar uma dimensão do tamanho do público-alvo das políticas públicas direcionadas a cada idade específica.

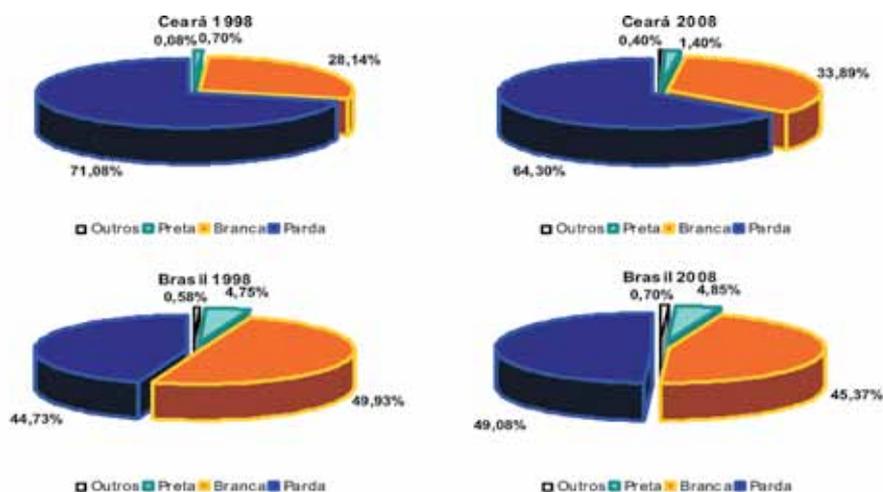
Gráfico 1.1.2 : População Cearense de 0 a 14 anos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Outra característica populacional bastante relevante é o grupo étnico que as crianças pertencem, o que pode ser analisado no Gráfico 1.1.3. No estado do Ceará, observou-se que o número de pardos é expressivamente maior em relação aos demais grupos de Raça, 64,3%; em segundo lugar estão os brancos, 33,89%, estando os pretos e outros com uma fatia muito pequena da população. Nota-se que o percentual de pardos e brancos no Brasil é aproximado, sendo 49,08% e 45,37%, respectivamente.

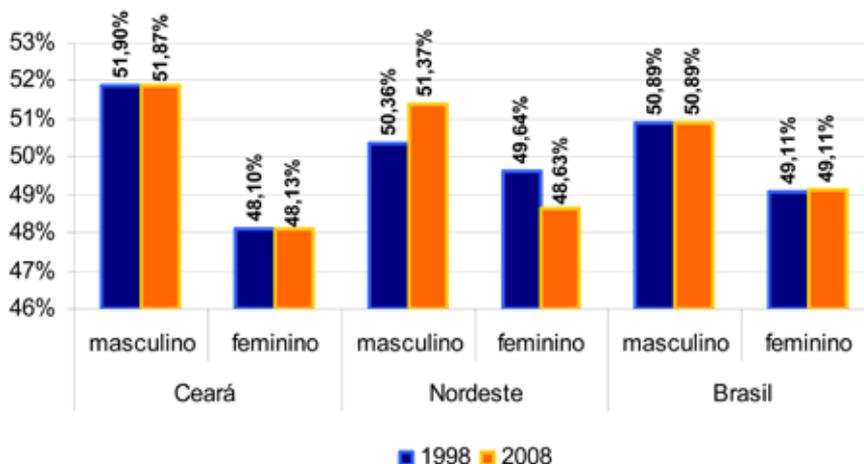
Gráfico 1.1.3 : População Cearense de 0 a 14 anos por Cor ou Raça



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Em relação ao gênero, exposto no Gráfico 1.1.4, a população masculina possui uma participação um pouco maior que a feminina para a faixa etária de 0 a 14 anos; 51,87% para o Ceará, 51,37% para o Nordeste e 50,89% no Brasil. Ademais, pode-se observar pouca diferença entre as três regiões analisadas.

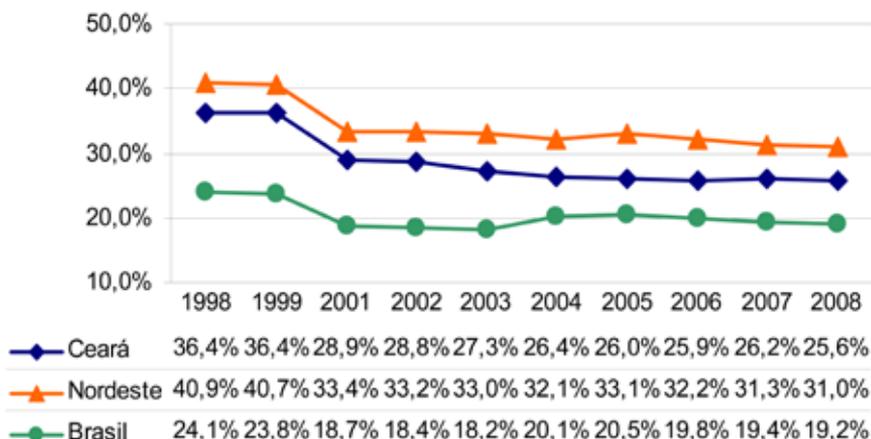
Gráfico 1.1.4 : População de 0 a 14 anos por Sexo



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Quanto à zona, o Gráfico 1.1.5 mostra que a população de 0 a 14 anos se concentra na área urbana nas três regiões investigadas. Isso decorre, provavelmente, por causa da maior oferta de serviços públicos e dinamismo econômico nas áreas urbanas, atraindo as famílias da zona rural. Das três regiões analisadas, o Nordeste, 31%, detém a maior proporção de população rural, seguido pelo Ceará, 25,6% e o Brasil, 19,2%.

Gráfico 1.1.5 : População de 0 a 14 anos Residente na Zona Rural



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

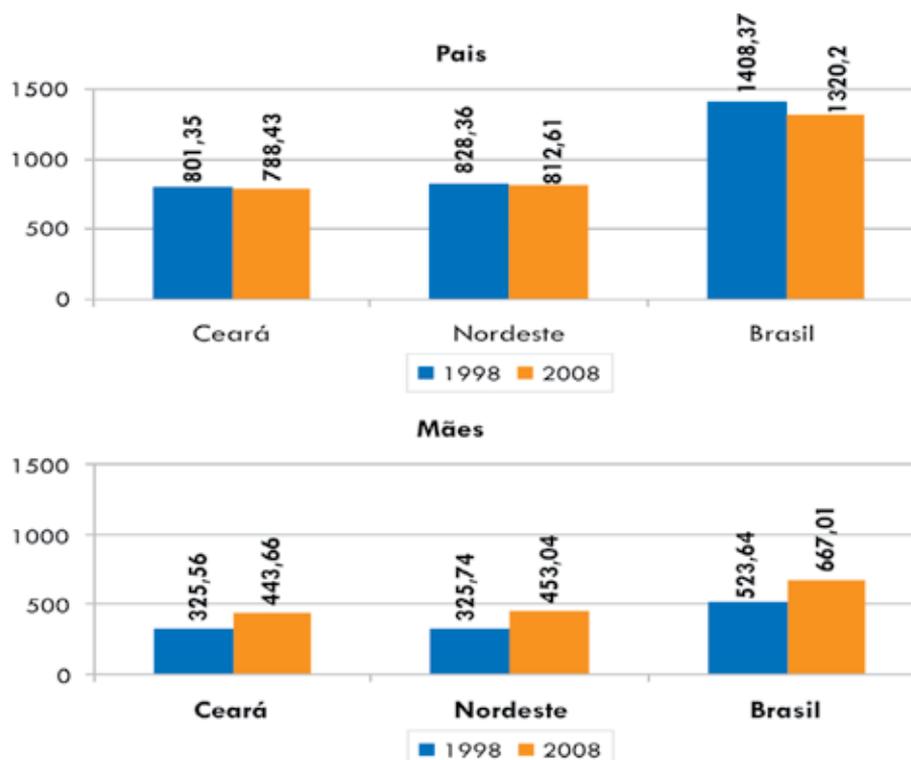
Percebe-se que a população de 0 a 14 anos de idade é predominantemente urbana, sendo que a proporção dessa população no total está diminuindo em todas as regiões investigadas. Em relação à etnia, no Ceará predomina a população que se considera parda e na distribuição entre os gêneros nesta faixa etária o percentual de crianças do sexo masculino é praticamente igual ao feminino.

## 1.2 A Família e os Domicílios das Crianças

Com o objetivo de tentar caracterizar o lar e a família das crianças cearenses, a presente seção visa apresentar informações a respeito dos pais e do domicílio das crianças de 0 a 14 anos, focando nas condições de moradia e na educação e renda dos pais. A escolha desses indicadores pode ser relacionada à constatação de Sen (2007) onde afirma que diferentes oportunidades apresentadas às crianças de dois universos distintos prejudicam o progresso e o desenvolvimento como um todo.

Em relação à condição financeira dos pais, no Gráfico 1.2.1, a seguir, observa-se que a renda média de todas as fontes no período 1998 a 2008 sofreu pequena queda para os pais e aumentou substancialmente para as mães, apesar de as mães permanecerem com renda média de todas as fontes bem inferior a dos pais. Ademais, a variação da renda das mães foi de 36,28% no Ceará, 39,08% no Nordeste e 27,38% no Brasil. O crescimento da renda das mães também é devido aos programas de transferência de renda que priorizam os recursos para as mulheres, que normalmente direcionam os gastos para a família.

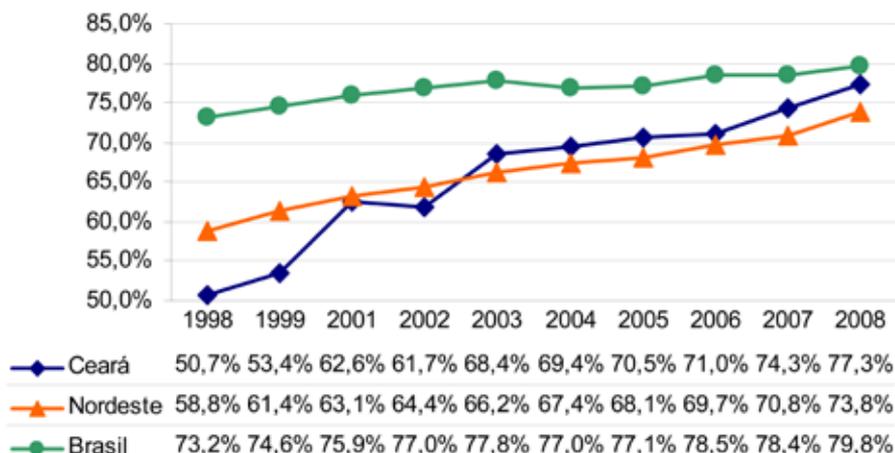
Gráfico 1.2.1 : Renda Média Todas as Fontes em Domicílios com Crianças de 0 a 14 anos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Os gráficos 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4 mostram as melhorias nas condições de moradia da população de 0 a 14 anos na última década. Em relação a domicílios com abastecimento de água, ligados à rede de esgoto e com energia elétrica houve sensível melhora desde 1998. Esses são pontos que, certamente, influenciam as condições de saúde e de educação das crianças nessa faixa etária.

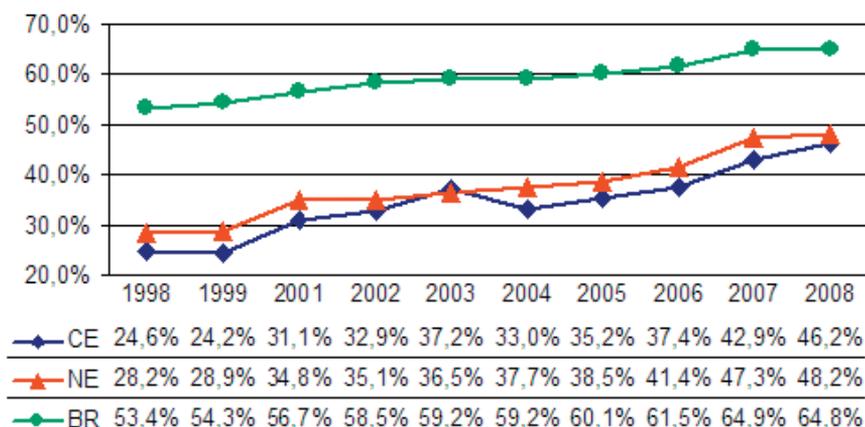
**Gráfico 1.2.2 : População de 0 a 14 Anos em Domicílios com Abastecimento de Água**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

O abastecimento de água para a população de 0 a 14 aumentou em 26,6 pontos percentuais no Ceará de 1998 a 2008. Foi o maior avanço no indicador dentre as regiões estudadas. No mesmo período o Nordeste aumentou 15 pontos percentuais e o Brasil 6,6 pontos percentuais.

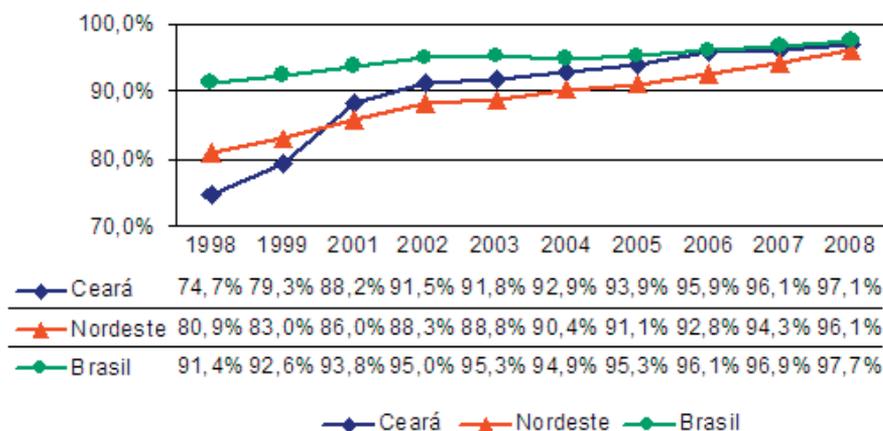
**Gráfico 1.2.3 : População de 0 a 14 anos em domicílios com Rede de Esgoto**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Enquanto o abastecimento de água para a população de 0 a 14 aumentou consideravelmente, as ligações à rede de esgoto não acompanharam o aumento na mesma proporção. Apesar de o Ceará ainda ter o menor percentual da população ligada à rede de esgoto no período de 1998 a 2008, o Estado obteve a maior variação, 21,6%. No mesmo período o Nordeste variou 20% e o Brasil 11,4%.

Gráfico 1.2.4 : População de 0 a 14 anos em Domicílios com Energia Elétrica



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Ceará, Nordeste e Brasil estão caminhando para 100% da população atendida com energia elétrica; a população de 0 a 14 é a mais beneficiada com essa evolução na infraestrutura.

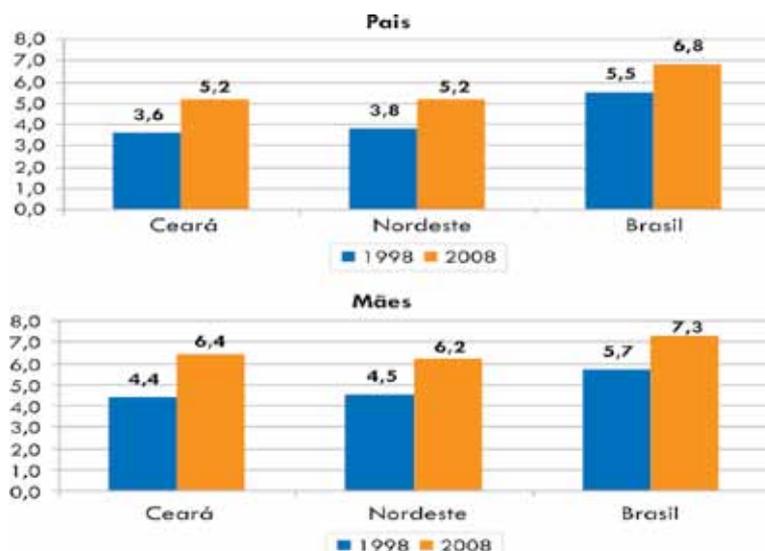
Tudo isso deve ser levado em consideração ao observar indicadores tais como este de energia elétrica em que o Ceará saiu do nível mais baixo dentre as três regiões em 1998; em dez anos obteve um aumento de 22,42 pontos percentuais.

Outro importante indicador a ser examinado nesta seção é a educação dos pais. Na literatura que investiga o desempenho dos estudantes, este indicador aparece como determinante para o desenvolvimento das crianças; quanto maior a escolaridade dos pais maiores as chances da criança de alcançar bons níveis de desenvolvimento educacional e profissional.

Observa-se no gráfico 1.2.5 que a média de anos de estudos aumentou nos últimos dez anos, tanto para pais quanto para mães; vê-se também que as mães têm mais anos de estudos que os pais em todos os períodos analisados e em todas as regiões investigadas.

O Ceará, em 1998, apresentava uma média de anos de estudos para os pais de 3,6. Em 2008, 5,2, representando um aumento de 1,6 anos. Às mães, em 1998, a média de anos de estudos era 4,4, em 2008, era 6,4, representando um aumento de 2 anos, representando a melhoria de maior significância nas três regiões analisadas. O Nordeste aumentou 1,4 na média de anos de estudos dos pais e 1,7 nos anos de estudos das mães. Enquanto o Brasil aumentou 1,3 anos para os pais e 1,6 anos para as mães.

Gráfico 1.2.5 : Média de Anos de Estudos dos Pais e das Mães de crianças de 0 a 14 anos

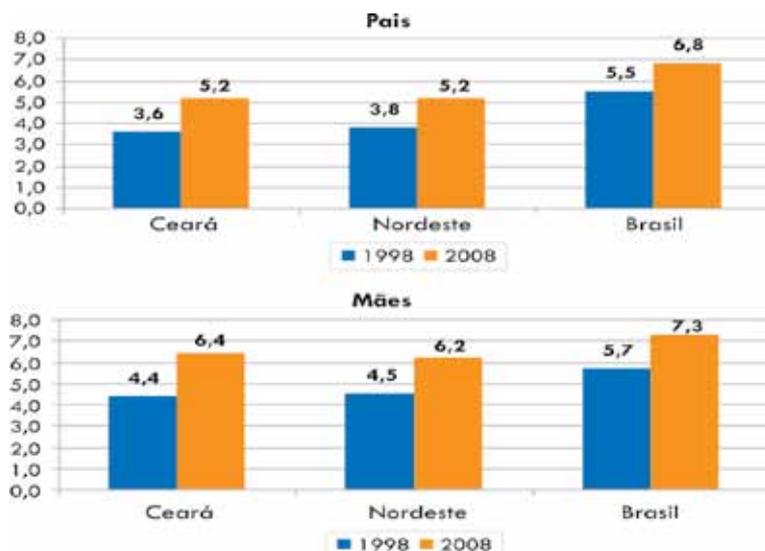


Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

A tendência de as mães terem melhores condições educacionais que os pais, como se observa no indicador média de anos de estudos, confirma-se no indicador percentual de pai e mãe analfabetos, visto no gráfico 1.2.6.

O percentual de pais e mães analfabetos, entre 1998 e 2008, foi reduzido nas três regiões analisadas. O Ceará conseguiu a maior redução atingindo 13,3 pontos percentuais no analfabetismo dos pais, enquanto o Nordeste, 8,8, e o Brasil, 4,1. O analfabetismo das mães teve sua maior redução no Ceará, 9,3 pontos percentuais, o Nordeste, 8,9, e o Brasil, 4,6.

Gráfico 1.2.6 : Percentual da População de Pais e das Mães Analfabetos



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Diante do exposto, temos que os lares das crianças cearenses de 0 a 14 anos têm a mais baixa renda dentre as três regiões investigadas, mas as possibilida-

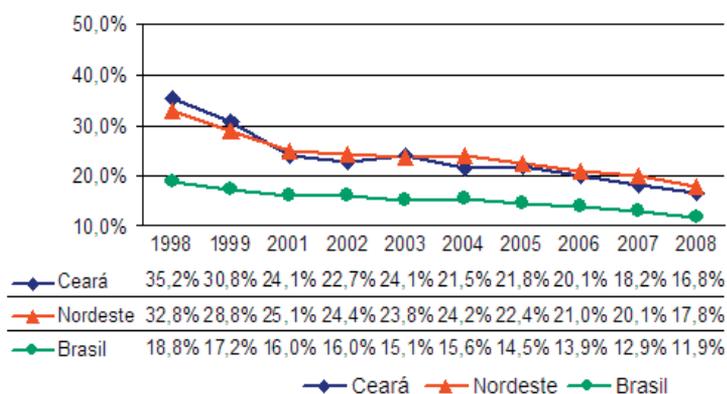
des de melhora são grandes, considerando o incremento geral na infra-estrutura dos domicílios e no nível de escolaridade dos pais.

### 1.3 Educação das Crianças

Nesta seção iremos investigar como se encontram as características educacionais das crianças cearenses. As principais informações que serão analisadas são as condições de alfabetização, a média de anos de estudo e a distorção idade-série dos estudantes. Estes indicadores possibilitarão identificar os avanços nas variáveis educacionais observados para o Ceará, o Nordeste e o Brasil ao longo da última década e quanto das metas estipuladas no Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio serão atingidas.

O Gráfico 1.3.1 a seguir mostra que o Ceará teve a maior queda na taxa de analfabetismo para crianças de 6 a 14 anos, caiu mais de 18 pontos percentuais, entre 1998 e 2008. Este fato também pode ser observado para a região Nordeste, que vem apresentando taxas semelhantes as do estado. O Brasil apresentou a queda mais modesta, mas já apresentava os melhores resultados em relação ao Ceará e ao Nordeste.

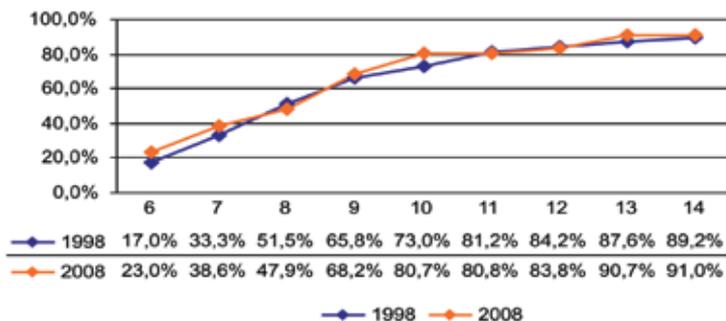
Gráfico 1.3.1 : Percentual da População de Crianças Analfabetas entre 6 e 14 anos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD.

Com o objetivo de tornar mais claro o processo de alfabetização das crianças cearenses, o Gráfico 1.3.2 expõe o percentual de crianças alfabetizadas pela idade, comparando os anos de 1998 e 2008. Estes dados mostram que, em 1998, somente 17% das crianças de 6 anos de idade consideravam-se alfabetizadas e, em 2008, esse número aumentou para 23%. Obviamente, quanto maior a idade maior a probabilidade de a criança ser alfabetizada. Logo, como era de se esperar, em 1998, 65,8% das crianças de 9 anos de idade eram alfabetizadas, mas em 2008 houve um acréscimo de 2,3 pontos percentuais.

Gráfico 1.3.2 : Percentual da População de Crianças Alfabetizadas entre 6 e 14 anos

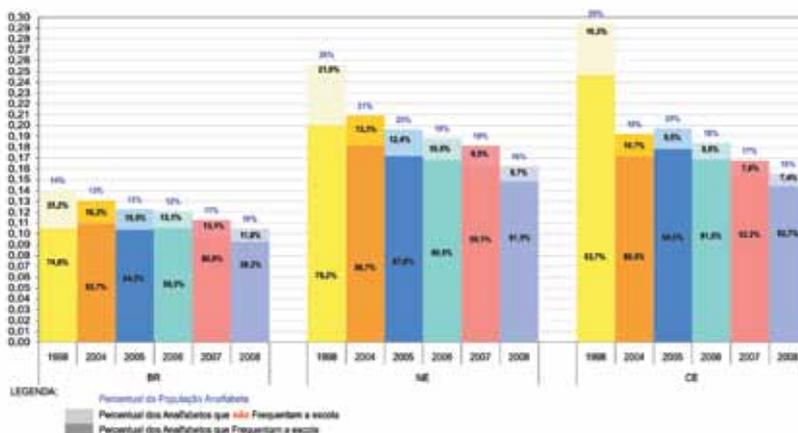


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD.

O Gráfico 1.3.3 a seguir tenta responder algumas perguntas subtendidas nos gráficos anteriores. Primeiramente, porque o Estado do Ceará e as outras regiões tinham um percentual tão grande de crianças analfabetas há uma década. Segundo, porque mesmo em 2008 uma quantidade significativa das crianças que já estão em idade escolar não está alfabetizada. Para isso, verifica-se que dos 29% das crianças analfabetas do Estado, em 1998, 83,7% estava frequentando a escola. Já em 2008, dos 16% das crianças analfabetas 92,7% estava na escola. Esta realidade é muito próxima para o Nordeste e um pouco melhor para o Brasil.

Os dados até agora pressupõem que a resposta para a primeira questão era uma questão de acesso a educação formal, ou seja, o grande número de crianças analfabetas há uma década era devido à baixa frequência escolar das crianças. Em relação à segunda questão, infere-se que o sistema educacional não está sendo efetivo, pois as crianças estão frequentando a escola e não estão aprendendo a ler e escrever.

Gráfico 1.3.3 : Taxa de Analfabetismo dos Estudantes que Frequentam Escola, de 6 a 14 anos

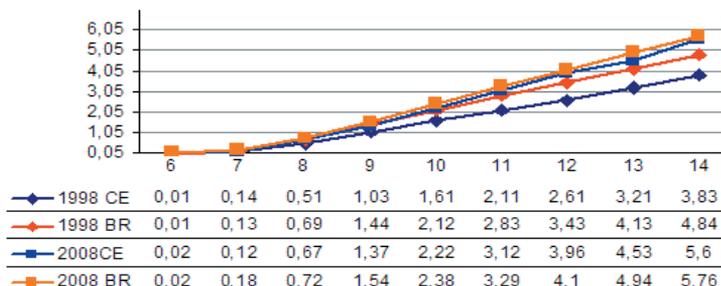


Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD.

Outro indicador da mudança do processo de aprendizagem na última dé-

cada é a média de anos de estudo das crianças cearenses. Logo, o Gráfico 1.3.4 exibe que, em comparação com o Brasil, o Estado do Ceará melhorou significativamente a média de anos de estudos de 1998 para 2008, passando de 1,6 anos para 2,2 entre crianças com 10 anos de idade. É evidente que essa média aumenta com o grupo de idade, logo, percebe-se que para crianças de 14 anos aumentou de 3,8 para 5,6.

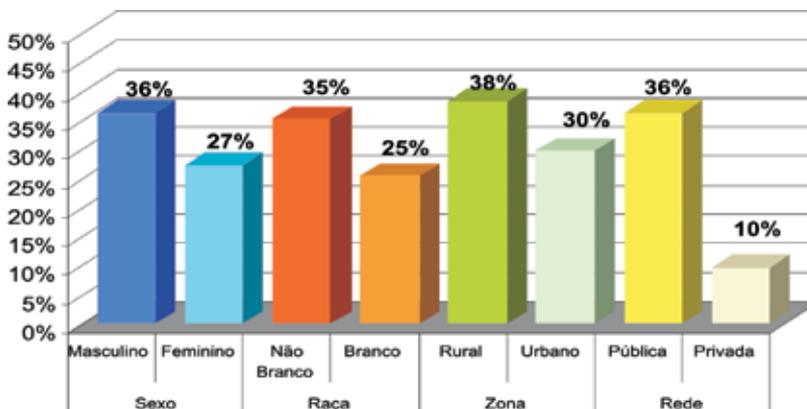
Gráfico 1.3.4 : Média de Anos de Estudo dos Estudantes de 6 a 14 anos



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD.

Como indicador de fluxo do sistema educacional cearense e, consequentemente, da qualidade do ensino, o Gráfico 1.3.5 expõe a distorção idade-série das crianças por sexo, raça, zona e rede, para estudantes da 1ª e 5ª série. Nota-se que as crianças do sexo masculino e não brancas apresentam uma maior distorção idade-série. Ademais, verifica-se que 45 % das crianças da zona rural e 31% da zona urbana têm dois anos ou mais de diferença entre a sua idade e a sugerida série. Por fim, os estudantes de escolas privadas, 10%, apresentam bem menos distorção que os de escolas públicas, 39%.

Gráfico 1.3.5 : Taxa de Distorção Idade-Série do Ceará por Sexo, Raça, Zona e Rede, estudantes da 1ª a 5ª série



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PNAD.

Em suma, mesmo ainda exibindo indicadores indesejáveis, a educação da população de crianças cearenses apresentou uma melhora significativa na última década. Principalmente, em relação à condição de alfabetização e média de anos

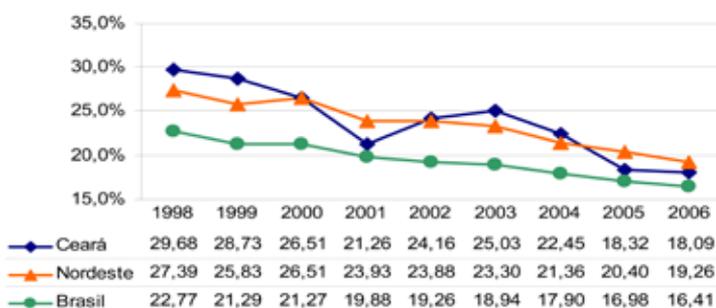
de estudo das crianças, que sinaliza certa convergência entre o Brasil, o Nordeste e o Ceará. Entretanto, os resultados apontam para um persistente déficit de qualidade no processo de aprendizagem na educação cearense, pois tanto mesmo aumentando o acesso à escola os estudantes se apresentam não adequadamente alfabetizados e com problemas de fluxo.

## 1.4 A Saúde das Crianças

A saúde das crianças e das mães é acompanhada no Relatório de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio por indicadores como a taxa de mortalidade infantil e proporção de crianças vacinadas e taxa de mortalidade materna. Como o foco do estudo é a infância, esta seção considera os indicadores que dizem respeito à saúde tanto das crianças quanto das gestantes. Dessa forma, os indicadores são: a Taxa de Mortalidade Infantil, a Taxa de Mortalidade Neonatal, percentual de Crianças com Baixo peso ao nascer, Taxa de Internação por Diarréia para menores de 5 anos, Percentual de Partos Cesáreo e a Proporção de Nascidos Vivos por Idade da Mãe.

A taxa de mortalidade infantil consiste nos óbito dos menores de um ano de idade dividido pelos nascidos vivos, calculada para cada 1000 nascidos vivos. Essa vem se reduzindo ao longo dos anos, como demonstra o Gráfico 1.4.1 Este fato decorre do intenso trabalho dos profissionais da área e muitas políticas públicas voltadas para este fim específico, como por exemplo, campanhas de vacinação, aleitamento materno, ou com outro alcance, mas o mesmo foco, incentivos e premiações a municípios que reduzirem a Taxa de Mortalidade Infantil. O Ceará em 1998 tinha uma taxa de 29,68%, era a pior das três regiões analisadas, obteve a maior queda e em 2008 atingiu o nível de 18,09% estando entre Nordeste, 19,26% e o Brasil, 16,41%.

Gráfico 1.4.1 : Taxa de Mortalidade Infantil



Fonte: DATASUS.

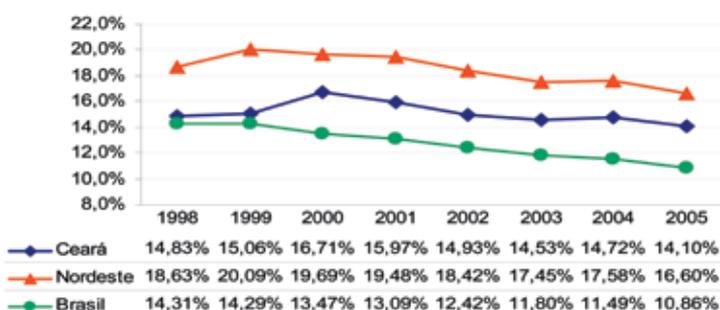
Com o objetivo de decompor a taxa de mortalidade infantil, podem-se analisar outras duas taxas de mortalidade, a neonatal precoce (TMNP) e a neonatal tardia (TMNT). A TMNP é número de óbitos na idade de 0 a 6 dias por 1.000 nascidos vivos. A TMNT é o número de óbitos na idade de 7 a 27 dias por 1.000 nascidos vivos.

Ademais, nos gráficos 1.4.2 e 1.4.3 verifica-se que a mortalidade é muito

maior nos primeiros seis dias. É provável que as principais causas de mortes nessa fase sejam decorrentes das condições da gestação e nascimento; após esse período, a maior interferência seria pelas doenças diarreicas e respiratórias ou mesmo desnutrição. É importante um acompanhamento pré-natal de qualidade para diminuir a ocorrência de óbitos nos seis primeiros dias de nascimento.

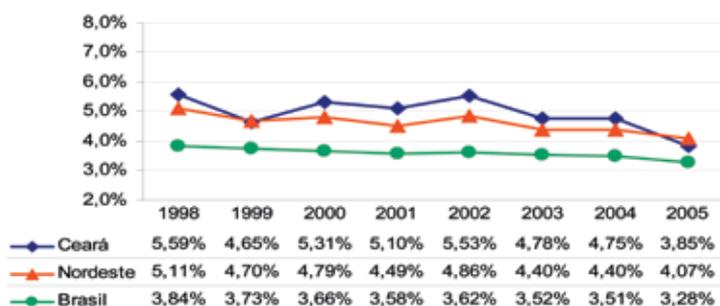
A taxa de mortalidade neonatal precoce é calculada multiplicando a taxa de mortalidade infantil pela proporção de óbitos infantis na idade de 0 a 6 dias. Na análise dos últimos oito anos verificamos que, em 2005, a maior taxa de mortalidade neonatal precoce foi a do Nordeste, 16,6%, seguida de perto pelo Ceará, 14,1%. Entre 1998 e 2005, o avanço neste indicador foi maior no Brasil, que passou de 14,31%, em 1998, para 10,86%, em 2005.

Gráfico 1.4.2 : Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce



Fonte: DATASUS.

Gráfico 1.4.3 : Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia



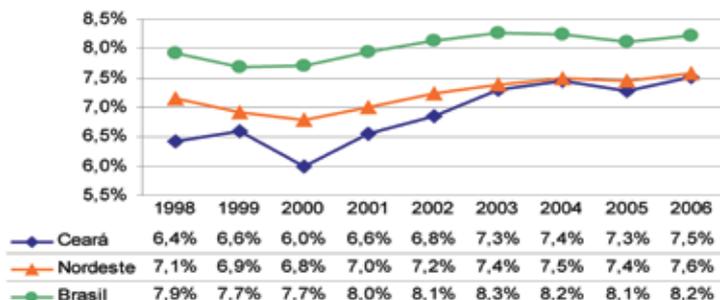
Fonte: DATASUS.

A taxa de mortalidade neonatal tardia é calculada multiplicando a taxa de mortalidade infantil pela proporção de óbitos infantis na idade de 7 a 27 dias. O Ceará conseguiu grande melhora, com variação negativa de 31,13%, visto no Gráfico 1.4.3.

Outro importante indicador da qualidade da saúde geralmente considerado é o percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer. As crianças consideradas com baixo peso ao nascer são as que nascem com menos de 2.500g, independente do tempo de gestação. As causas mais comuns para esta ocorrência seriam o

parto prematuro ou desnutrição materna. No Gráfico 1.4.4 a seguir, verifica-se um aumento no percentual de nascidos vivos com baixo peso ao nascer, nas três regiões investigadas. No Ceará a variação foi de 17,19%, enquanto no Nordeste, 7,04%, e no Brasil, 3,8%.

Gráfico 1.4.4 : **Percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso ao Nascer**



Fonte: DATASUS.

O aumento dos nascimentos de crianças com baixo peso ao nascer vem acompanhado de queda nos partos com gestação pós-termo. Entre 1998 e 2006, a variação negativa nas três regiões investigadas foi respectivamente, no Ceará, 74,64%, no Nordeste, 79,77%, no Brasil, 75,19%, o que pode ser demonstrativo de melhor acompanhamento pré-natal.

No Quadro 1 a seguir, observa-se a relação entre a proporção de nascidos vivos com baixo peso e o tempo de gestação. Verifica-se que o maior índice de ocorrência de baixo peso é nas gestações pré-termo, ou seja, nos partos prematuros. Ainda, é possível verificar que os partos a termo estão relativamente estáveis tendo pouca redução; houve uma grande redução nos partos pós-termo, por exemplo, no Ceará. Em 1998, 3,43% dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer vinham de gestação pós-termo; em 2005 apenas 0,87% dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer vinham de gestação pós-termo. Os partos pré-termo acompanharam a mesma tendência de aumento. No Ceará o aumento nos partos pré-termo foi de 21,46 pontos percentuais.

Quadro 1 : **Proporção de Nascidos Vivos (%) com Baixo Peso ao Nascer, Segundo Tempo de Gestação**

TEMPO REGIÕES/UF	GESTAÇÃO PRÉ - TERMO			GESTAÇÃO A TERMO			GESTAÇÃO PÓS - TERMO		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
1998	45,05	46,67	53,75	4,51	4,95	5,17	3,43	4,35	3,99
1999	33,60	45,34	50,09	5,72	4,67	4,89	4,45	4,29	4,19
2000	46,77	45,12	52,25	3,54	4,18	4,41	0,65	0,90	1,08
2001	53,93	53,00	58,08	3,75	4,23	4,50	0,51	0,86	1,26
2002	62,37	57,26	60,59	3,79	4,33	4,53	0,50	0,75	1,24
2003	63,91	59,29	61,78	4,11	4,43	4,58	0,81	0,67	1,17
2004	67,54	60,85	62,37	4,06	4,32	4,42	0,63	0,55	0,79
2005	66,51	60,97	62,58	3,83	4,22	4,24	0,87	0,88	0,99

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

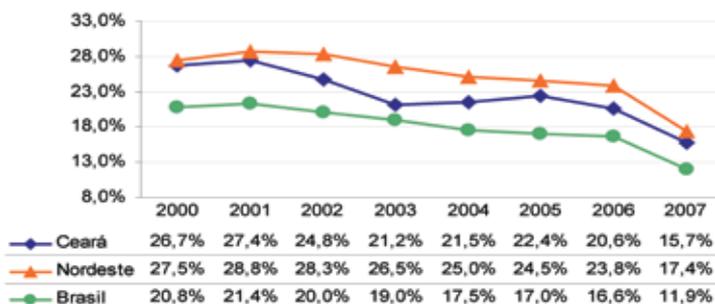
Notas:

1. No número de partos considerados, não foram contados os partos com peso ao nascer ignorado.
2. A proporção de nascidos vivos com baixo peso está calculada sobre o número de partos considerados.
3. Foram considerados de baixo peso os nascidos vivos com peso inferior a 2.500g, independentemente do tempo de gestação.
4. O tempo de gestação a termo foi considerado de 37 a 41 semanas.

Fonte: DATASUS.

A qualidade da saúde da criança também é analisada pela taxa de internação por diarreia para menores de cinco anos. Conforme o Plano Estadual de Saúde 2007 – 2010, as intervenções em saneamento básico e acompanhamento por profissionais de saúde da família têm contribuído para a redução deste indicador. O Nordeste e o Brasil têm acompanhado a mesma tendência de redução do indicador.

Gráfico 1.4.5 : Taxa de Internação por Diarreia para menores de 5 anos



Fonte: DATASUS.

Apesar das campanhas em prol dos partos normais o percentual de partos cesáreos está crescendo, segundo o Plano Estadual de Saúde 2007-2010. Isso representa maiores riscos de infecção hospitalar, mas por outro lado, também pode ser o resultado de um maior número de acompanhamento pré-natal. Conforme informações do DATASUS, em 1998, 7,14% dos nascidos vivos no Ceará não tinham nenhum acompanhamento pré-natal, em 2005 este número caiu para 1,69%. Apesar do acompanhamento pré-natal ter avançado, observando de 1 a 3 consultas e de 4 a 6, considerando 7 ou mais consultas, que cobriria todo o período pré-natal houve grande diminuição. O Ceará diminuiu 21,25 pontos percentuais, o Nordeste diminuiu 10,94 pontos percentuais, somente o Brasil aumentou 10,27 pontos percentuais, o que interfere nos outros resultados de saúde de gestantes e recém nascidos, inclusive no número de partos cesáreos.

Quadro 2 : **Proporção de Nascidos Vivos (%) por Número de Consultas Segundo Região e Unidade da Federação**

Consultas	1998			2005		
	Ceará	Nordeste	Brasil	Ceará	Nordeste	Brasil
Nenhuma	7,14	14,17	7,43	1,69	3,68	2,59
De 1 a 3 consultas	0,02	0,09	-	8,86	13,42	9,3
De 4 a 6 consultas	0,02	0,08	-	50,95	46,92	34,48
7 ou mais consultas	43,36	46,92	59,76	38,51	35,98	53,63
De 1 a 6 consultas, não especificado	49,45	38,74	32,81			

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC)

Notas:

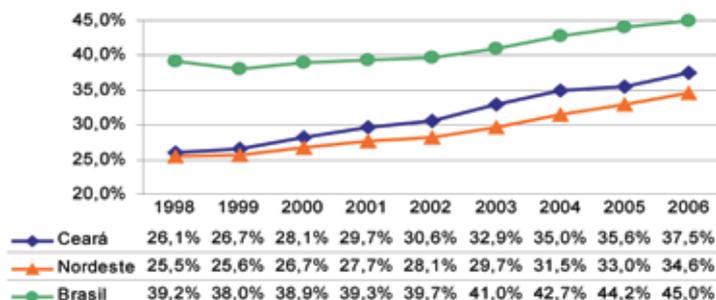
1. Nas tabulações por número de consultas de pré-natal, incluiu-se somente nascidos vivos com número conhecido de consultas de pré-natal.
2. Informação disponível a partir de 1995.

Fonte: DATASUS.

O gráfico 1.4.6 mostra o avanço no percentual de partos cesáreos nas

regiões investigadas, sendo o maior crescimento no Ceará, 11,4 pontos percentuais no período. Segundo o Plano Estadual de Saúde 2007-2010, o aumento de partos cesáreos aumenta os riscos de mortalidade materna.

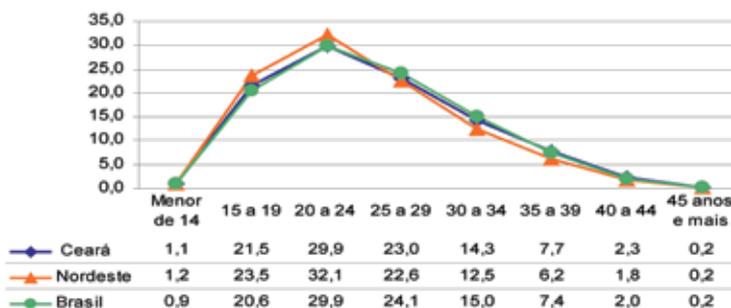
**Gráfico 1.4.6 : Percentual de Partos Cesáreo**



Fonte: DATASUS

A proporção de nascidos vivos por idade da mãe, representada no Gráfico 1.4.7 abaixo, demonstra uma realidade de mães muito jovens, possivelmente com baixa escolaridade e talvez seja o motivo da baixa renda verificado nas seções anteriores. Essa realidade é observada ao longo dos anos nas três regiões analisadas onde a pior situação está no Nordeste, estando o Ceará e Brasil proporcionalmente equiparados, com cerca de 30% das mães na faixa de 20 a 24 anos.

**Gráfico 1.4.7 : Proporção de Nascidos Vivos por Idade da Mãe – 2006**



Fonte: DATASUS

Um dos objetivos acordados nas Metas do Milênio foi a redução da Taxa de Mortalidade Infantil em 2/3 entre 1990 e 2015. A Taxa de Mortalidade Infantil, em 1990, no Ceará, era 69,93‰, Nordeste, 74,30‰ e Brasil, 47,81‰. Considerando a meta a ser alcançada em 2015, Ceará 23,10‰, Nordeste, 24,77‰, Brasil, 15,94‰, apenas o Brasil ainda não alcançou, mas está bem próximo. Apesar de não constar como objetivo o indicador Taxa de Internação por Diarréia, seria objetivo a Mortalidade por Doenças Diarréicas, então se pode considerar uma redução relevante, entre 2000 e 2007, quando o indicador se aproxima de 1/3 do valor de 2000. Quanto aos outros indicadores analisados no período, percentual de Nascidos Vivos com Baixo Peso ao Nascer e percentual de Partos Cesáreos, não

tiveram evolução satisfatória.

## 1.5 Trabalho Infantil e Violência Contra a Criança

O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Art. 18 diz: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

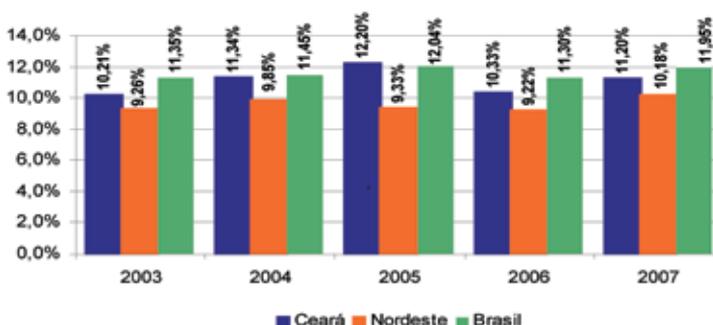
Entretanto, existem evidências de que as crianças brasileiras, comumente, estão expostas a diversos tipos de agressões, camufladas de castigos físicos, cruéis ou humilhantes. Estes tristes episódios acontecem quando na intenção de disciplinar, muitos pais utilizam métodos violentos, sempre acompanhados de insultos e xingamentos, o que agrava o quadro de intimidação da criança, que além de agredida fisicamente sofre com isolamento, rejeição, ameaças e outras tantas formas de prejudicar o desenvolvimento psicológico e o bem-estar de uma criança.

Há quatro tipos básicos de abusos no caso de crianças: o abuso físico, a negligência, o abuso emocional e o abuso sexual. O reconhecimento do comportamento abusivo é dever de médicos, professores e pais e de todo aquele que tem o dever de proteger a criança.

No intuito de observar a violência contra a criança verificou-se o percentual de mortes violentas de 0 a 14 anos e o número de óbitos por agressões, na mesma faixa etária.

Segundo o Gráfico 1.5.1, as mortes violentas que aconteceram nesta faixa de idade representam mais de 11% das mortes ocorridas, no Ceará e no Brasil; no Nordeste é um pouco menos de 10%. Nos anos observados, houve pouca melhora de 2003 a 2007, apesar das campanhas e da atuação dos conselhos tutelares.

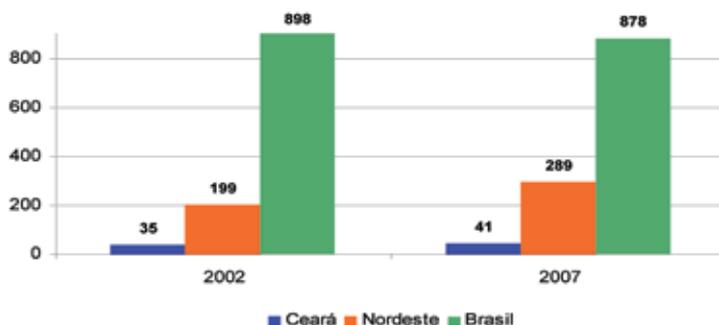
Gráfico 1.5.1 : Percentual de Mortes Violentas, 10 a 14 anos



Fonte: SIDRAS/IBGE.

O Gráfico 1.5.2 mostra os óbitos por causas externas, na categoria agressões, que aconteceram na mesma faixa de idade, enquanto o percentual da população nesta faixa etária caiu, como visto na seção Aspectos Demográficos; os óbitos por agressões estão maiores em 2007 do que eram em 2002, para o Nordeste e o Ceará.

Gráfico 1.5.2 : Óbitos por Causas Externas – Agressões, 0 a 14 anos

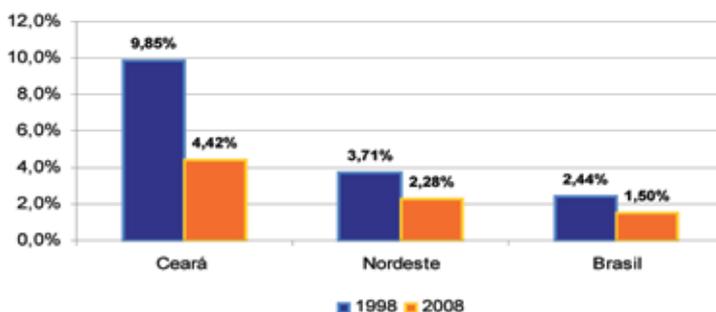


Fonte: DATASUS.

O trabalho infantil é uma violência contra a criança, abordada nesta pesquisa de forma diferenciada devido suas peculiaridades. Muitas vezes as condições familiares é que levam as crianças para o trabalho antes do tempo; em outras ocasiões, empresas negligentes, não observantes das legislações vigentes, usam a mão de obra das crianças como forma de baratear seus custos.

Conforme a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas – o trabalho é proibido sob qualquer forma à menor de 14 anos, permitido com restrições entre 14 e 18 anos, portanto constitui forma de violência o trabalho infantil (BRASIL, 1967). O Gráfico 1.5.3, a seguir, mostra o percentual de crianças de 10 a 14 anos que trabalham no Ceará, 4,42%, Nordeste, 2,28%, e Brasil, 1,5%, em 2008. Nos três casos houve diminuição no percentual de crianças trabalhando. No Ceará ocorreu a maior queda do percentual das crianças de 10 a 14 anos que exerciam algum trabalho, 5,4 pontos percentuais.

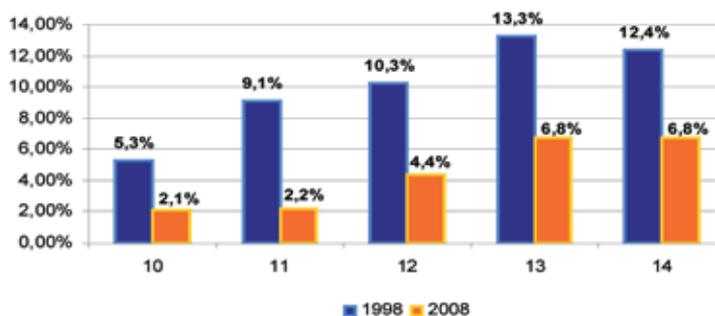
Gráfico 1.5.3 : Percentual de Crianças de 10 a 14 anos que trabalharam no período de referência



Fonte: PNAD/IBGE.

Conforme o Gráfico 1.5.4, o percentual de crianças trabalhando no Ceará que mais caiu foi na faixa de 10 anos; em 2008, 2,10% das crianças de 10 anos trabalharam no período de referência.

**Gráfico 1.5.4 : Percentual de Crianças de 10, 11, 12, 13 e 14 anos que trabalharam no período de referência –CE**



Fonte: DATASUS.

A escassez de dados sobre violência infantil impede maiores considerações sobre a realidade das crianças, entretanto observa-se na mídia que existe um trabalho intenso dos conselhos tutelares para minimizar esta violência. Quanto ao trabalho infantil, os avanços são maiores, e mais visíveis; o Ceará ainda tem o maior percentual de crianças trabalhando (4,42%), mas foi onde aconteceu a maior redução.

## 1.6 Considerações Finais

As principais conclusões tiradas a partir deste Perfil da Infância é que o número total de crianças no Estado diminuiu 9,45% pontos percentuais no período de 1998 a 2008. Isso confirma o envelhecimento da população e, conseqüentemente, o estreitamento da pirâmide etária cearense. Em relação aos domicílios em que vivem as crianças cearenses, o abastecimento de água aumentou consideravelmente na última década, embora a oferta de rede esgoto não tenha acompanhado o aumento na mesma proporção. Apesar do Ceará ser um dos estados com menor percentual da população ligada à rede de esgoto, ele foi um dos estados com maior crescimento da oferta na última década. A educação das Crianças do Estado é onde se pode observar melhorias significativas, com quase todas as crianças na escola e alfabetizadas, embora, ainda seja preocupante o percentual de crianças não alfabetizadas que estão frequentando a escola e a elevada distorção idade-série. Na saúde, observam-se melhorias consistentes, mas ainda são um pouco distantes dos indicadores dos estados mais desenvolvidos. Por fim, infelizmente, o Ceará ainda apresenta altos índices de violência contra as crianças e inaceitáveis percentuais de trabalho infantil.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AMARAL FILHO, J. do. A política de desenvolvimento local e regional no Ceará, 2003-2006. In: FAURÉ, Yves A.; HASENCLEVER Lia (org.) **Caleidoscópio do Desenvolvimento Local no Brasil**. Rio de Janeiro, 2007, p. 219-239.

BRASIL. **Lei nº 229**, de 28 de fevereiro de 1967. Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CEARÁ. **Plano Estadual de Saúde 2007 a 2010**. Fortaleza: SESA, 2008.

HOLANDA, Marcos Costa et al. **Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): fundamentos e resultados**. Fortaleza: IPECE, 2006.

IBGE. **Evolução e Perspectivas da Mortalidade Infantil no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento da População e Indicadores Sociais, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>. Vários acessos.

MENEZES, Adriano Sarquis B. de; CARVALHO, Eveline Barbosa S. **Dimensões do Desenvolvimento: teoria e pratica no Nordeste brasileiro**. Revista Econômica do Nordeste. Fortaleza: BNB, v. 30 n.2 p2 234-245, abr-jun. 1999.

NOGUEIRA, C. A. G. **Acompanhamento das metas do milênio e dos avanços socioeconômicos do Ceará**. Fortaleza: IPECE, abr., 2009. (Texto para discussão n. 57).

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

## 2. PERFIL DA JUVENTUDE NO CEARÁ

**Daniel Cirilo Suliano  
Leandro Oliveira Costa**

A primeira questão que se coloca em foco quando o objetivo é compreender melhor os jovens remete-se aos limites mínimo e máximo que se deve estabelecer para o segmento juventude. Por exemplo, no Relatório de Desenvolvimento Juvenil da UNESCO de 2003 existe uma ampla discussão do tema no sentido sociológico e filosófico através de comparações de vários organismos internacionais que lidam com o tema.

Dentro deste contexto, diversos são os fatores comuns e distintos que os separam dos demais segmentos populacionais. De fato, mesmo apresentando algumas características físicas heterogêneas, assim como aspirações sociais, os jovens compartilham alguns objetivos em comuns além de demandarem políticas públicas semelhantes.

Neste sentido, é certo que não há uma definição consensual ou mesmo fidedigna do que seria ao certo a fase da juventude. Dada a enorme diversidade cultural, as diferentes definições de cunho sociológico ou mesmo as diversas organizações que apresentam uma enorme gama de parâmetros para definir o que seria a idade da juventude, o presente trabalho irá procurar conjugar estes diferentes conceitos a fim de encontrar um amplo perfil do que seria a juventude do Estado do Ceará.

Para a importância de um trabalho como esse pode-se enumerar pelo menos dois fatores. Em primeiro lugar, sabe-se que, dentro do ciclo de vida, a juventude encontra-se inserida em um grupo onde há grande formação de capital humano, além de também formarem grande parte da população economicamente ativa.

De fato, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2008, os jovens entre 15 e 24 anos representam 18,1% de brasileiros e 18,3% do total da população cearense. Observa-se, portanto, tanto dentro da população brasileira como no Estado do Ceará a miríade de pessoas inclusas nesta faixa etária, o que por si só justificaria a inclusão de políticas públicas específicas para este grupo específico.

Além disto, essa faixa etária de idade é de extrema vulnerabilidade no que tange aos riscos de entrada em atividades ilegais, principalmente entre os jovens pobres do sexo masculino normalmente caracterizados por um baixo custo de oportunidade. Isto, muitas vezes, é consequência dos baixos investimentos em capital humano no começo de suas vidas, além das escassas oportunidades enfrentadas por eles quando inseridos no mercado de trabalho.

Como corolário, estes fatores irão se refletir em várias situações no tecido social, tais como: aumento da violência, principalmente nas áreas urbanas, necessidade de políticas sociais mais atuantes como forma de qualificar melhor os jovens na inserção do mercado de trabalho, maior demanda por serviços de saúde em consequência da violência, gravidez precoce e ocorrência de formação familiar logo no começo da juventude, maior grau de desorganização social, etc.

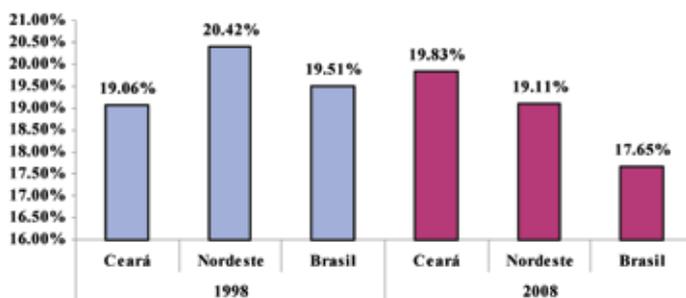
Neste trabalho, procurar-se-á fazer uma análise do perfil geral dos jovens cearenses ao longo de dez anos utilizando-se, para tanto, os dados da PNAD. Neste contexto, serão abordados aspectos de cunho demográfico, racial, de renda, educacional, mercado de trabalho, entre outros. O período de análise compreende os anos de 1998 até 2008, com exceção do ano de 2000, no qual houve censo populacional e não ocorreu PNAD.

## 2.1 Aspectos Demográficos dos Jovens

O gráfico 2.1.1 a seguir apresenta dados percentuais referentes aos jovens na faixa de 15 a 24 anos considerando o Estado do Ceará, a Região Nordeste e o Brasil para os anos de 1998 e 2008. Alternativamente, no gráfico 2.1.2 são apresentados os dados em termos absolutos, apenas para o Ceará e por cada faixa de idade.

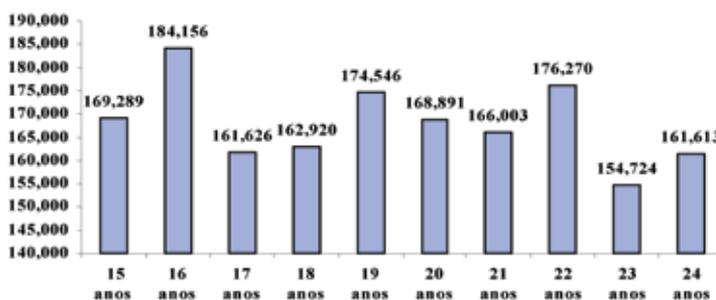
De acordo com esses dados, observa-se que os jovens no âmbito demográfico têm apresentado uma relativa estabilidade no Estado neste período de 10 anos. No caso do Nordeste, houve uma queda na participação de pouco menos de 1,5% do grupo na população como um todo, enquanto que no Brasil a queda de participação foi de 1,65%. Apesar de simples, os dados mostram uma tendência clara na dinâmica demográfica brasileira: um processo de envelhecimento da população. Em termos de políticas públicas, será preciso pensar questões como previdência e serviços de saúde como forma de atender a nova estrutura etária da população.

**Gráfico 2.1.1 : Percentual da População na faixa de 15 a 24 anos**



Fonte: PNAD/IBGE.

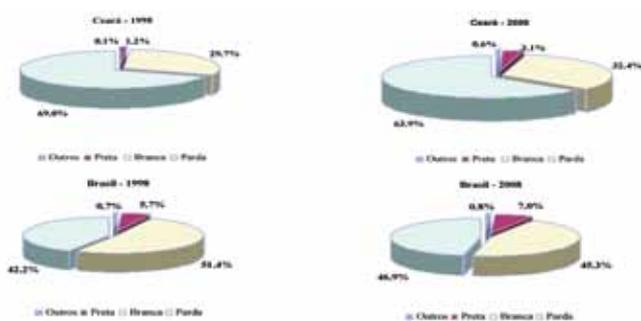
**Gráfico 2.1.2 : População Cearense de 15 a 24 anos**



Fonte: PNAD/IBGE.

Já no gráfico 2.1.3 a seguir, são apresentados os jovens do Ceará e do Brasil divididos de acordo com a sua auto-identificação racial tendo em conta que a PNAD reporta ao indivíduo qual raça ele se considera inserido. Os dados permitem observar que a distribuição racial no Ceará é bem diferente da do Brasil, na medida em que a raça predominante no primeiro é parda enquanto que no segundo é a branca, no ano de 1998. Em 2008, as diferenças permanecem, mas agora bem menores do que a 10 anos atrás. Em ambas as áreas geográficas, é importante destacar o crescimento da raça negra e a irrelevância das raças amarela e indígena dentro da categoria Outros.

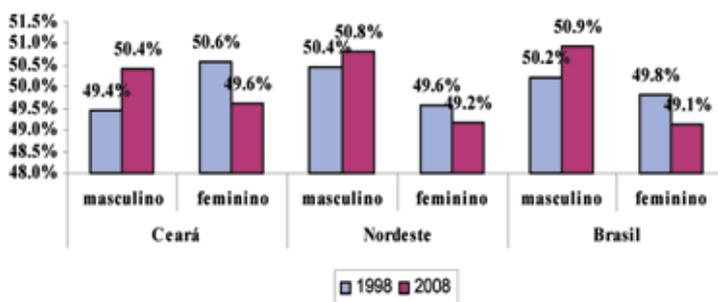
**Gráfico 2.1.3 : População de 15 a 24 anos por Cor ou Raça**



Fonte: PNAD/IBGE.

Adicionalmente, o gráfico 2.1.4, a seguir, discrimina os jovens, mas agora também considerando o Nordeste, segundo o sexo. De acordo com os dados, observa-se uma forte simetria em todas as áreas geográficas no que tange à distribuição do sexo com baixa oscilação neste período de 10 anos. Por exemplo, em 1998 a população masculina do Ceará era de 49,4%, enquanto em 2008 esse percentual era de 50,4% mostrando, portanto, a relativa estabilidade da população cearense no que se refere à distribuição do sexo. Situação semelhante ocorre nas demais áreas geográficas (no Nordeste a população masculina cresce 0,04% enquanto no Brasil ela cresce 0,07%).

**Gráfico 2.1.4 : População de 15 a 24 anos por Sexo**

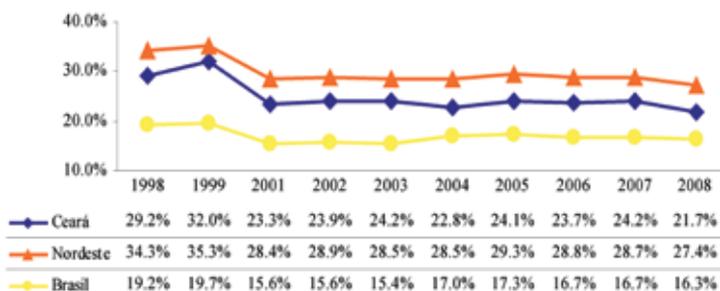


Fonte: PNAD/IBGE.

Por fim, o gráfico 2.1.5 a seguir, apresenta uma série histórica ao longo de nove anos da população de jovens de 15 a 24 anos do Estado do Ceará, Região

Nordeste e Brasil no que concerne à situação censitária. De certo modo, nas três regiões existe uma baixa oscilação no que se refere à variação da população residente na zona rural. Além disso, pode-se observar que o Nordeste apresenta predominantemente uma população jovem mais rural, com o Ceará ocupando uma posição intermediária.

Gráfico 2.1.5 : **População de 15 a 24 Anos Residentes na Zona Rural**



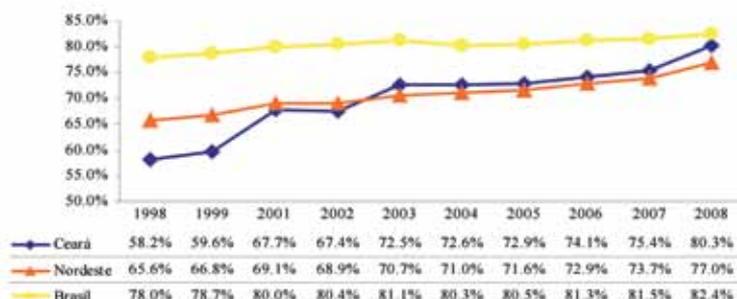
Fonte: PNAD/IBGE.

## 2.2 A Família e os Domicílios dos Jovens

Esta seção tem como objetivo descrever a evolução de indicadores socioeconômicos domiciliares dos jovens entre 15 e 24 anos a partir de 1998 até 2008 para as três dimensões geográficas até agora analisadas: Estado do Ceará, Região Nordeste e Brasil. Os dados ainda utilizados são da PNAD do IBGE e não inclui novamente o ano do Censo de 2000.

Neste sentido, como primeiro indicador, o gráfico 2.2.1, a seguir, apresenta o percentual da população jovem de 15 a 24 anos que moram em domicílios com abastecimento de água. Este é um dado que representa um mix de uma variável socioeconômica na medida em que reflete indicadores de cunho econômico e medidas de bem-estar. Conforme observado no gráfico, o Brasil inicia a série, pelo menos do ponto de vista relativo, com um percentual de domicílios com abastecimento de água bem acima que o Nordeste, além de apresentar uma baixa evolução ao longo da série. Por sua vez, o Ceará inicia a série com 20 pontos percentuais abaixo do Brasil e 10 anos depois apresenta-se com apenas 2 pontos percentuais abaixo, ultrapassando, inclusive, a Região Nordeste.

Gráfico 2.2.1 : **População de 15 a 24 Anos em Domicílios com Abastecimento de Água**

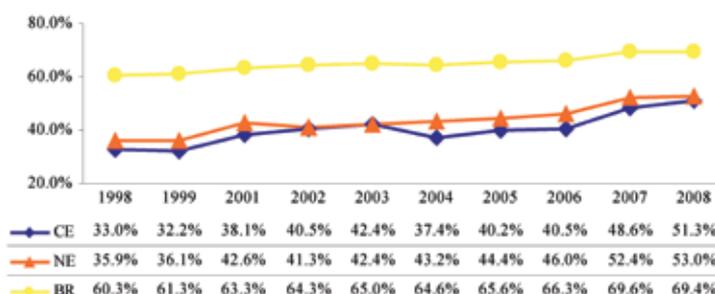


Fonte: PNAD/IBGE.

No gráfico 2.2.2, a seguir, apresenta-se o indicador concernente aos domicílios com rede de esgoto. Em primeiro lugar, pode-se observar que, diferentemente do indicador anterior, apesar de o Brasil apresentar resultados bem superiores que o Ceará e o Nordeste, pouco menos de 30% dos domicílios brasileiros ainda não possuem rede de esgoto. No caso do Ceará e do Nordeste, não obstante suas evoluções ao longo de toda série, apenas pouco mais da metade da população é atendida por este insumo.

Esses resultados são relevantes tendo em vista que a rede de esgoto é um indicador que impacta em diversos segmentos da vida de uma pessoa. Por exemplo, no que tange à saúde, tende a melhorar as condições de higiene e, com isso, reduzir a vulnerabilidade à doenças infecciosas. Conforme observado, ainda há um longo caminho a se percorrer na sua melhoria de atendimento.

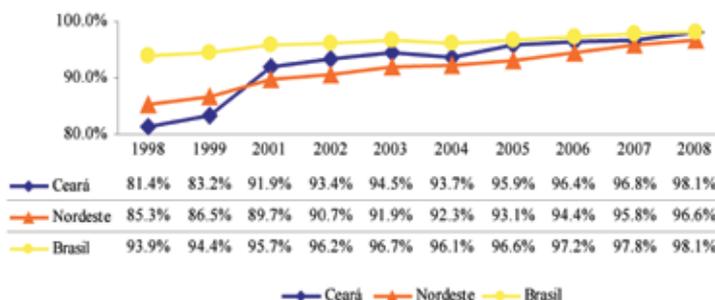
**Gráfico 2.2.2 : População de 15 a 24 Anos em Domicílios com Rede de Esgoto**



Fonte: PNAD/IBGE.

No gráfico 2.2.3 são apresentados dados no que tange aos domicílios dos jovens de 15 a 24 anos com energia elétrica. Diferentemente dos dois indicadores anteriores, este parece mostrar que todas as três regiões geográficas, mesmo no início da série, já apresentavam os domicílios com mais de 80% de cobertura. No caso do Brasil, em 1998, 94% dos municípios estavam cobertos chegando 2008 com 98% de cobertura. No caso do Estado do Ceará, apesar de começar com um atendimento abaixo que a Região Nordeste em 1998, em 2008 seu grau de cobertura iguala-se ao do Brasil.

**Gráfico 2.2.3 : População de 15 a 24 Anos em Domicílios com Energia Elétrica**



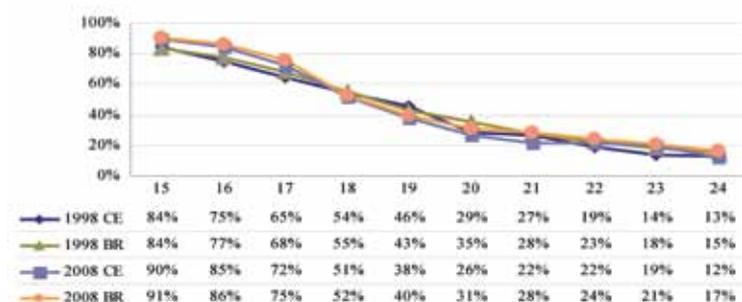
Fonte: PNAD/IBGE.

## 2.3 Educação dos Jovens

A realidade educacional brasileira ainda apresenta um quadro inóspito. Todavia, nestes últimos anos, em decorrência dos investimentos na área educacional, parte dessa realidade vem mudando. Boa parte das gerações nascidas nos anos 80 conseguiram concluir o Ensino Médio, embora a maior parte ainda encontre dificuldades em migrar para o Ensino Superior.

De fato, o gráfico 2.3.1 compara jovens de mesma idade em um intervalo de 10 anos. Tanto em nível de Brasil como em nível de Ceará observa-se que à medida que a idade dos jovens aumenta o percentual daqueles que estudam diminui paulatinamente. Essa tendência é mais exacerbada para jovens a partir de 20 anos, os quais estão em idade ativa para estarem cursando o Ensino Superior. Tais resultados mostram-se interessantes em termos de políticas públicas como forma de entender o porque da dificuldade destes jovens não permanecerem nos estudos.

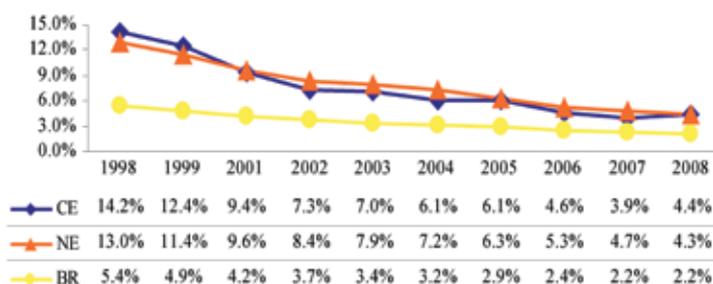
Gráfico 2.3.1 : **Percentual da População de Jovens que Frequenta a escola entre 15 e 24 anos**



Fonte: PNAD/IBGE.

Não obstante, conforme se pode observar no gráfico 2.3.2, a seguir, o percentual de jovens analfabetos vem caindo sistematicamente, principalmente na Região Nordeste e no Estado do Ceará. Por exemplo, em 1998, o percentual de analfabetos jovens do Ceará era quase o triplo do Brasil, enquanto em 2008 era apenas o dobro. Semelhantemente, o Nordeste também apresenta avanços parecidos aos do Estado do Ceará. Esses resultados corroboram o anterior: apesar dos avanços nos indicadores básicos, dado que os índices de analfabetismo tem-se reduzindo entre os jovens, o problema parece se concentrar nos níveis elevados de ensino.

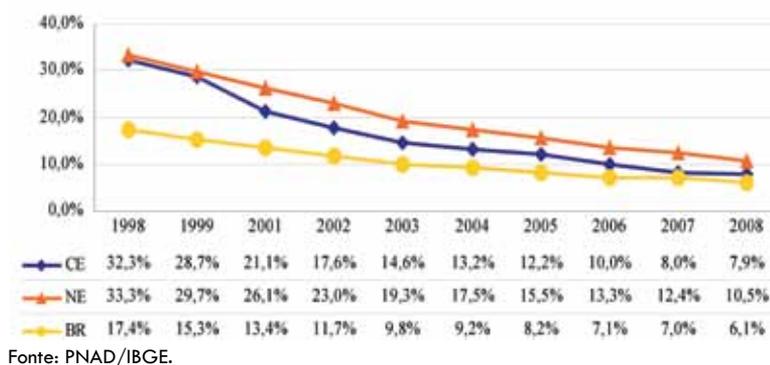
Gráfico 2.3.2 : **Percentual da População de Jovens Analfabetos entre 15 e 24 anos**



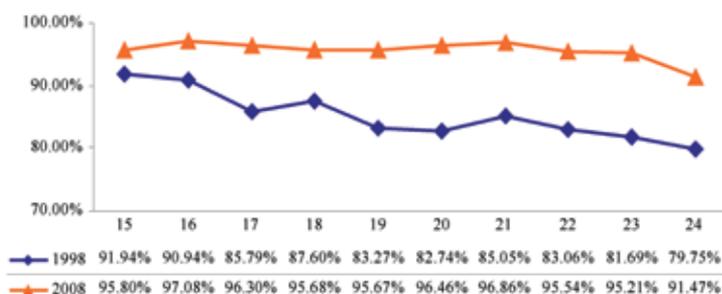
Fonte: PNAD/IBGE.

Outra forma de observar essa realidade é através do percentual de jovens com analfabetismo funcional e do percentual de jovens alfabetizados. O gráfico 2.3.3 apresenta resultados animadores: ao longo de toda a série, o percentual de jovens analfabetos funcionais, jovens que não possuem até quatro anos de estudo, vem se reduzindo de maneira sistemática. De fato, em 1998, quase 1/3 dos jovens cearenses eram analfabetos funcionais, processo que se inverte em 2008 onde o percentual é de apenas 7,9%. Em termos de jovens alfabetizados, representados pelo gráfico 3.4, observa-se que em todas as faixas de idade os resultados são superiores a 90%. Para jovens de 16 anos, por exemplo, em 2008 mais de 97% deles eram alfabetizados.

**Gráfico 2.3.3 : Percentual de Analfabetismo Funcional entre os Jovens de 15 e 24 anos**



**Gráfico 2.3.4 : Percentual da População de Jovens Alfabetizados entre 15 a 24 anos - CE**



Outro indicador particularmente interessante é a média dos anos de estudo. Apesar de ser um indicador impreciso, por camuflar vários outros, trata-se de um bom sinalizador para poder mensurar a escolaridade de um determinado grupo populacional. Neste sentido, o gráfico 2.3.5, a seguir, apresenta a média de anos de estudos dos jovens de 15 a 24 anos do Brasil e do Estado do Ceará de forma a se ter um quadro comparativo entre as duas áreas geográficas.

De acordo com o gráfico anterior, conforme esperado, observa-se que a escolaridade aumenta à medida que a idade aumenta. Além disso, a média de anos de estudo no Brasil apesar de bem superior que a do Ceará em 1998 para cada idade considerada, em 2008 apresentou uma amplitude bem menor. No caso dos jovens de 15 anos, por exemplo, a diferença em 2008 era de apenas 0,4 anos, em média.

Gráfico 2.3.5 : Média de Anos de Estudo dos Estudantes de 15 e 24 anos

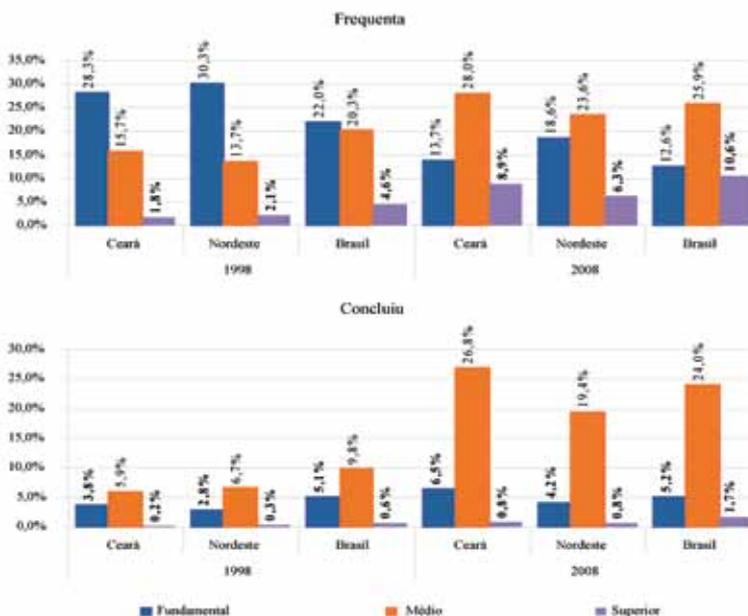


Fonte: PNAD/IBGE.

O gráfico 2.3.6, a seguir, ao analisar os jovens em termos de etapa de ensino, permite conjugar melhor os dados referentes aos gráficos anteriores. Na primeira parte do gráfico são observados os jovens que estão frequentando algum ciclo de estudo, enquanto no segundo refere-se ao percentual dos que concluíram algum ciclo. No primeiro caso, tem-se um dado alentador: mesmo que uma fração dos jovens venha encontrando dificuldade para o ingresso no Ensino Superior, quando se compara o percentual dos que estão frequentando este grau de ensino em um período de 10 anos, o Ceará passa de uma fração de 1,8% para quase 9%. Apenas no Nordeste os resultados são mais modestos.

O problema, no entanto, parece concentrar-se na conclusão do ciclo. De acordo com o mesmo gráfico, apesar do crescimento do número de concludentes em todos os ciclos e em todas as áreas geográficas, a fração dos que concluem o Ensino Superior ainda é muito baixa. De fato, no Estado do Ceará para o ano de 2008 apenas 1,7% dos jovens concluíram este ciclo.

Gráfico 2.3.6 : Percentual da População de Jovens que frequenta ou concluiu por etapa de ensino



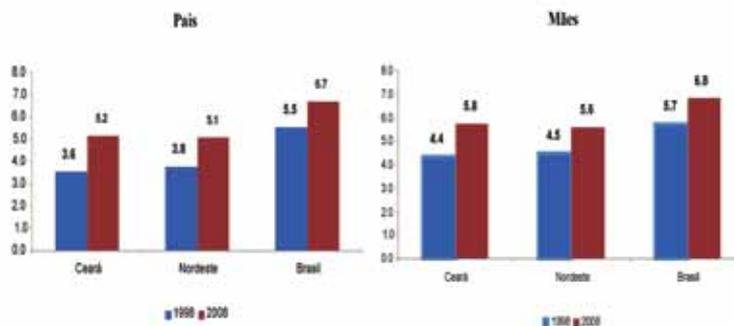
Fonte: PNAD/IBGE.

No que concerne a uma medida mais ampla de formação de capital humano dos jovens, os dados dos gráficos 2.3.7 e 2.3.8 apresentam resultados interessantes. No gráfico 2.3.7 tem-se a média de anos de estudos dos pais e das mães dos jovens. Em primeiro lugar, observa-se que nos dois anos analisados e em todas as áreas geográficas, a média de anos de estudos das mães são superiores à média de estudos dos pais. Além disso, observa-se que a escolaridade dos pais no Estado do Ceará é muito semelhante à da Região Nordeste e, em ambos os casos, a média é menor que a do Brasil.

Por sua vez, o gráfico 2.3.8 apresenta um retrato da escassez ainda persistente da formação de capital humano no âmbito do Estado do Ceará, Região Nordeste e Brasil. Isso porque, conforme observado, o percentual de jovens que ainda apresentam pais analfabetos é muito elevado.

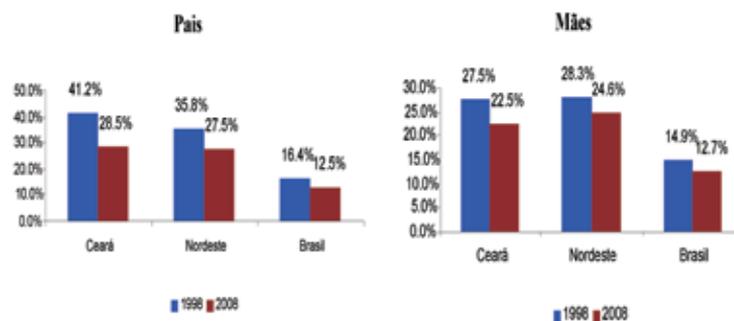
Além do mais, dois fatores pioram ainda mais as perspectivas futuras destes jovens: a forte persistência intergeracional da educação do país aliada a seus elevados. Basicamente, tem-se no Brasil a forte transmissão da educação dos pais para os filhos, ou seja, diversos estudos mostram que a probabilidade de pais analfabetos terem filhos analfabetos é muito elevada. Somado a isso, tem-se que o prêmio à escolaridade, isto é, o retorno de um ano a mais de estudo para níveis mais elevados de educação ainda se mantém em patamares elevados. O gráfico 3.7 mostra que, pelo menos no Ceará e no Nordeste, o percentual de pais e mães que podem transmitir uma baixa educação para seus filhos ainda é elevada considerando o alto índice de pais analfabetos nestas áreas geográficas.

**Gráfico 2.3.7 : Média de Anos de Estudos dos Pais e das Mães de Jovens de 15 a 24 anos**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 2.3.8 : Percentual da População de Pais e das Mães Analfabetos dos Jovens de 15 a 24 anos**



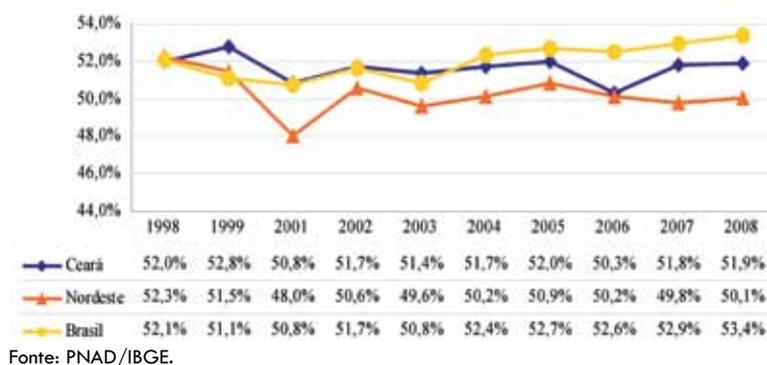
Fonte: PNAD/IBGE.

## 2.4 Mercado de Trabalho e Renda da Juventude

Nesta seção, serão analisados diversos tópicos referentes ao trabalho dos jovens. É importante ter em mente a importância desta análise: neste estágio da vida, os jovens estão em um dilema de alocação de tempo entre trabalho e estudo e, portanto, precisam decidir qual a melhor estratégia a se adotar. Deve-se ressaltar que a heterogeneidade social do país implica em diversas estratégias entre os grupos de jovens na medida em que podem optar por formação familiar mais precoce e entrada mais cedo no mercado de trabalho.

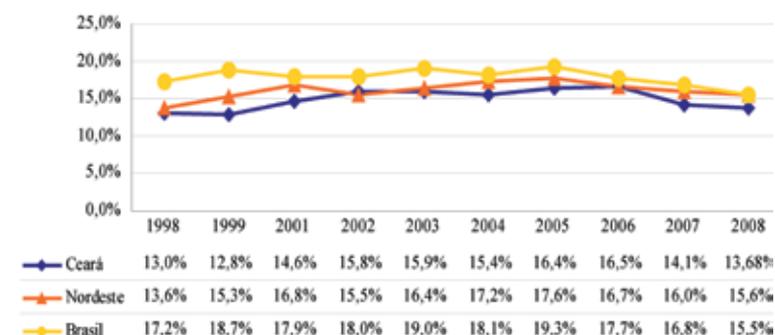
Com efeito, ao analisar os dados do gráfico 2.4.1 pode-se observar os dados da população jovem ocupada ao longo do período 1998-2008 para o Estado do Ceará, a Região Nordeste e o Brasil. Conforme os dados, em quase todos os anos, para as três áreas geográficas, mais de 50% por cento da população jovem encontra-se ocupada chegando no Brasil a ter 53,4% em 2008. Conforme se pode também observar, a partir de 2008 há uma pequena queda neste percentual, principalmente no Nordeste. É importante destacar que esse coincide com a maior efetividade dos programas sociais do Governo Federal. Terão esses programas efeitos reais na população jovem em termos de alocação de tempo entre trabalhar e estudar? Essa seria uma boa agenda para pesquisa em termos de políticas públicas.

Gráfico 2.4.1 : **Evolução do Percentual da População Ocupada de Jovens de 15 a 24 Anos**



Por sua vez, o gráfico 2.4.2, a seguir, apresenta o percentual da população jovem desempregada tendo como estrutura visual a mesma do gráfico anterior. Destaque-se aqui que a população desempregada se dá em relação à População Economicamente Ativa (PEA), enquanto a população ocupada se dá em relação à População em Idade Ativa (PIA) (daí a soma das duas não serem 100%). Comparado com o Nordeste e o Brasil, o Ceará, ao longo da série, apresenta percentuais inferiores de jovens desempregados.

Gráfico 2.4.2 : **Evolução do Percentual da População Desempregada de Jovens de 15 a 24 Anos**

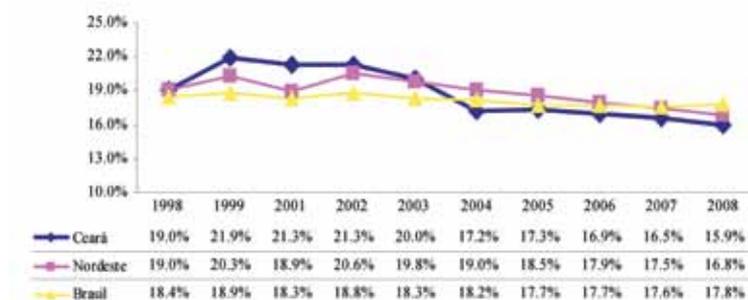


Além disso, os gráficos 2.4.3 e 2.4.4 abaixo apresentam a relação alocativa de tempo entre trabalho e estudo. No gráfico 4.3 é feita uma evolução do percentual de jovens que trabalham e estudam, considerando as três regiões geográficas. No gráfico 2.4.4 a análise estende-se somente para o Ceará.

De acordo com o gráfico 2.4.3, observa-se algumas oscilações ao longo de toda a série para as três áreas geográficas, assim como algumas pequenas variações entre elas. Um dado interessante na evolução é que o percentual de jovens que alocam seu tempo entre trabalho e estudo, simultaneamente, vem diminuindo ao longo do tempo, principalmente no Ceará, que começa a série com o maior percentual e acaba com o menor.

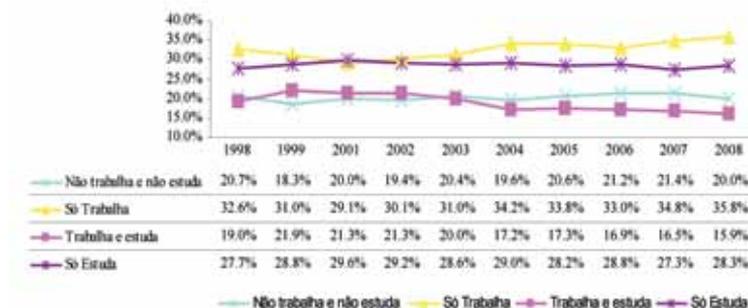
No gráfico 2.4.4 é feita uma comparação dos jovens do Ceará em quatro situações possíveis: não trabalha e não estuda, só trabalha, trabalha e estuda e só estuda. Conforme observado, para as quatro situações analisadas, o percentual de jovens que só trabalham é bem maior que os demais, seguido dos que só estudam. Mais uma vez, isso reforça o argumento anterior de que existe uma parcela expressiva da população jovem do Ceará que está alocando a maior parte de seu tempo, em um sentido intertemporal, apenas em trabalho. Em termos de políticas públicas, pode-se pensar em uma estratégia de incentivos para induzir os jovens a poderem melhor investir na formação de capital humano através dos investimentos em educação.

**Gráfico 2.4.3 : Evolução do Percentual da População de Jovens de 15 a 24 Anos que Trabalha e Estuda**



Fonte: PNAD/IBGE.

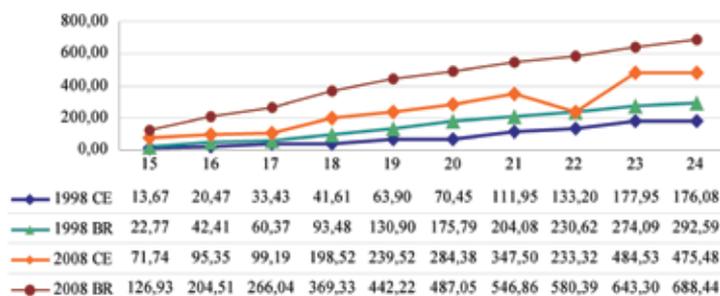
**Gráfico 2.4.4 : Evolução do Percentual da População de Jovens de 15 a 24 Anos que Trabalha ou Estuda – CE**



Fonte: PNAD/IBGE.

Por sua vez, no gráfico 2.4.5, a seguir, é apresentado o rendimento mensal médio de todos os trabalhos para cada faixa de idade. Os valores monetários estão a preços constantes de 2008, tendo sido deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Portanto são diretamente comparáveis. De acordo com o gráfico, observa-se que o rendimento médio para qualquer faixa etária dos jovens brasileiros estão bem acima do rendimento médio dos jovens cearenses, tendo ainda estes, na faixa etária dos 22 anos, sofrido uma forte queda chegando aos níveis de renda média do ano de 1998 dos jovens que estão nesta mesma idade no Brasil. É interessante também observar que em 1998 os rendimentos médios dos brasileiros e cearenses até os 19 anos estavam bem próximos, diferentemente de 2008, onde o grau de desigualdade já era bem nítido.

**Gráfico 2.4.5 : Rendimento Mensal Médio de Todos os Trabalhos dos Jovens de 15 a 24 anos**

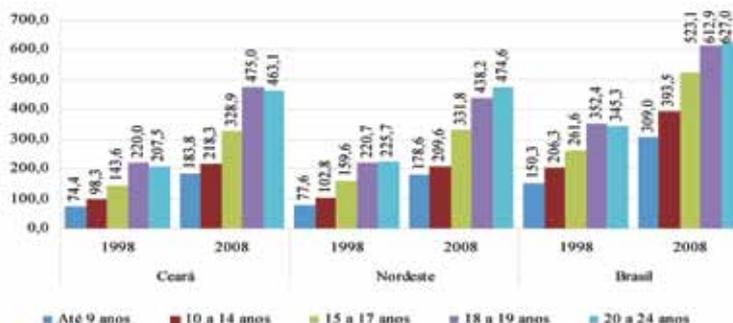


Fonte: PNAD/IBGE.

No gráfico 2.4.6, a seguir, é dado o rendimento mensal dos jovens segundo a faixa de idade em que começaram a trabalhar. Semelhantemente ao gráfico anterior, os valores monetários foram deflacionados pelo INPC estando a preços constantes de 2008 sendo, portanto, diretamente comparáveis. Conforme esperado, os rendimentos são crescentes à medida que se aumenta a faixa de idade dos jovens. A média de rendimentos dos jovens mostra-se maior no Brasil, seguida pelo Ceará apresentado o Nordeste como a menor média nos dois períodos considerados.

É importante também destacar que, para as três áreas geográficas, os rendimentos da faixa etária de 18 a 19 anos se assemelham aos rendimentos da faixa etária dos jovens de 20 a 24 anos.

**Gráfico 2.4.6 : Rendimento Mensal Segundo a Faixa de Idade que Começou a Trabalhar**

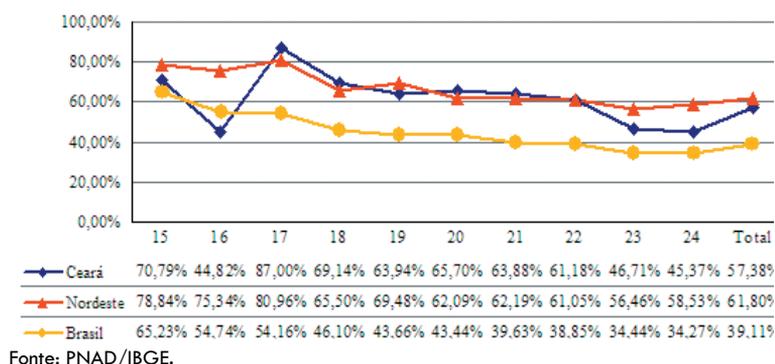


Fonte: PNAD/IBGE.

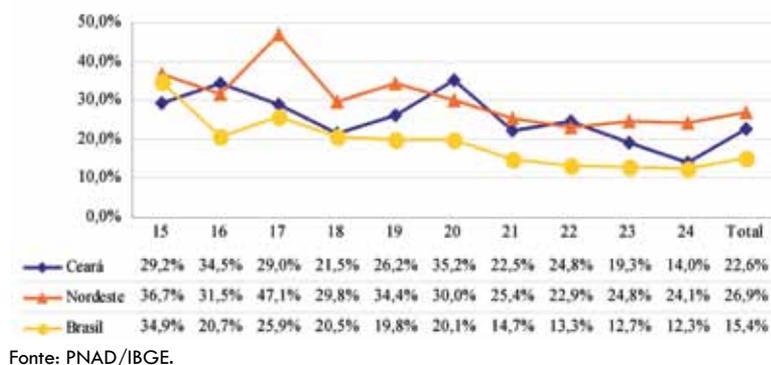
Por fim, os gráficos 2.4.7 e 2.4.8 apresentam a situação dos jovens no que tange às condições de pobreza e indigência. Conforme observado, os jovens pobres são maioria no Nordeste e minoria no Brasil, com o Estado do Ceará no caminho intermediário, ficando, no entanto, mais próximo do primeiro do que no segundo. De fato, enquanto os jovens brasileiros representam pouco menos de 40% dos pobres no Nordeste e no Estado do Ceará, sua representatividade chega próximo aos 60%. De acordo com esses dados, pode-se sugerir que a pobreza no país está bem concentrada nas áreas menos desenvolvidas.

Já o gráfico 2.4.8 apresenta a mesma situação do gráfico anterior só que agora considerando a linha de indigência. Semelhantemente ao gráfico 2.4.7, o Nordeste apresenta uma fração mais significativa de indigentes do que o Brasil e o Estado do Ceará. É importante destacar que o percentual de indigentes, nas três áreas geográficas, está bem abaixo do percentual do número de pobres. Além disso, a fração de indigentes no Estado Ceará está um pouco abaixo da do Nordeste, diferentemente da situação anterior, onde as duas estavam mais próximas.

**Gráfico 2.4.7 : Percentuais da População de Jovens que vivem abaixo da linha de pobreza – 2008**



**Gráfico 2.4.8 : Percentuais da População de Jovens que vivem abaixo da linha de indigência – 2008**

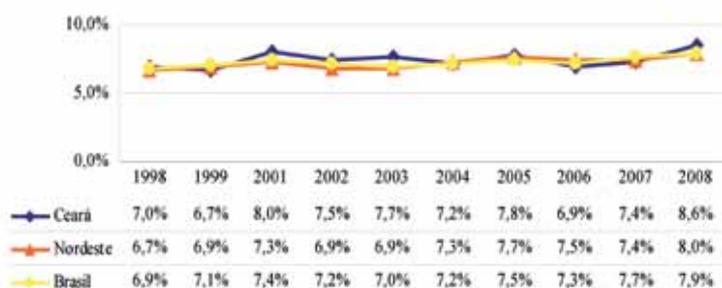


## 2.5 Perfil dos Jovens Chefes de Família

Com o objetivo de diagnosticar o processo de formação familiar dos jovens, a presente seção apresenta alguns indicadores referentes a este tema. No gráfico 2.5.1 é apresentada uma evolução ao longo do período 1998-2008 o percentual de jovens entre 15 a 24 anos que são chefes de domicílio. A título comparativo, apresenta-se, além do Ceará como área geográfica, o Brasil e a Região Nordeste. Do ponto de vista temporal, observa-se um pequeno crescimento do percentual de domicílios chefiados por mulheres. No Ceará, por exemplo, em 1998, 7% dos domicílios eram chefiados por elas passando a 8,6% em 2008.

É importante ressaltar a composição destes resultados: dificilmente uma fração significativa de jovens entre 15 a 17 anos chefiam famílias na mesma proporção que os jovens com idade entre 18 a 24 anos.

**Gráfico 2.5.1 : Percentual da População de Jovens Chefes de Família entre 15 a 24 anos**



Fonte: PNAD/IBGE.

De fato, o gráfico 2.5.2 mostra que a partir desta segunda faixa de idade cresce a população de jovens do sexo feminino com filhos. É claro que fecundidade não implica necessariamente em rearranjo familiar, dado que a fração de mulheres solteiras com filhos vem crescendo cada vez mais. No entanto, pode-se argumentar que estas mesmas mulheres devam ser chefes de domicílio em lares uniparentais (lares onde há apenas um dos progenitores). Além disso, é crescente em regiões em desenvolvimento a formação precoce de lares já que nestes lugares ainda é pouco frequente os jovens postergarem o processo familiar em detrimento à formação profissional.

Mesmo assim, os dados do gráfico 2.5.2 mostram uma tendência à mudança de percepção. Com efeito, em 1998 quase 60% das mulheres brasileiras já tinham pelo menos um filho, enquanto em 2008 o percentual reduziu-se para 54,7%. No caso do Ceará, em 2008 apenas 47% das mulheres, ou seja, um percentual já abaixo de 50% apresentavam ter filhos.

**Gráfico 2.5.2 : Percentual da População de Jovens de 15 a 24 Anos do Sexo Feminino com filhos**



Fonte: PNAD/IBGE.

## 2.6 Considerações Finais

Este trabalho procurou fazer uma análise do perfil socioeconômico da juventude do Estado do Ceará a partir de uma análise comparativa entre a Região Nordeste e o Brasil. Como primeiro problema em um trabalho desse tipo, pode-se mencionar a dificuldade em tentar definir uma linha padrão do que é considerado juventude, na medida em que não existe consenso do que seja a fronteira entre adolescência, juventude e idade adulta. Reforçando a problemática, existem fatores relacionados de quais políticas públicas seriam necessárias para cada grupo específico dentro da juventude como forma de alocar melhor os recursos disponíveis.

No que se observou quanto à situação demográfica, a juventude do Ceará, dentro dos critérios aqui utilizados, representa 1/5 da população do Estado. Em termos de raça autodeclarável, a parda representa mais 60% da população e a branca pouco menos de 1/3. Em 2008, último ano da base usada no presente estudo, os negros eram apenas 3,1% da população total de jovens.

Os dados aqui também apresentados mostraram que o acesso à infraestrutura dos jovens já está quase universalizada quando se leva em conta os domicílios em que eles moram na medida em que estão amplamente cobertos por abastecimento de água e energia elétrica. No caso deste último, 98% de seus domicílios estão cobertos. Apenas na rede coletora de esgoto, problema latente nos domicílios brasileiros, é que os domicílios dos jovens apresentam uma cobertura de pouco mais de 50%.

No aspecto educacional, observa-se que a taxa de analfabetismo dos jovens vem caindo nestes últimos dez anos chegando a apenas 4,4% em 2008. Outro fator que reforça essa idéia é o aumento da média de anos de estudos por idade.

Dentro do mercado de trabalho, eles vêm apresentando uma taxa de ocupação de 50% ao longo de toda a série. Além disso, quando comparados com jovens que só estudam, os jovens que só trabalham são maioria. Mesmo assim, no ano de 2008 o percentual de jovens no Ceará era próximo de 57%.

Em termos de políticas públicas, pode-se pensar em diversos incentivos de alocação de tempo para sua maior formação de capital humano tendo em conta que a alta ocupação dos mesmos não tem sido suficiente para alçá-los fora da linha de pobreza. Obviamente, tais políticas devam passar por mecanismos de planejamento familiar levando em conta que em 2008 quase 50% das jovens cearenses já tinham pelo menos um filho.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BARDHAN, P.; UDRY C. **Development microeconomics**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L., PASINATO, M. T.; KANSO, S. **Caminhos para a vida adulta**: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão n.1038).

IBGE, **População Jovem no Brasil**, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>. Vários acessos.

MEDEIROS, J. A. **Alcance e limitações da teoria do capital humano** - Diferenças de ganhos no Brasil em 1973. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1982.

MENEZES, E.; SANTOS, T.H. **“Analfabetismo funcional”** (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=132>, visitado em 22/9/2006.

REYNOLDS, Lloyd G. **Economia laboral y relaciones de trabajo**. México, D.F. : Fondo de Cultura Económica, 1984.

ROBERTS, K. **Change and continuity in youth transitions in Eastern Europe: Lessons for Western Sociology**. The Sociological Review, 2003.

SOARES, J. F. Qualidade e equidade na educação básica Brasileira: A evidência do SAEB-2001. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, n.12, v.38, 2004.

WAISELFISZ, J. J.; et al. **Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003**, Brasília: UNESCO, 2004.

### 3. PERFIL DO IDOSO NO CEARÁ

**Raquel Silva Sales**  
**Eveline Barbosa Silva Carvalho**  
**Jimmy Lima Oliveira**

Os idosos são caracterizados como pessoas de bastante experiência, que têm uma história de vida para contribuir com as gerações mais novas. Entretanto, isso também é acompanhado de cuidados e necessidades específicas, tanto a nível físico como psicológico. Nesse contexto, dando continuidade à análise sobre os grupos populacionais mais vulneráveis, este capítulo pretende determinar o perfil do idoso no Estado do Ceará, em comparação com idosos do Brasil e Nordeste.

O aumento da longevidade é uma tendência mundial, e deve ser reconhecido como uma conquista social resultante principalmente da evolução da medicina e da cobertura dos serviços de saúde, entre outros fatores. Mas esse fato também é visto como um desafio, não só para os governos, mas para a própria sociedade e para as famílias.

Os estudos que retratam o perfil dos idosos tornam-se assim de grande importância por serem preciosos instrumentos de políticas públicas que visem à qualidade de vida para pessoas desse grupo.

Segundo os dados da PNAD de 2008, existem 914.514 idosos no Ceará, o que representa 10,8% da população residente do Estado. Em relação a 1998, houve um crescimento de 48,6% na população de idosos o que representa um grande desafio para o Estado e a sociedade.

O conceito de pessoa idosa varia entre países e organizações. Atualmente, no Brasil, a definição considerada mais aceita de pessoas idosas é: pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Tal definição decorre da legislação federal mais atual a favor dos idosos que é o Estatuto do Idoso.

O Estatuto do Idoso<sup>1</sup> foi Instituído pela Lei Brasileira de nº 10.741 de 1º de Outubro de 2003 destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Este dispõe sobre os direitos fundamentais a favor desse grupo: direito à vida; direito à liberdade e dignidade; direito à alimentação, saúde, educação, cultura, esporte e lazer, direito à profissionalização e ao trabalho; direito à previdência social; à assistência social; à habitação e transporte.

Os dados utilizados neste estudo são da Pesquisa Nacional por amostra domiciliares (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o período contemplado vai de 1998 a 2008 e abrange o Brasil, Nordeste e Ceará.

Foram realizados dois cortes transversais na base de dados: um corte na base de pessoas com idade igual e/ou superior a sessenta anos tendo em vista a

<sup>1</sup> Anteriormente a essa lei, já havia legislação a favor desse grupo. A constituição de 1988, que considerava pessoas idosas as acima de 65 anos de idade e a lei 8.842/94 que fixou a Política Nacional do Idoso já definido como idosa a pessoa com 60 anos ou mais.

definição do idoso de acordo com o estatuto do idoso; e outro corte na base de domicílios.

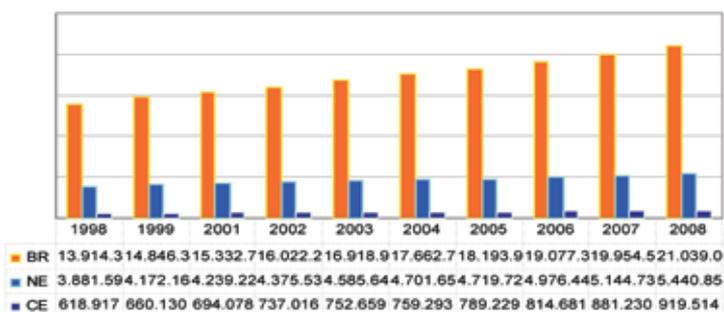
Esse capítulo está dividido em seis partes, além desta introdução. A segunda traz as características demográficas. Em seguida, expõe-se os aspectos do idoso na família. As informações educacionais dos idosos se encontram na quarta seção. A quinta mostra informações sobre rendimento e previdência. A sexta apresenta as informações sobre a incidência da pobreza nesse grupo. Por fim, são feitas as considerações finais.

### 3.1 Características Demográficas dos Idosos

Neste capítulo, serão analisados os aspectos demográficos relativos ao idoso levando em conta informações quanto ao gênero, à faixa etária, à cor ou raça declarada desse grupo populacional no Brasil, Nordeste e Ceará para anos de 1998 e 2008.

O Brasil é um país em processo de envelhecimento. É o que se pode notar pelo exposto no gráfico 3.1.1, a seguir, que mostra a evolução da população idosa de 1998 a 2008 para o Brasil, o Nordeste e o Ceará. Mais especificamente, o Estado do Ceará apresentou uma população de 914.514 idosos em 2008 contra 618.917 em 1998.

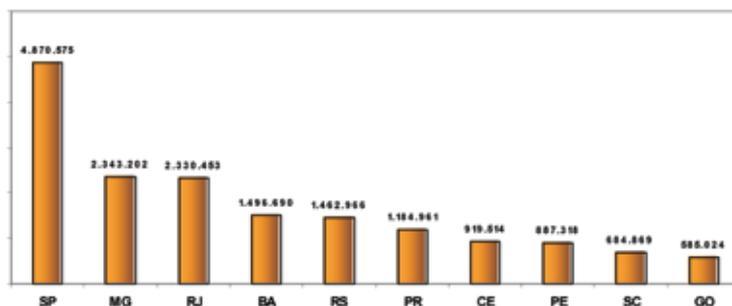
Gráfico 3.1.1 : **Evolução da População de Idosos**



Fonte: PNAD/IBGE.

Em relação aos demais estados brasileiros, como visto no gráfico 3.1.2, em 2008 o Ceará ocupava a 7ª posição em termos de população de idosos. Os mais populosos foram São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

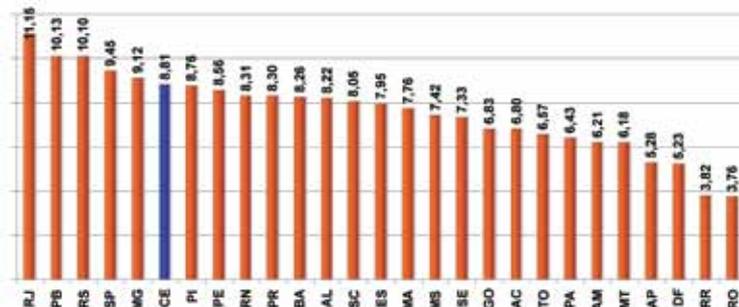
Gráfico 3.1.2 : **Ranking dos 10 estados brasileiros com maior população de idosos em 2008.**



Fonte: PNAD/IBGE.

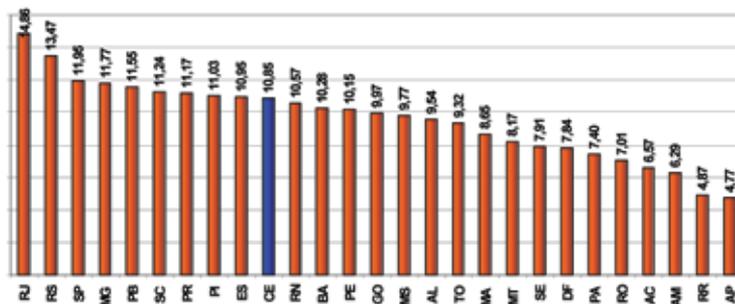
Em termos de proporção da população composta por idosos, apresentamos a seguir o ranking nacional para 1998 e para 2008. Nota-se que o Ceará em 1998 ocupava a 6ª posição e tinha menos de 10% da sua população formada por idosos; já em 2008 cai para a 10ª posição, porém passa a entrar para o grupo de estados com mais de 10% da população composta por pessoas idosas.

Gráfico 3.1.3 : Ranking brasileiro da proporção de idosos em 1998



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 3.1.4 : Ranking brasileiro da proporção de idosos em 2008



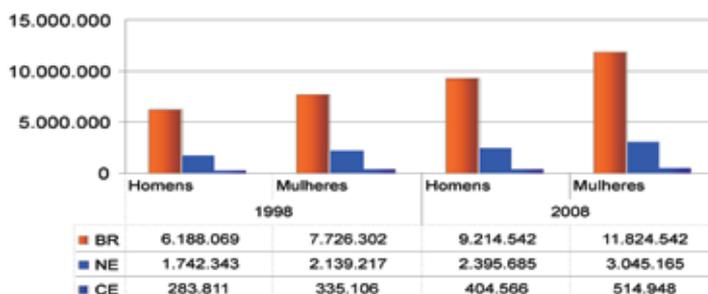
Fonte: PNAD/IBGE.

Considerando a região Nordeste, o Estado Ceará em 1998 era o segundo estado com maior proporção de população idosa (8,8%) perdendo apenas para o Estado da Paraíba. Em 2008, o Estado caiu no ranking passando para a 3ª posição.

Apesar da mudança do papel da mulher na sociedade e do aumento de sua exposição às situações de violência física e psicológica, ainda é consenso que os homens continuam mais expostos do que as mulheres.

Em relação ao aspecto de gênero, verifica-se que entre os idosos a razão entre os sexos dessa população é bastante diferenciada, sendo maior o número de mulheres idosas, o que corrobora a hipótese de que as mulheres vivem mais do que os homens, conforme comprova o gráfico 3.1.5 a seguir, para o Ceará, Nordeste e Brasil.

Gráfico 3.1.5 : População de idosos por Gênero



Fonte: PNAD/IBGE.

Outro aspecto a ser abordado é a quantidade de idosos por faixas de idade. Pela tabela a seguir, verifica-se que a maioria dos idosos encontra-se entre as faixas que vai de 60 a 65 anos de idade.

**Tabela 3.1.1: População de Idosos por faixa de idade**

Grupos de Idade	1998			2008		
	BR	NE	CE	BR	NE	CE
60 a 65 anos	5.180.994	1.363.292	204.938	7.638.402	1.895.069	293.909
66 a 70 anos	3.473.931	868.072	140.949	4.923.773	1.291.161	227.735
71 a 75 anos	2.342.846	714.992	123.088	3.532.592	895.919	142.412
76 a 80 anos	1.513.474	467.726	81.697	2.524.673	655.258	121.025
81 anos ou mais	1.403.126	467.478	68.245	2.419.644	703.443	134.433
<b>Total</b>	<b>13.914.371</b>	<b>3.881.560</b>	<b>618.917</b>	<b>21.039.084</b>	<b>5.440.850</b>	<b>919.514</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

A tabela 2 apresenta a variação percentual de 1998 a 2008 da população idosa por diferentes faixas de idade para o Ceará, Nordeste e Brasil. Observa-se que para as faixas etárias de 61 a 70 anos e a partir de 81 anos de idade, a variação percentual para o Ceará foi muito superior às do Nordeste e Brasil sendo que para essa última faixa etária, ou seja, para idosos com idade a partir de 81 anos, a população praticamente dobrou no período, como mostra o crescimento percentual de 96,99%.

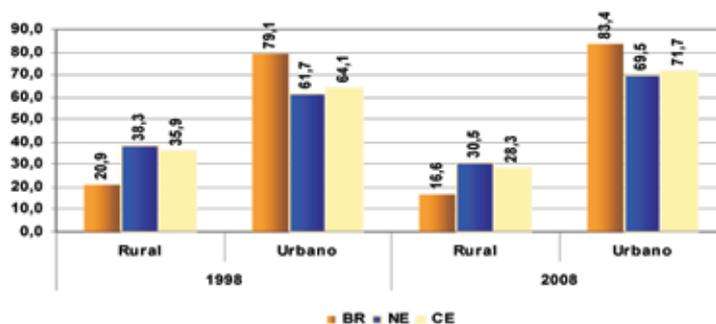
**Tabela 3.1.2 : Variação Percentual da População Idosa por faixa de Idade**

Grupos de Idade	Variação % 1998/2008		
	BR	NE	CE
60_65 anos de idade	47,43	39,00	43,41
61_70 anos de idade	41,73	48,74	61,57
71_75 anos de idade	50,78	25,30	15,70
76_80 anos de idade	66,81	40,09	48,14
81 anos ou mais de idade	72,45	50,48	96,99
<b>Total</b>	<b>51,20</b>	<b>40,17</b>	<b>48,57</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

A localização geográfica do idoso, quanto às áreas urbana e rural, insere-se no processo de urbanização. Em 1998, no Ceará, 64,1% da população idosa encontrava-se no meio urbano passando para 71,1% em 2008. Esse movimento repete-se quando se observa os dados para o Nordeste e Brasil do Gráfico, a seguir.

**Gráfico 3.1.6 : Percentual de Idosos por Zona**



Fonte: PNAD/IBGE.

## 3.2 Aspectos do Idoso na Família

Em relação ao papel do idoso na família, a Tabela a seguir mostra a proporção de idosos por condição na família para as três esferas abordadas.

Nota-se que em 2008 o Idoso é considerado, na maioria dos domicílios, a “pessoa de referência”, ou seja, o “chefe” da família.

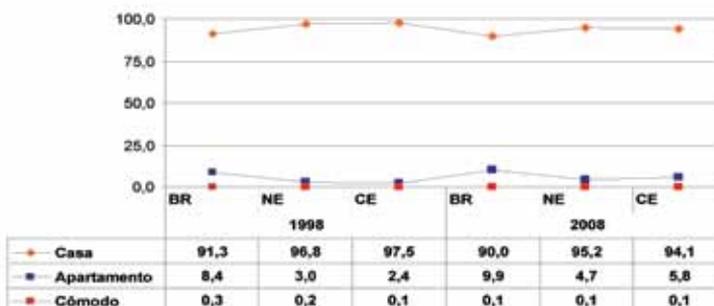
Tabela 3.2.1: Proporção de Idosos por condição na família

Condição do Idoso na Família	1998			2008		
	BR	NE	CE	BR	NE	CE
Pessoa de Referência	8.927.827	2.527.005	391.363	13.514.748	3.562.502	572.909
Cônjuge	3.145.698	877.556	148.265	5.031.839	1.277.630	237.446
Filho	62.725	18.573	2.841	88.658	22.447	4.155
Outro Parente	1.686.973	431.564	71.977	2.287.966	549.324	101.379
Agregado	59.863	17.042	3.142	84.841	23.342	2.495
Pensionista	5.128	967	1.329	14.833	2.429	678
Empregado doméstico	11.501	4.523	618.917	15.701	2.678	452
<b>Total</b>	<b>13.899.715</b>	<b>3.877.230</b>	<b>1.237.834</b>	<b>21.038.586</b>	<b>5.440.352</b>	<b>919.514</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

Outro indicador relevante, que ajuda a identificar as condições de vida da população idosa é a proporção de idosos por tipo de moradia. O Gráfico a seguir, apresenta os valores em 1998 e 2008. Para as três esferas e para os dois anos contemplados, nota-se que a proporção de idosos que residem em casas é maior quando comparada aos outros tipos de moradia.

Gráfico 3.2.1 : Proporção de Idosos por Tipo de Moradia do Idoso



Fonte: PNAD/IBGE.

Outro indicador relacionado à condição de domicílio é a propriedade dele, se próprio (pago ou ainda pagando), alugado, cedido ou outra condição. Para o Ceará, a PNAD informa que em 2008, 84,5% dos idosos vivem em domicílio próprio e já pago e que apenas 15,5% dos idosos vivem em domicílios alugados ou cedidos conforme evidencia a tabela, a seguir.

Tabela 3.2.2: Proporção de Idosos por Condição de Moradia

Condição do Idoso na Família	Anos					
	1998			2008		
	BR	NE	CE	BR	NE	CE
Próprio já pago	81,4	42,6	39,7	85,7	88,1	84,5
Próprio ainda pagando	3,5	1,3	1,1	2,0	0,9	1,1
Alugado	6,8	2,5	3,9	7,3	6,1	7,9
Cedido por empregador	1,9	1,0	0,9	1,1	1,1	0,9
Cedido de outra forma	6,1	2,6	4,2	3,6	3,6	5,3
Outra condição	0,3	0,1	0,2	0,4	0,2	0,3
Ignorado	0,0	50,0	50,0	0,0	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNAD/IBGE.

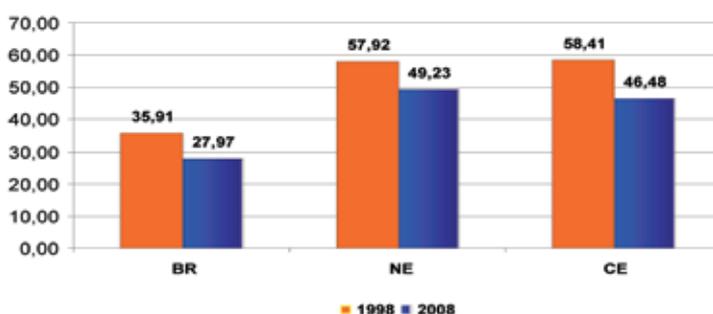
### 3.3 Aspectos Educacionais dos Idosos

Quanto aos aspectos educacionais da população idosa, serão abordados nesta capítulo a taxa de analfabetismo, a taxa de analfabetismo funcional e o número médio de anos de estudo.

A PNAD define como pessoas alfabetizadas aquelas que responderam positivamente à pergunta: o indivíduo sabe ler e escrever pelo menos um bilhete no idioma conhecido. A taxa de analfabetismo da população idosa corresponde ao número de indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos que são analfabetos em relação ao total de pessoas desse mesmo grupo etário.

Os dados da pesquisa mostram que caiu a taxa de pessoas idosas analfabetas em 2008 em relação a 1998, nas três esferas abordadas.

Gráfico 3.3.1 : Taxa de Analfabetismo da população idosa

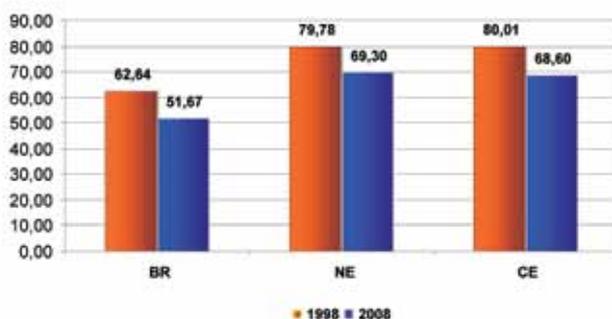


Fonte: PNAD/IBGE.

Em relação ao analfabetismo, analisou-se também o indicador referente ao analfabetismo funcional. A pessoa idosa é considerada analfabeta funcional quando ela é incapaz de utilizar a leitura e a escrita para continuar aprendendo. A taxa de analfabetismo funcional do idoso é representada pela proporção de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos com menos de quatro anos de estudo completo.

Em 2008, no Estado do Ceará 68,60% da população idosa era classificada como analfabeta funcional contra 80,01% em 1998. Na região Nordeste, a taxa foi um pouco maior sendo 69,30% em 2008 contra 79,78% em 1998.

Gráfico 3.3.2 : Taxa de Analfabetismo Funcional entre Idosos

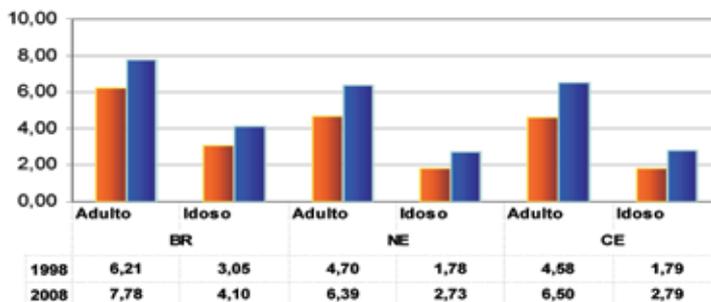


Fonte: PNAD/IBGE.

Outro dado que revela o perfil educacional da população idosa é o número médio de anos de estudo. No Gráfico a seguir, esse dado é confrontado ao da população chamada de adulta que se refere às pessoas na faixa de idade de 25 a 59 anos de idade.

No grupo da população idosa, verificou-se que esse número é bem inferior ao do grupo da população adulta, nas três esferas abordadas.

**Gráfico 3.3.3 : Número Médio de Anos de Estudo da População Idosa e Adulta**



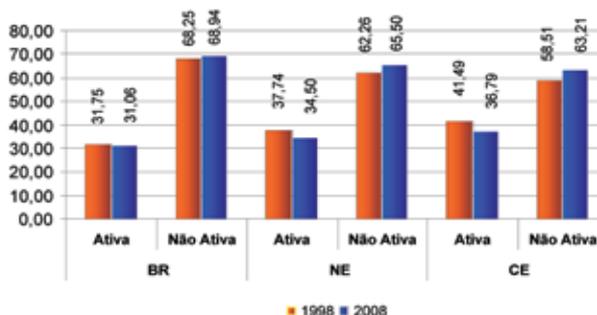
Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.4 Rendimento, Mercado de Trabalho e Previdência

Quanto à condição da atividade do idoso classifica-se em economicamente ativa e não economicamente ativa ou Inativa. A pessoa idosa economicamente ativa refere-se às ocupadas (pessoas idosas que tinham trabalho durante o período) e desocupadas (aqueles idosos sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura de trabalho no período de referência) na semana de referência<sup>2</sup>. Os idosos não economicamente ativos são os que não foram classificados como ocupados ou os desocupados no período de referência.

O Gráfico a seguir refere-se ao percentual da população idosa em cada esfera abordada por condição econômica: ativa e não economicamente ativa. Para as três esferas abordadas temos a conclusão que é bem maior o percentual de idosos não ativos do que de ativos.

**Gráfico 3.4.1 : Percentuais da População Idosa Ativa e Inativa**

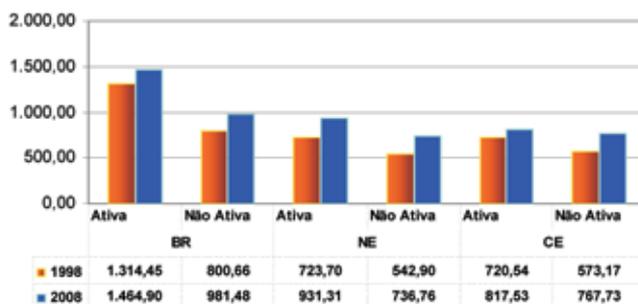


Fonte: PNAD/IBGE.

Ainda nessa linha, temos, a seguir, outro indicador relevante: o que refere-se à renda média real de todas as fontes, apresentado no gráfico 15 mostrando que a renda em reais é bem superior para o grupo de idosos ativos nas três esferas analisadas. É possível que essa situação de diferenciação de renda com desvantagem para os não ativos tenda a continuar julgando pelo percentual de não contribuintes bem superior ao de contribuintes para a população ocupada, principalmente no Nordeste e no Ceará.

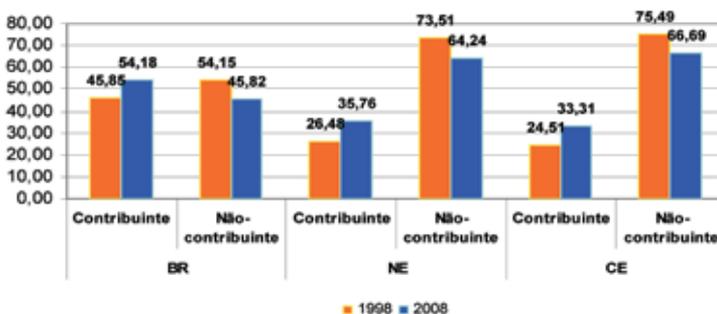
<sup>2</sup> A semana de referência equivale a semana dos dias 23 a 29 de setembro para pesquisa de 2008.

**Gráfico 3.4.2 : Renda Média Real de Todas as Fontes para a População de Idosos Ativos e Inativos (em R\$)**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 3.4.3 : Percentual da População Ocupada que Contribui ou Não para algum Instituto de Previdência (10 a 59 Anos de Idade)**

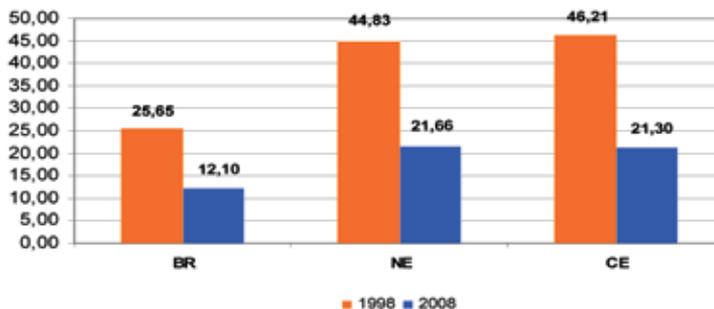


Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.5 Incidência de Pobreza entre Idosos

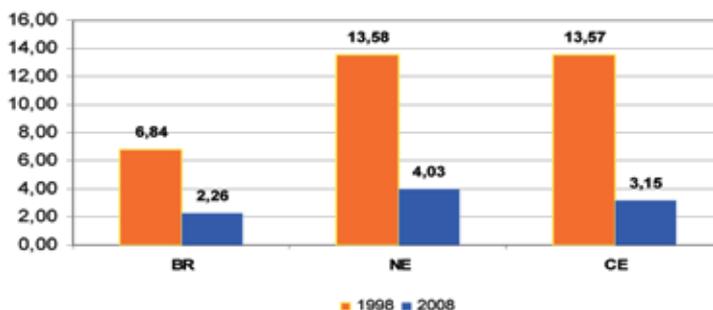
De 1998 a 2008, ocorreu uma forte queda tanto na taxa de pobreza, como na taxa de indigência. Indicando que nesse período houve, de fato uma queda na proporção de pobres, pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo mês, bem como na proporção de indigentes que possuem renda domiciliar *per capita* inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo, conforme mostram os gráficos 12 e 13.

**Gráfico 3.5.1 : Taxa de Pobreza da População Idosa**



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 3.5.2 : Taxa de Indigência da População Idosa



Fonte: PNAD/IBGE.

### 3.6 Considerações Finais

O aumento da longevidade é uma tendência mundial decorrente da evolução da medicina e da cobertura dos serviços de saúde, mas, também, de diversos outros fatores como a qualidade da alimentação, o aumento da renda e a melhoria do bem-estar. Portanto, pode-se afirmar que a longevidade é consequência das políticas públicas adotadas em níveis local, estadual e nacional.

A definição de pessoa idosa varia entre países, mas, no Brasil, é considerado idoso pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos. O processo de envelhecimento populacional é observado tanto para o país como para a região Nordeste e o Ceará. De fato, entre 1998 e 2008, o Ceará ganhou 295.597 idosos, tendo sido registrado, em 2008, uma população de quase um milhão de idosos (especificamente, 914.514 idosos), ocupando a 7<sup>o</sup> posição em termos de população de idosos entre todos os estados da federação, a 10<sup>a</sup>. Posição em 2008 em termos de proporção da população de idosos do país e a 3<sup>a</sup>. Posição no Nordeste em igual categoria.

Entre 1998 e 2008, houve um elevado crescimento da população de idosos de diferentes faixas etárias. Sendo que para as faixas etárias de 61 a 70 anos e a partir de 81 anos de idade, a variação percentual para o Ceará foi muito superior a do Nordeste e a do Brasil. De fato, para idosos com idade a partir de 81 anos, a população praticamente dobrou no Ceará durante o período sob referência, tendo sido registrado crescimento percentual de 96,99%.

Algumas características da população idosa marcaram o período analisado. Em 2008, o idoso foi considerado, na maioria dos domicílios, a “pessoa de referência”, ou seja, o “chefe” da família e houve um movimento de urbanização entre os idosos: em 1998, no Ceará, 64,1% da população idosa encontrava-se no meio urbano passando para 71,1% em 2008. Além disso, os idosos preferem morar em casa e para o Ceará 84,5% dos idosos vivem em domicílio próprio.

Os dados da pesquisa mostram que caiu a taxa de pessoas idosas analfabetas em 2008 em relação a 1998, nas três esferas abordadas. Mas o número de anos de estudo da população idosa é bem baixo se comparado ao da população adulta. Apesar disso, está melhorando. Em 1998, os idosos do Ceará tinham em média 1,79 anos de estudo e em 2008 essa média passou para 2,79 anos de estudo.

É bem maior o percentual de idosos não ativos do que de ativos e a renda em reais é bem superior para o grupo de idosos ativos no Ceará, Nordeste e Brasil. E é provável que essa situação de diferenciação de renda com desvantagem para os não ativos tenda a continuar sendo julgada pelo percentual de não contribuintes bem superior ao de contribuintes para a população ocupada, principalmente no Nordeste e no Ceará.

A melhor notícia, contudo, é que de 1998 a 2008, ocorreu uma forte queda tanto na taxa de pobreza, como na taxa de indigência. Indicando que nesse período houve, de fato, uma queda na proporção de pobres, pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 de salário mínimo por mês, bem como na proporção de indigentes,

um subconjunto da pobreza formado pelos que possuem renda domiciliar *per capita* inferior a 1/4 de salário mínimo. Em 1998, 46,21% dos idosos eram pobres e 13,57% dos idosos eram indigentes; já em 2008, esses percentuais caíram para 21,30% e 3,15%, respectivamente.

A análise realizada com base nos dados da PNAD evidencia uma melhoria na situação do idoso tanto no Estado como na região Nordeste e no país, o que é de fato desejável para uma população que construiu sua história pessoal e merece todo respeito e atenção.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000**. Estudos e Pesquisas- Informação demográfica e Socioeconômica, n.9 Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: 12 jan. 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Diretoria de Estudos Sociais. Seguridade Social. **Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil**. TD N°1402 .

## **LEGISLAÇÃO NA INTERNET**

Estatuto do Idoso |(Lei nº 10.741)-[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estatuto\\_idoso.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/estatuto_idoso.pdf)

Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa –  
<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2528%20aprova%20a%20politica%20nacional%20de%20saude%20da%20pessoa%20idosa.pdf>

Criação do Conselho Nacional do Idosos (CNDI)- <http://www.mj.gov.br/sedh/endi/decreto.htm>

## 4. PERFIL DO GÊNERO NO CEARÁ

Vitor Hugo Miro

Daniel Cirilo Suliano

O estudo dos gêneros vem se mostrando cada vez mais importante principalmente a partir das mudanças sociais no mundo desde o pós-guerra. Atrelado a isso, a inserção da mulher no mercado de trabalho acarretou alterações na formação familiar, na medida em que elevou o padrão de vida decorrente do maior nível de renda possibilitando, assim, um maior grau de independência à população feminina.

Apesar dos avanços, vários estudos vêm ainda demonstrando que ainda persistem diferenças salariais entre homens e mulheres. Dentro deste contexto, uma análise do perfil de gênero como forma de observar diferenças em termos de características observadas de homens e mulheres torna-se indispensável no âmbito das políticas públicas. Por exemplo, será que alguns atributos produtivos, como capital humano, apresentam diferenças significativas entre homens e mulheres? Será que o mercado de trabalho remunera de forma diferenciada pessoas somente por pertencerem a sexos distintos?

Outra questão pertinente se dá em decorrência da fase reprodutiva das mulheres bem como sua formação familiar. Como se sabe, em determinado período de sua vida produtiva, as mulheres alocam seu tempo para reprodução e formação familiar, diferentemente dos homens, que em geral não precisam alocar seu tempo de forma semelhante. Essas idiosincrasias por gênero acabam, por assim dizer, produzindo reações distintas dentro e fora do mercado de trabalho, o que acaba refletindo em diferenças entre homens e mulheres.

De maneira geral, este trabalho irá procurar descrever diferenças e semelhanças entre os gêneros no tocante a diversos aspectos tais como: demografia, educação, trabalho e emprego, renda e pobreza, além de outros fatores correlacionados.

A partir desta análise preliminar, poder-se-á diagnosticar quais fatores são ainda persistentes nas diferenças entre homens e mulheres e em que medida políticas públicas específicas poderiam dirimir estas diferenças.

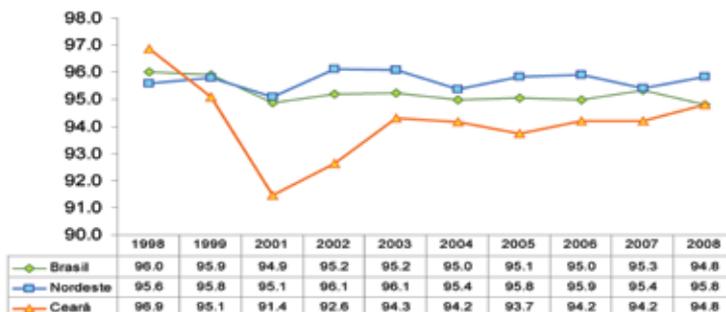
Os dados para esta análise são oriundos da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) compreendendo o período de 1998-2008.

### 4.1 Aspectos Demográficos

Sendo tema central do presente trabalho, as diferenças de gênero podem começar a ser observadas já nos aspectos demográficos. Indicadores como a razão de sexos, a estrutura etária e a razão de dependência serão apresentados nesta seção.

A razão de sexo expressa o número de pessoas do sexo masculino para cada 100 pessoas do sexo feminino. No Estado do Ceará, em 2008, esta medida era de 94,8 homens para cada 100 mulheres, valor idêntico ao observado para o Brasil. Apesar de algumas oscilações, a razão de sexo apresenta-se estável nos últimos anos.

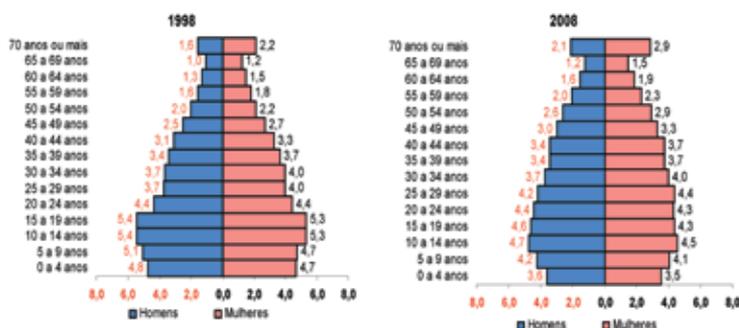
Gráfico 4.1.1: Razão de Sexos - Ceará



Fonte: PNAD/IBGE.

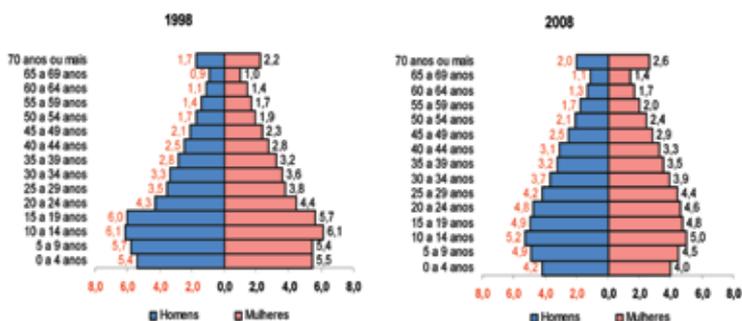
A maior alteração demográfica na população cearense nos últimos anos foi a mudança etária, principalmente, na base da distribuição etária. A pirâmide etária é uma representação gráfica da distribuição (relativa ou absoluta) de faixas etárias e sexos de uma determinada população e possibilita a observação deste fato.

Gráfico 4.1.2 : Pirâmide Etária da População - Brasil



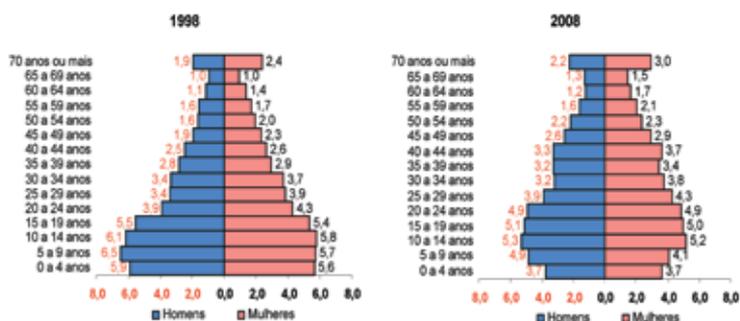
Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 4.1.3 : Pirâmide etária da População - Nordeste



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 4.1.4 : Pirâmide etária da População – Ceará

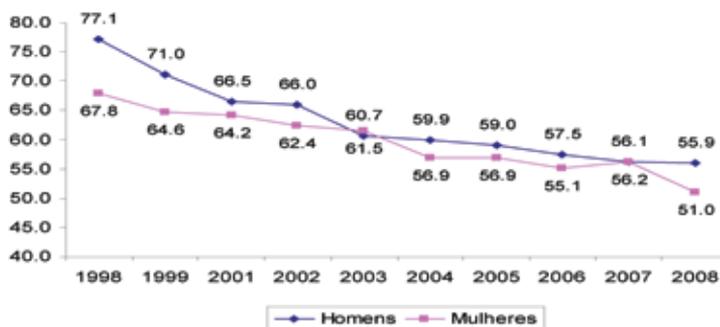


Um indicador importante na observação das alterações na distribuição etária da população é a razão de dependência. A razão de dependência é um indicador demográfico bastante utilizado para fins de análise socioeconômica (IBGE, 2009) e expressa a proporção de pessoas em idade potencialmente inativa de uma população, em relação à população em idade potencialmente ativa ou disponível para as atividades econômicas.

A razão de dependência para o Ceará sofreu reduções na última década para ambos os sexos. Em 1998, a razão de dependência para os homens era de 77.1, enquanto que para as mulheres era de 67.8. Em 2008, a razão de dependência para homens e mulheres eram respectivamente 55.9 e 51.0, também indicando que as diferenças se reduziram ao longo do período.

O principal fato refletido pela redução da razão de dependência é a transição demográfica enfrentada pelo país nos últimos anos, caracterizada pela elevação da população idosa e redução dos níveis de fecundidade e o decréscimo do contingente de jovens. Em combinação com estes fatos que afetam a proporção de inativos, a proporção de pessoas ativas aumentou em decorrência da incorporação de gerações provenientes de épocas de alta fecundidade à condição de atividade, o que ajuda a justificar a trajetória decrescente.

Gráfico 4.1.5 : Razão de Dependência - Ceará



Fonte: PNAD/IBGE.

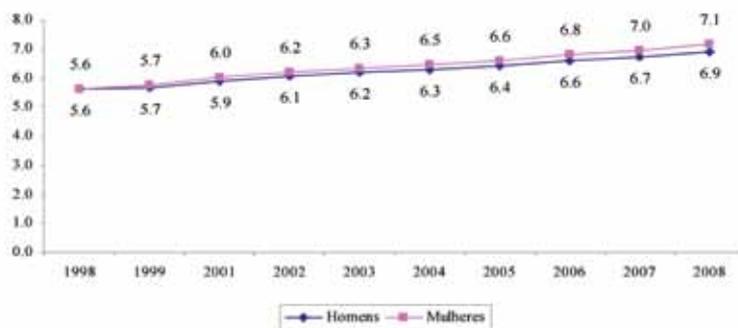
## 4.2 Educação

A educação continua sendo um tema que instiga um grande debate dentro da economia brasileira. Isso porque, por um longo tempo, este foi um tema deixado de lado no âmbito da economia política, mas que recentemente, principalmente devido à competitividade internacional, tem sido colocado como uma das prioridades básicas.

De fato, a educação reflete-se em vários fatores da vida social, como a escolha de um melhor candidato em períodos eleitorais, melhor qualidade da mão de obra para as empresas, um maior senso de responsabilidade ambiental, etc.

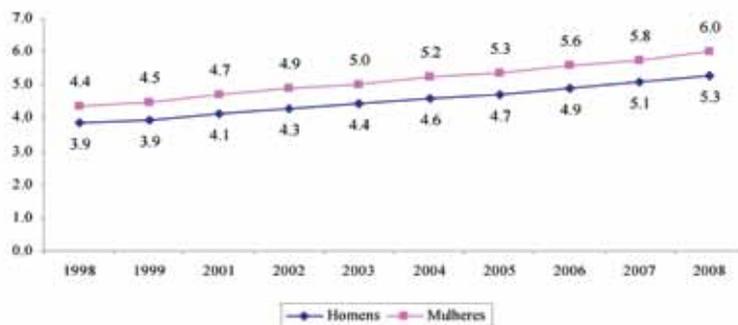
Os Gráficos 3.1, 3.2 e 3.3 apresentam a evolução da média de anos de estudos para toda a série considerando as áreas geográficas do Brasil, Nordeste e Ceará. No que consta, o Brasil, apesar de apresentar também uma média baixa, está em uma situação melhor que o Nordeste e o Ceará, tanto em termos de evolução como também em termos de média.

**Gráfico 4.2.1 : Escolaridade Média de Adultos - Brasil  
(em anos de estudo, 25 anos ou mais)**



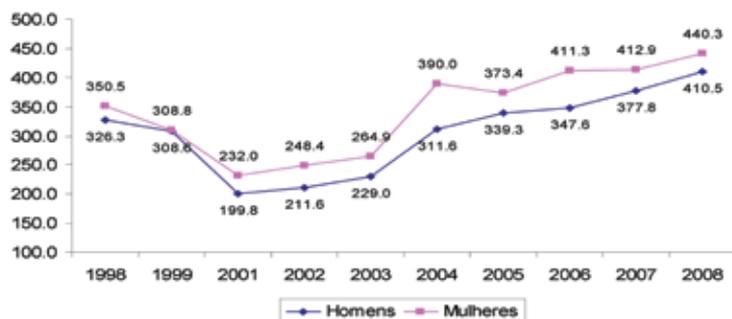
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.2 : Escolaridade Média de Adultos - Nordeste  
(em anos de estudo, 25 anos ou mais)**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.3 : Escolaridade Média de Adultos - Ceará  
(em anos de estudo, 25 anos ou mais)**

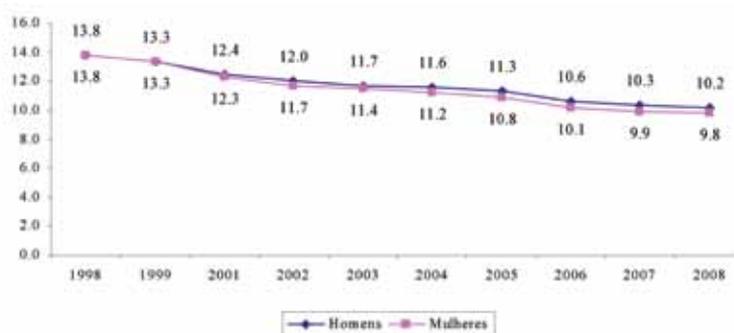


Fonte: PNAD/IBGE.

Além disso, os dados também mostram que a média de escolaridade das mulheres, em qualquer situação geográfica, é superior a dos homens. Em se tratando de mercado de trabalho, esses dados são de extrema relevância na medida em que os salários dos homens são maiores que os salários das mulheres. De fato, diversos estudos têm demonstrado que apesar da maior homogeneização salarial de homens e mulheres, ainda são persistentes os diferenciais em favor destes primeiros. Assim, apesar de as mulheres terem maior escolaridade, seus salários são menores.

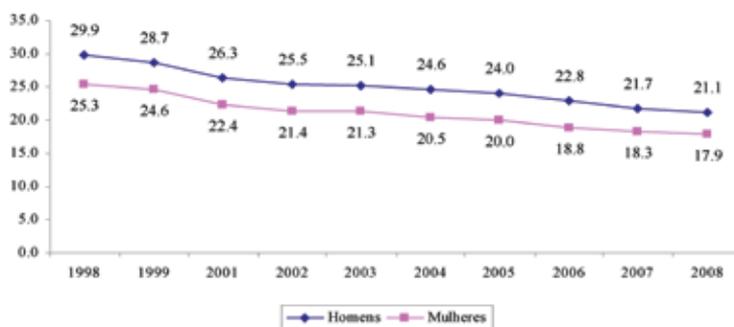
Em termos de taxa de analfabetismo, os gráficos 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8 e 3.9, a seguir, apresentam dois indicadores que refletem realidades similares. Nos três primeiros gráficos, são apresentados os percentuais da taxa de analfabetismo quando se considera as pessoas de 15 anos ou mais de idade (esta é considerada uma medida padrão). Por sua vez, a segunda tabela contém informações referentes às taxas de analfabetismo funcional no qual se considera apenas adultos com 25 anos ou mais de idade. Esta medida ainda consiste de pessoas que possuem menos de 4 anos de estudo ou que ainda não completaram o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (seria uma medida mais peculiar de incidência de analfabetismo).

**Gráfico 4.2.4: Brasil – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)**



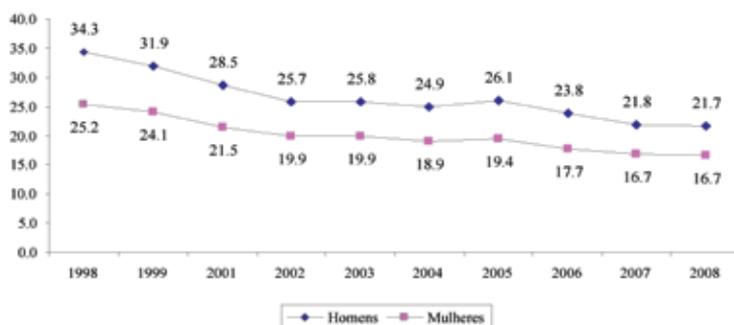
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.5: Nordeste – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)**



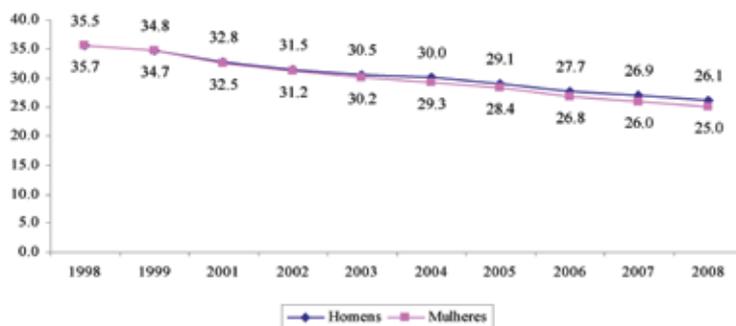
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.6: Ceará – Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%)**



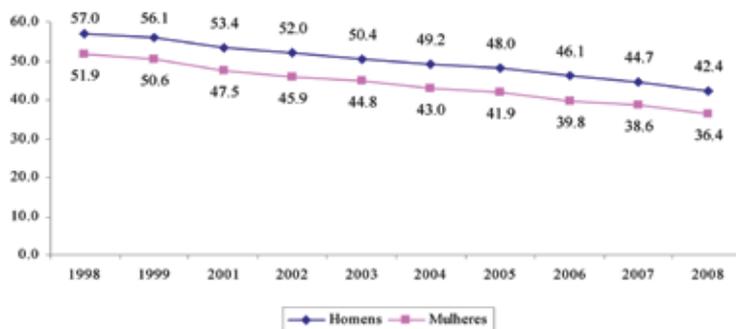
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.7 : Brasil – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos 25 anos ou mais (%)**



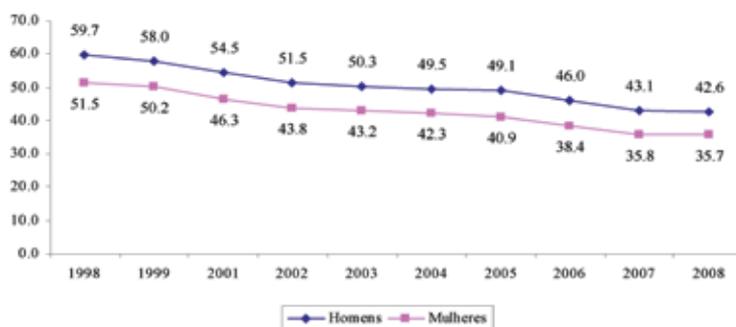
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.8 : Nordeste – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos 25 anos ou mais (%)**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.9 : Ceará – Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos 25 anos ou mais (%)**



Fonte: PNAD/IBGE.

Quando se compara analfabetos com analfabetos funcionais, observa-se que os últimos, em ambos os sexos e nas três categorias geográficas, são bem superiores que os primeiros (ao longo da série, para cada ano, o percentual de analfabetos funcionais é quase sempre mais que o dobro dos analfabetos).

Dentro de uma perspectiva de longo prazo, isso parece ser reflexo dos baixos investimentos educacionais feitos no passado e que acabaram se refletindo

na população mais adulta das gerações atuais. Contudo, os investimentos na área educacional nos últimos anos no Brasil têm demonstrado melhoras em diversos índices educacionais, incluindo-se os indicadores de analfabetismo. Mais uma vez, as mulheres apresentam índices bem melhores que os homens apresentando diferenças significativas na Região Nordeste e no Estado do Ceará em relação ao que se observou no país.

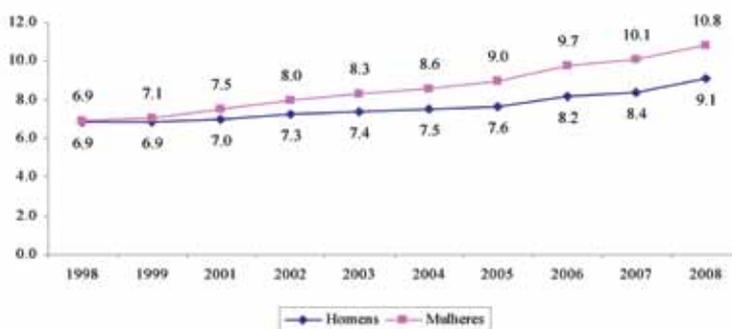
Especificamente falando no caso do analfabetismo, quando se compara os anos de 1998 e 2008, os dois anos extremos da série, observa-se que o Brasil apresenta variações bem abaixo do Nordeste e do Ceará, talvez porque seus índices estejam em patamares bem mais baixos em 1998. Considerando o Estado do Ceará, a queda é vertiginosa chegando a uma redução de 12,6 pontos percentuais no caso dos homens.

Para o caso do analfabetismo funcional, enquanto o Brasil apresenta pouco mais de 1/3 de sua população analfabeta, Nordeste e Ceará apresentam, em ambos os sexos, mais de 50% de sua população inserida nesta categoria. Ao final da série, em 2008, os índices apresentam melhoras, mas ainda estão aquém do esperado.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado muito nos indicadores de Ensino Superior, apesar de ainda serem baixos quando comparados com países desenvolvidos e até mesmo com países de nível de renda similar. Neste sentido, os dados aqui apresentados irão procurar retratar de forma rápida como andam estes indicadores observando um quadro comparativo entre homens e mulheres.

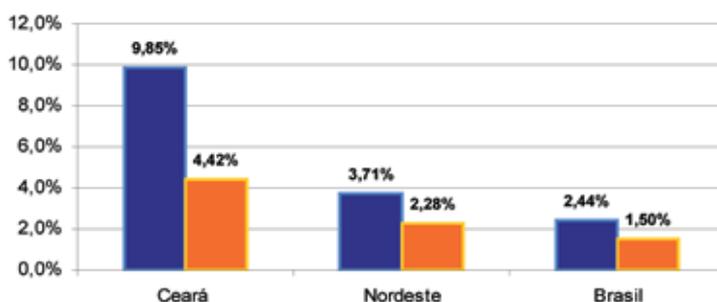
Deste modo, os gráficos 3.10, 3.11 e 3.12, a seguir apresentam os indicadores de pessoas que concluíram o Ensino Superior seccionado por gênero. Os dados mostram que ainda é preciso avançar ainda muito nesta linha. No caso do Brasil como um todo, nem mesmo 10% dos homens, ainda, possuem nível superior, apesar de quase 11% das mulheres já apresentarem.

**Gráfico 4.2.10 : Brasil – Percentual da População com Nível Superior Completo 25 anos ou mais (%)**



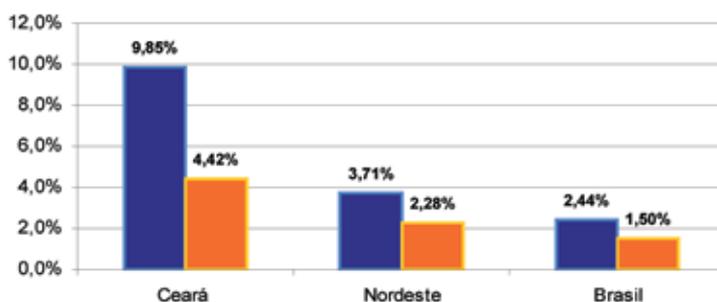
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.11: Nordeste – Percentual da População com Nível Superior Completo 25 anos ou mais (%)**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.2.12 : Ceará – Percentual da População com Nível Superior Completo 25 anos ou mais (%)**



Fonte: PNAD/IBGE.

Os dados mais alarmantes estão na Região Nordeste e no Estado do Ceará. O que se observa nesses casos é que no início da série se tem um baixo estoque de capital na categoria, persistindo este baixo estoque dez anos depois. Por exemplo, nestas duas áreas geográficas, nem mesmo 5% dos homens chegam a possuir o ciclo de estudo completo do terceiro grau.

### 4.3 Trabalho e Emprego

Nesta seção, serão analisados alguns componentes referentes ao trabalho e emprego na medida em que a partir destas variáveis pode-se melhor inferir diferenças significativas entre os sexos, haja vista o mercado de trabalho ser um revelador de desigualdade.

Para tanto, serão enfocadas três questões referentes à situação das pessoas no mercado de trabalho, a saber: taxa de participação, taxa de ocupação e desemprego. Além disso, será elencado o salário médio real dos dois grupos como forma de mensurar diferenças em termos de remuneração.

O conceito de Taxa de Participação envolve o conceito de População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA). Seguindo a definição, a PEA corresponde à soma dos ocupados mais os desocupados. Por sua vez, a PIA é a população de 10 anos ou mais de idade.

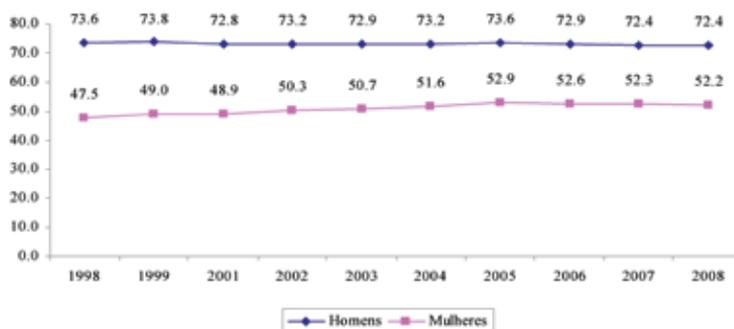
Portanto, a Taxa de Participação corresponde à razão entre PEA e a PIA. (A taxa de participação) é uma medida da extensão da população em idade ativa que é economicamente ativa. Assim, seria um indicador do tamanho relativo da oferta de trabalho disponível para produção de bens e serviços em um dado instante do tempo.

A partir deste indicador, pode-se ter um perfil da distribuição da oferta de trabalho por sexo.

Nos gráficos 4.1, 4.2 e 4.3, a seguir, pode-se observar que a Taxa de Participação para o Brasil, Nordeste e Ceará se assemelham bastante tanto no caso do sexo masculino quanto no feminino. Além disso, observa-se que a taxa dos homens vem se mantendo constante durante toda a série, enquanto que a das mulheres apresentou seguidas elevações, com exceção de pequenas oscilações para baixo na Região Nordeste e no Estado do Ceará.

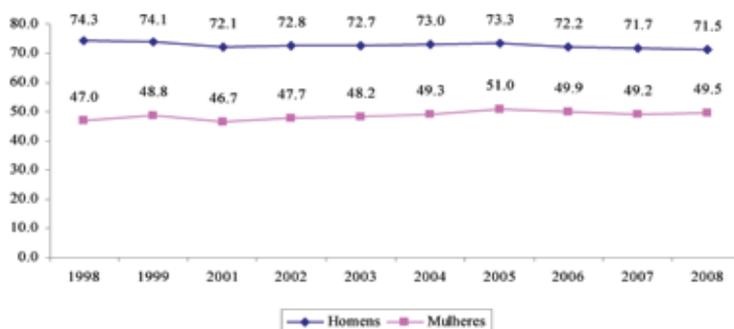
Essa diferença que surge entre homens e mulheres deve-se basicamente a entrada mais precoce dos primeiros no mercado de trabalho, o que implica uma maior oferta relativa de trabalho por parte deles em decorrência do ciclo de vida de cada um.

**Gráfico 4.3.1 : Brasil – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA**



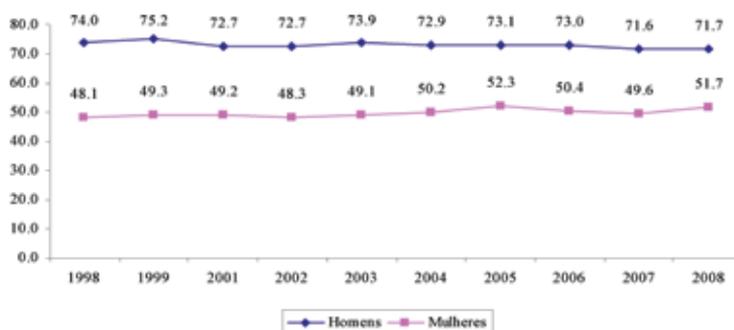
Fonte: IBGE/PNAD.

**Gráfico 4.3.2 : Nordeste – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA**



Fonte: IBGE/PNAD.

**Gráfico 4.3.3: Ceará – Taxa de Participação – Razão Entre PEA/PIA**

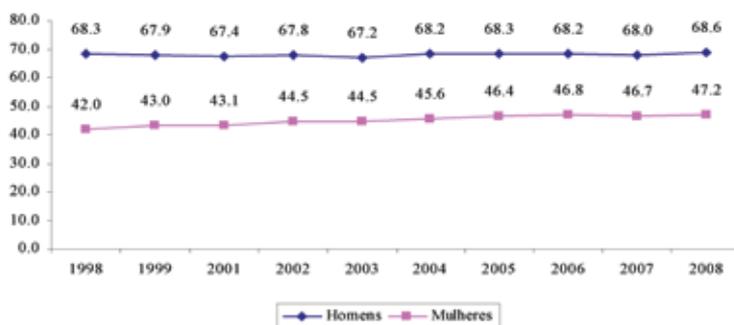


Fonte: IBGE/PNAD..

A Taxa de Ocupação é definida como a proporção da PIA que está ocupada. Seria um indicador da capacidade da economia de criar novos empregos. É importante ressaltar que a Taxa de Ocupação da PNAD não capta outras informações relevantes do mercado de trabalho já que não leva em conta, por exemplo, informações no que tange aos rendimentos dos ocupados. Além disso, considera-se uma visão ampla de ocupação no qual se inclui setor informal, subemprego e talvez condições precárias de trabalho.

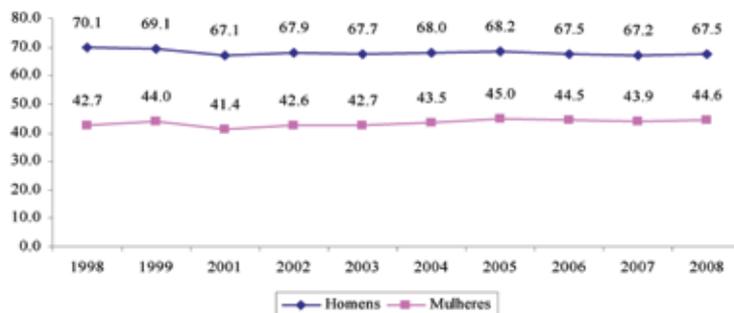
Nos gráficos 4.4, 4.5 e 4.6, a seguir, são apresentadas as taxas de ocupação de homens e mulheres para o Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente. Semelhantemente à Taxa de Participação, a Taxa de Ocupação dos homens é superior a das mulheres em todas as áreas geográficas. Além do mais, é importante ressaltar que ao longo da série a taxa de ocupação do Brasil para os homens é ligeiramente inferior e para as mulheres ligeiramente superior quando comparadas com a Região Nordeste e o Estado do Ceará.

**Gráfico 4.3.4 : Brasil – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada**



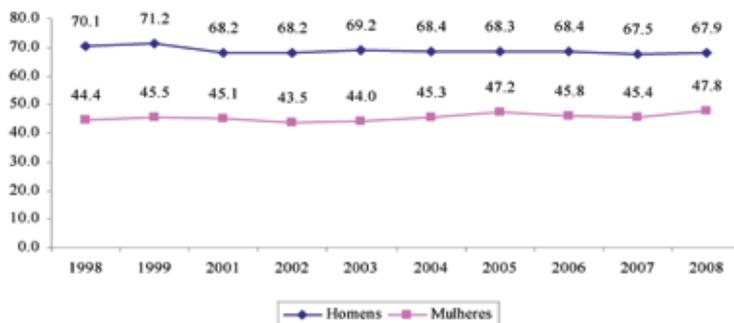
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.3.5 : Nordeste – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.3.6 : Ceará – Taxa de Ocupação – Proporção da PIA Ocupada**



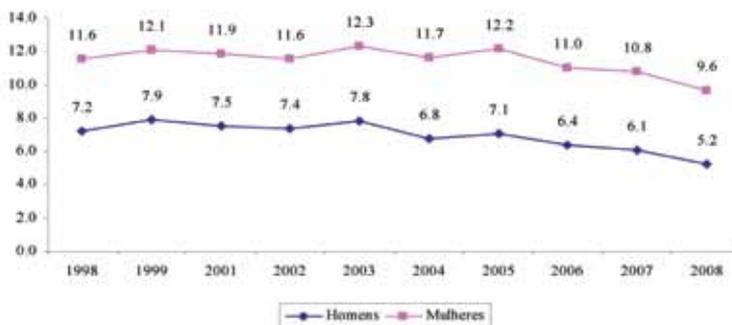
Fonte: PNAD/IBGE.

O desemprego é uma medida calculada a partir da razão do total de desocupados pela População Economicamente Ativa (PEA). Conforme pode-se observar nos gráficos 4.7, 4.8 e 4.9, a seguir, independentemente da área geográfica, a taxa de desemprego da mulher é superior a taxa de desemprego dos homens.

Esses dados podem instigar diversas questões: em primeiro lugar, pode ser intrínseco da mulher, em decorrência de decisões de fertilidade e até mesmo formação familiar, que ela opte por entrar mais tarde no mercado de trabalho e, assim, apresente uma maior taxa de desemprego. Arelado a isso, a mulher pode passar a alocar melhor seu tempo em investimento de capital humano, o que acaba refletindo em uma maior média de anos de estudo para elas, conforme foi observado acima.

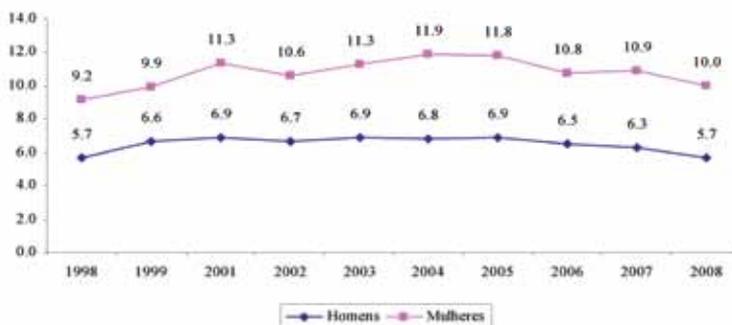
Outros fatores ligados à taxa de desemprego mais elevada das mulheres podem ser devido às combinações das diferentes coortes no mercado de trabalho ao longo dos anos. Neste sentido, é possível que determinadas coortes, em virtude de decisões de fecundidade e formação familiar das mulheres, estejam dentro ou fora do mercado de trabalho o que tende a elevar mais a taxa de desemprego em determinados períodos e diminuir em outros.

**Gráfico 4.3.7 : Brasil – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA**



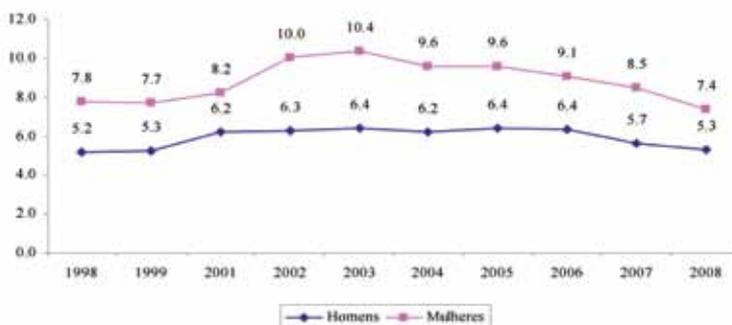
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.3.8 : Nordeste – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA**



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.3.9 : Ceará – Taxa de Desemprego – Desocupados da PEA**



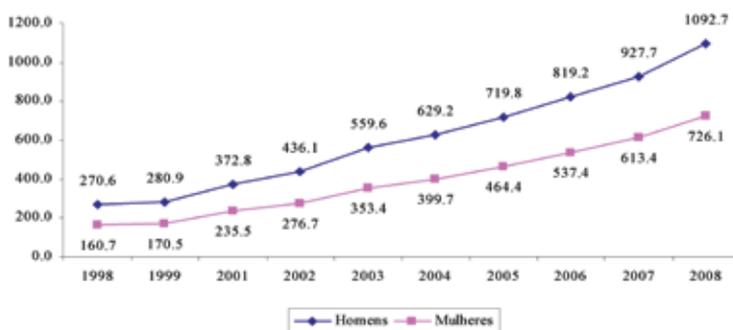
Fonte: PNAD/IBGE.

Os diferenciais de salário entre gêneros podem refletir diversos fatores do mercado de trabalho. Em primeiro lugar, os diferenciais podem ser decorrentes de atributos produtivos das pessoas como, por exemplo, grau de escolaridade. Além disso, existem atributos não produtivos que podem refletir diferenças de salário, que seriam decorrentes de fatores puramente discriminatórios. Como forma de observar diferenças salariais entre homens e mulheres, os gráficos 4.10, 4.11 e 4.12 a seguir apresentam a evolução salarial de ambos os sexos considerando Brasil, Nordeste e Ceará, respectivamente.

Como forma de tornar toda a série comparável, os salários nominais foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tornando os salários a preços constantes de 2008. A partir dos dados, pode-se observar que, nas três áreas geográficas, os homens apresentam salários reais maiores que as mulheres em todos os anos. Além disso, em ambos os sexos, os salários são maiores no Brasil em relação ao Nordeste que, por sua vez, são maiores em relação ao Ceará.

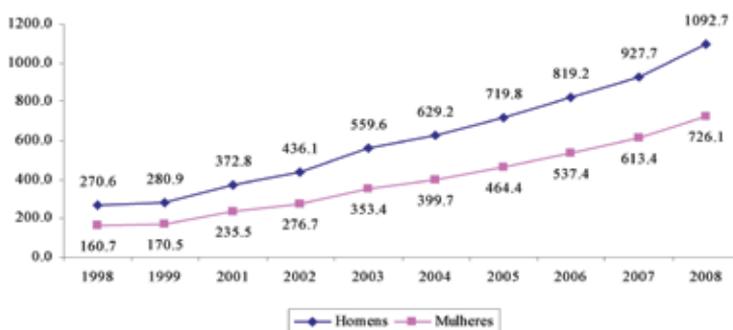
Alguns questionamentos podem ser levantados de forma a entender quais fatores estão por trás destas dispersões salariais entre os sexos. Em primeiro lugar, é importante ressaltar, conforme já explicitado nas seções anteriores, que a escolaridade das mulheres, em média, são mais elevadas que as dos homens o que implica dizer que, se o salário fosse condicionado com base apenas nos anos de estudo, as mulheres é que deviam ganhar mais que os homens. No entanto, outros fatores possíveis como experiência e discriminação podem explicar tais diferenciais, o que sugere que os mesmos têm um peso relevante na determinação salarial.

**Gráfico 4.3.10 : Brasil – Salário Médio Real**



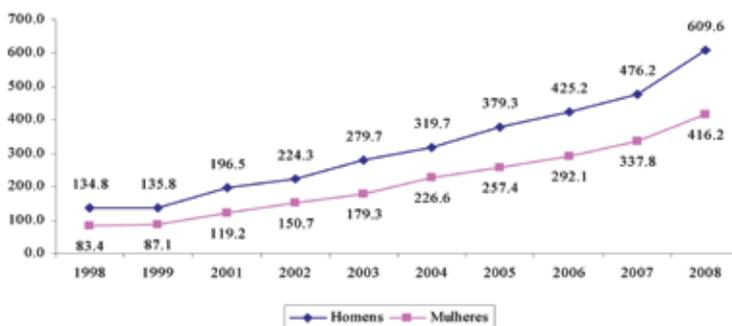
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.3.11 : Nordeste – Salário Médio Real**



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 4.3.12 : Ceará – Salário Médio Real



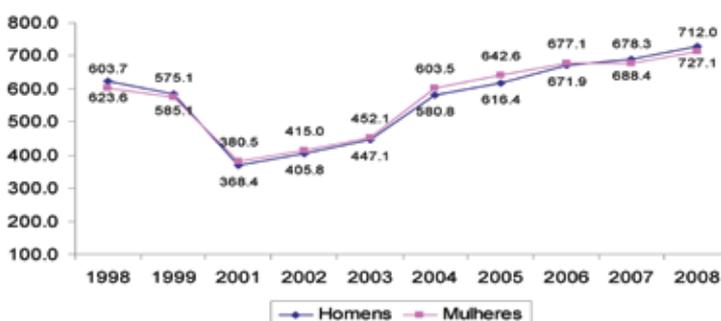
Fonte: PNAD/IBGE.

#### 4.4 Renda e Pobreza

A incidência da pobreza ainda é um dos problemas socioeconômicos graves que assolam a população brasileira, principalmente a população nordestina.

Os Gráficos 4.4.1, 4.4.2 e 4.4.3 apresentam o comportamento da Renda Domiciliar *per capita* (RDPC) para domicílios chefiados por homens e mulheres para as três dimensões geográficas consideradas.

Gráfico 4.4.1 : Brasil – Renda Domiciliar *per capita* de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres

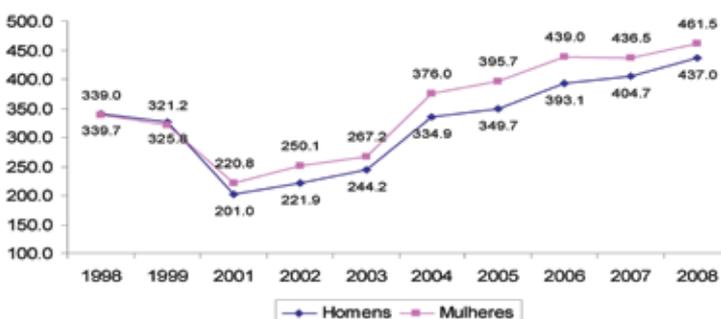


Fonte: PNAD/IBGE.

Para o Brasil, o Gráfico 4.4.1 mostra que a RDPC dos domicílios chefiados com homens e mulheres apresentam um diferencial muito pequeno.

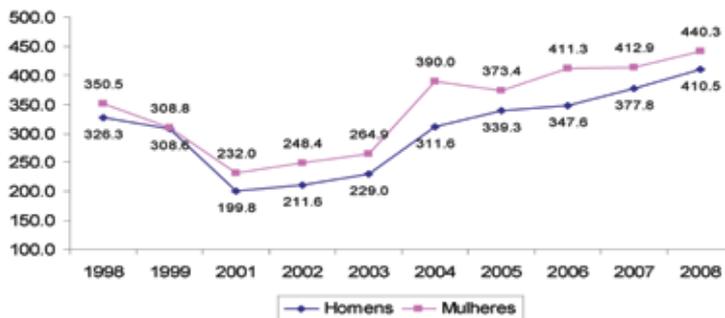
Com relação à Região Nordeste e ao Estado do Ceará é possível observar nos gráficos que a RDPC apresenta um diferencial positivo em favor dos domicílios chefiados por mulheres. Algumas razões podem ser apontadas para este fato como o fato de que transferências governamentais normalmente são recebidas pelas mulheres, e que famílias chefiadas por mulheres são menores.

Gráfico 4.4.2 : Nordeste – Renda Domiciliar *per capita* de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.4.3 : Ceará – Renda Domiciliar per capita de Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**

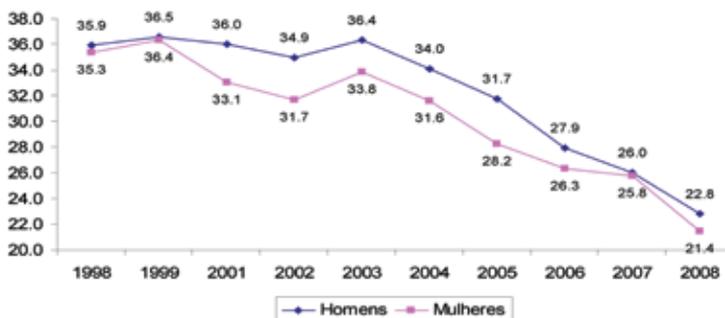


Fonte: PNAD/IBGE.

A partir da medida de RDPC, pode-se definir o status de pobreza dos indivíduos. Indicadores de proporção de pobres e de indigentes podem ser obtidos a partir da RDPC estabelecendo-se linhas de pobreza e indigência. É considerado pobre qualquer indivíduo que possua RDPC inferior a  $\frac{1}{2}$  de salário mínimo, e é considerado indigente caso possua RDPC mensal inferior a  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo.

Seguindo a análise aqui realizada, discriminam-se estes indicadores de pobreza para homens e mulheres e estes são apresentados nos gráficos abaixo.

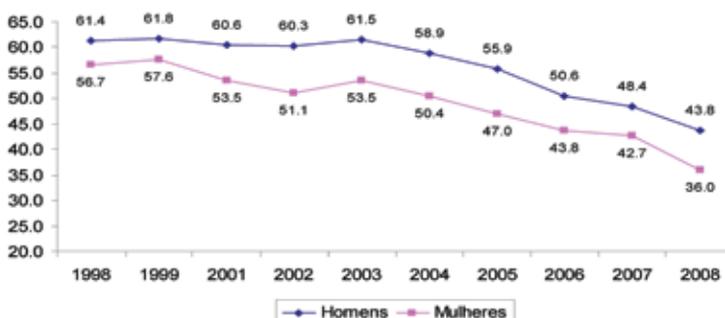
**Gráfico 4.4.4 : Brasil – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**



Fonte: PNAD/IBGE.

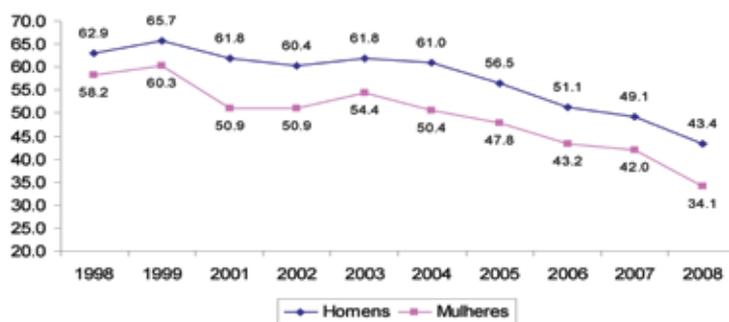
A proporção de pobres construída sob o critério acima apresenta uma queda considerável ao longo do período analisado, principalmente após 2003. Esta queda ocorre tanto para homens quanto para mulheres, sendo praticamente mantida uma menor proporção de pobres para domicílios chefiados por mulheres. Com relação à comparação entre as dimensões geográficas, nota-se que o indicador de pobreza sofreu maior queda quando consideramos o agregado para o Brasil.

**Gráfico 4.4.5 : Nordeste – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**



Fonte: PNAD/IBGE.

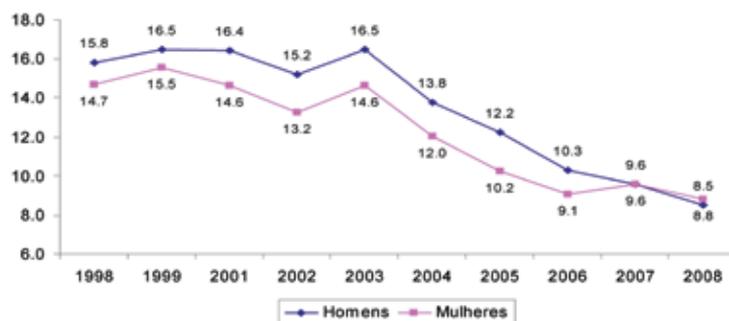
**Gráfico 4.4.6 : Ceará – Proporção de Pobres Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**



Fonte: PNAD/IBGE.

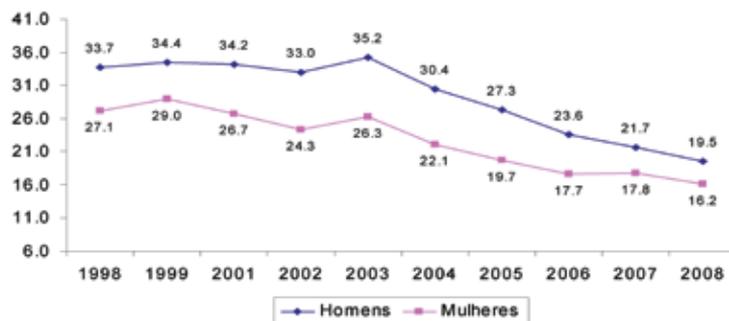
Com relação à proporção de indigentes também é possível observar uma queda deste indicador, mais acentuada a partir de 2003 da mesma forma que o indicador de pobreza. A proporção de indigentes segundo os domicílios chefiados por homens é maior, mas nota-se que parece existir uma tendência de redução da diferença em relação aos domicílios comandados por mulheres.

**Gráfico 4.4.7 : Brasil – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**



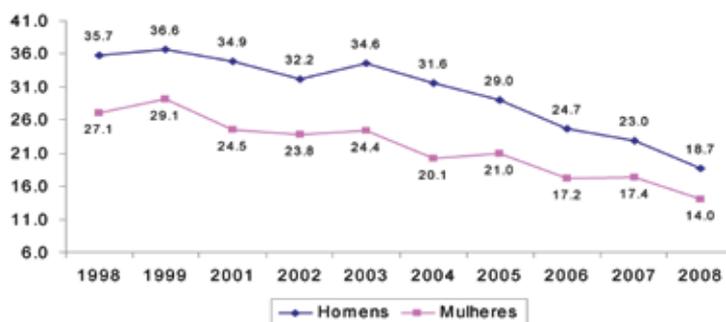
Fonte: PNAD/IBGE.

**Gráfico 4.4.8 : Nordeste – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres**



Fonte: PNAD/IBGE.

Gráfico 4.4.9 : Ceará – Proporção de Indigentes Segundo Domicílios Chefiados por Homens e Mulheres



Fonte: PNAD/IBGE.

## 4.5 Considerações finais

Este trabalho procurou analisar de forma sucinta através de uma análise sócio-econômica o perfil de gênero do Estado do Ceará a partir dos dados da PNAD. Do ponto de vista demográfico, observa-se uma distribuição simétrica entre os sexos com diferenças não significativas do ponto de vista relativo de acordo com a pirâmide etária descrita acima.

Em termos de escolaridade, o que se observou é que ao longo de toda a série a média de anos de estudo das mulheres é bem superior a dos homens chegando 2008 a representar uma diferença de 0,8 anos. Interessante observar quando esses dados são confrontados no mercado de trabalho já que as mulheres ganham, em média, menos que os homens. Por sua vez, os diferenciais educacionais entre homens e mulheres ficam ainda maiores quando se leva em consideração o percentual com pessoas de nível superior.

A questão do mercado de trabalho instiga ainda outras questões. Conforme visto, a taxa de ocupação das mulheres é inferior a dos homens, mas essas são questões que envolvem coortes de nascimento e decisões de fecundidade e formação familiar das mulheres. Tais fatores podem ser as explicações para o diferencial salarial entre homem e mulher, mesmo que elas tenham um maior grau de escolaridade.

Na questão da renda, os domicílios chefiados por mulheres apresentam maiores rendas domiciliares que os domicílios chefiados por homens assim como uma menor proporção de pobres. Talvez os programas de transferências de renda, no qual as mulheres são as responsáveis diretas pelo recebimento, sejam as explicações para estes fatores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

IBGE. **Microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>. Vários acessos.

OLIVEIRA, V. H.; CARVALHO, E. B. S. **Análise do Perfil Sócioeconômico da Mulher Cearense no Período de 1996 e 2006**. Fortaleza: IPECE, 2008. (Texto para Discussão n. 50).

## 5. PERFIL DA RAÇA NO CEARÁ

**Vitor Hugo Miro**  
**Jimmy Lima Oliveira**

A desigualdade racial consiste em um forte indício de injustiça social, pois resulta em condições sociais e econômicas que não provêm de mérito ou esforço, mas puramente de discriminação.

O fato mais instigante é que questões relacionadas às desigualdades raciais ainda permanecem pertinentes na sociedade brasileira. Acreditava-se que nosso estágio de desenvolvimento social eliminaria as desigualdades relacionadas à cor da pele ou à raça, mas ao final desta primeira década do século XXI ainda podemos constatar a existência de uma considerável desigualdade racial.

Apesar da distinção de cor/raça ser, atualmente, uma classificação extremamente subjetiva, ainda assim é possível identificar diferenças marcantes com relação a algumas variáveis sócioeconômicas. Isso pode ser evidenciado quando nos voltamos para a análise de alguns indicadores, como veremos ao longo deste trabalho.

Neste trabalho iremos analisar indicadores sociais para os diferentes grupos de cor/raça para o Estado do Ceará. Trata-se da composição de um perfil da sociedade cearense voltado para a observação da questão racial.

Procura-se aqui descrever e analisar a magnitude e a evolução da desigualdade entre brancos, pardos e negros expressas em diversos indicadores socioeconômicos das condições de vida da população cearense.

Para elaborar este Perfil utilizamos dados da PNAD para o período de 10 anos (1997-2007)<sup>3</sup>. Para alguns anos também foram apresentados dados para o Nordeste, para o Brasil, de forma a contextualizar a realidade cearense em âmbito regional e nacional.

Alguns comentários importantes referem-se aos dados utilizados, obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra.

- a grande maioria dos estudos opta por agrupar negros e pardos. Aqui analisamos como dois grupos distintos. No entanto, vale apontar que a pequena participação relativa dos negros sofre maiores reflexos do plano amostral da PNAD. Isso pode ser observado na volatilidade dos indicadores de um ano para o outro.

Na primeira seção, dissertaremos sobre as características demográficas e nas

---

<sup>3</sup> A análise dos dados e tabulações foi restrita aos dados da PNAD. No ano de 2000 com a realização do Censo Demográfico a PNAD não é realizada.

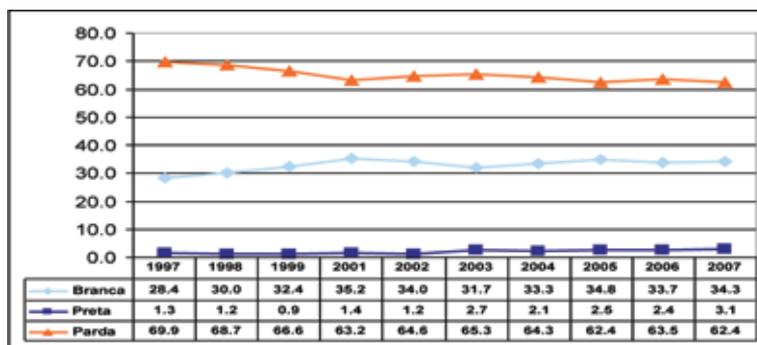
seções subsequentes serão abordados indicadores relacionados aos temas de educação, mercado de trabalho e distribuição de renda. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

## 5.1 Aspectos Demográficos

Em 2007, a população cearense era de aproximadamente 8,358 milhões de habitantes, na qual 34,3% se declararam brancos enquanto que negros e pardos correspondiam a 65,5% da população cearense (62,4% pardos e 3,1% negros), de acordo com dados da PNAD. Em 1997, o percentual de brancos era de 28,4%, os pardos representavam a maioria da população com 69,9% e os negros eram apenas 1,3% da população cearense.

Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 1997-2007. Por meio do Gráfico 5.1.1, pode-se ter a ideia da manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial da população cearense.

Gráfico 5.1.1 : População segundo grupos de cor/raça – Ceará (1997-2007)



Fonte: PNAD.

Considerando variações relativas ao longo do tempo, o fato que mais chamou a atenção, foi o crescimento do número de pessoas que se declararam negras. Essa é uma tendência observada em todo o país. Em 2007, aproximadamente 49,8% da população se identificava como sendo negra ou parda. Neste ano, pela primeira vez, o número de pessoas que se declararam como negras ou pardas foi superior ao de brancos.

De acordo com Soares (2008-a), é possível observar um visível crescimento da população de negros e pardos a partir do final da década de 1990. A explicação apontada pelo autor para este fato está no aumento da auto-declaração das pessoas às pesquisas domiciliares. Pessoas que antes não se declaravam como pertencentes a estas duas classes passaram a se assumir como pardas ou negras. Como razão para este efeito de identificação racial atribui-se o fortalecimento de movimentos raciais e da legitimidade que o tema obteve nos últimos anos.

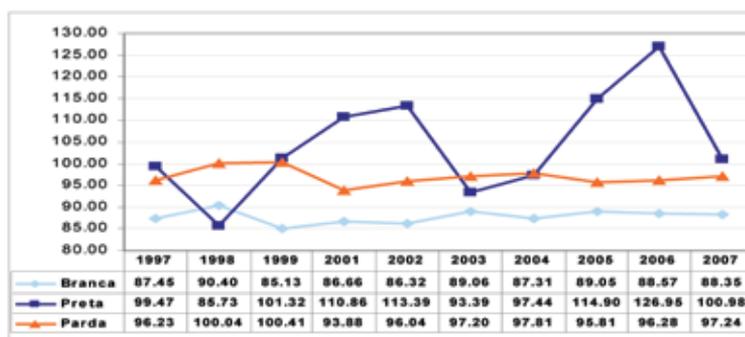
Fazendo um paralelo entre o Estado do Ceará e as demais Unidades da Federação, a Tabela 1 no Anexo apresenta as proporções de cada grupo para as 23 Unidades da Federação Brasileira de acordo com os dados da PNAD 2007. Nessa tabela pode-se verificar que existem diferenças regionais da distribuição da população de acordo com os grupos de cor/raça. Enquanto os brancos são a maioria nos

Estados das regiões Sudeste e Sul; nas regiões Norte e Nordeste, a maioria corresponde aos pardos. Já os negros possuem parcelas significativas em alguns Estados das regiões Nordeste e Sudeste, principalmente Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro.

Um indicador demográfico clássico é a razão de sexos que é dada pela relação entre o total de homens e o total de mulheres de uma população. Para a população cearense, em 2007, temos uma razão de aproximadamente 94, indicando que para cada 100 mulheres, existem 94 homens. Este valor segue o mesmo padrão para a população brasileira, que no mesmo ano, foi de aproximadamente 95.

Entre os diferentes grupos de cor/raça observa-se uma maior razão de sexo entre negros e pardos em todo o período considerado. Sendo que para o caso dos negros em alguns anos, este indicador aponta uma maior proporção de indivíduos do sexo masculino. Considerando o período 1997-2007, temos uma razão de forma que, em média, para cada 100 mulheres de cor/raça negra, existem 104 homens. Ainda temos a razão de 88 homens para cada 100 mulheres no caso da população branca, e de 97 homens para cada 100 mulheres no caso da população parda.

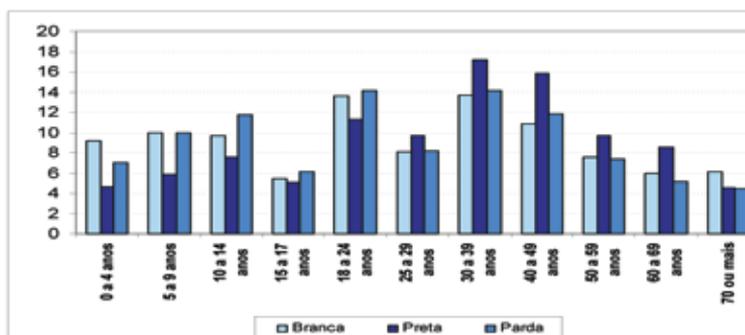
**Gráfico 5.1.2 : Razão de sexos segundo grupos de cor/raça – Ceará (1997-2007)**



Fonte: PNADs (1997-2007).

Quanto à estrutura etária da população cearense observa-se que brancos e pardos são relativamente mais jovens. Temos que 55,8% da população branca e 57,2% da população de pardos possuem menos de 30 anos, enquanto que esta proporção é de 44,3% para os negros. Considerando a população acima de 60 anos de idade, temos que entre os negros essa faixa etária corresponde a 13% da população negra, enquanto que no caso de brancos e pardos, esse percentual é de 12,1% e 9,6%, respectivamente.

**Gráfico 5.1.3 : Distribuição de faixas etárias segundo grupos de cor/raça – Ceará (2007)**

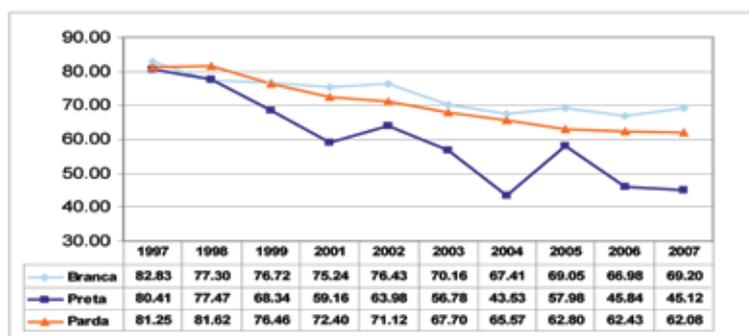


Fonte: PNAD (2007).

Outro indicador socioeconômico importante, a razão de dependência de uma população mede a proporção entre a população considerada como economicamente dependente ou inativa (0 a 14 anos de idade e 65 anos e mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos de idade). Quanto maior esse indicador, mais elevada é a dependência dos segmentos potencialmente inativos em relação aos potencialmente ativos. Esse indicador depende exclusivamente do perfil etário da população que deve ser considerado na sua interpretação.

Além de possibilitar a visualização da queda na razão de dependência no período, o Gráfico 5.1.4 mostra que, entre a população negra, a queda é mais acentuada. A proporção de dependentes era maior entre a população branca e parda, 40,9% e 38,3% respectivamente, enquanto que para a população negra era de 31,9%.

Gráfico 5.1.4 - **Razão de dependência segundo grupos de cor/raça – Ceará (1997-2007)**



Fonte: PNADs (1997-2007).

## 5.2 Educação

No debate sobre desigualdades raciais no Brasil, as desigualdades de acesso à educação entre os diferentes grupos é apontado como um dos determinantes das desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho e mobilidade social.

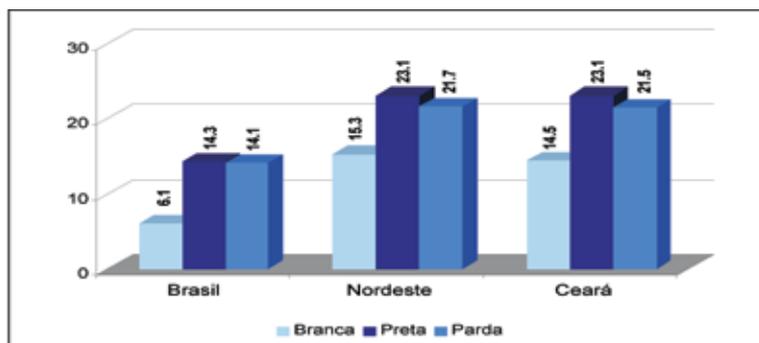
De acordo com a teoria do capital humano, além dos fatores inatos ou herdados, os indivíduos têm sua renda determinada pelo seu grau de qualificação, a qual é determinada pela sua experiência profissional e, principalmente, pela aquisição de escolaridade ao longo da vida. Um nível de escolaridade maior pode garantir melhores oportunidades no mercado de trabalho e possibilita melhores condições de mobilidade social.

De acordo com os dados da PNAD 2007, a taxa de analfabetismo brasileira entre pessoas com idade igual ou maior a 15 anos era de 10%, um valor que segue uma trajetória decrescente nos últimos anos, considerando as taxas de 19,7% em 1991 e de 13,6% em 2000 (CENSOS, 1991 e 2000).

O Estado do Ceará apresentou, em 2007, uma taxa de analfabetismo de 19,1% seguindo o mesmo patamar da região Nordeste, que apresentou uma taxa de analfabetismo de 19,9%; a pior dentre as grandes regiões. Considerando as populações divididas entre os grupos de cor/raça temos que as taxas de analfabetismo são

maiores entre pardos e negros, como mostra o Gráfico 5.2.1, a seguir.

**Gráfico 5.2.1 - Taxa de analfabetismo (%) segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**

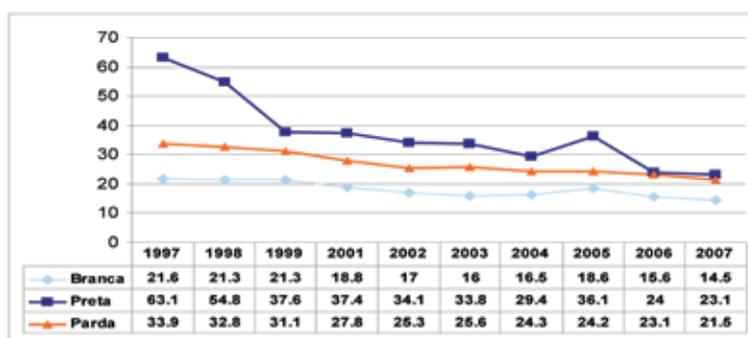


Fonte: PNAD (2007).

Quando observadas as trajetórias dos indicadores de analfabetismo para os diferentes grupos de cor/raça no Ceará, pode-se observar a persistência de certo grau de desigualdade entre eles ao longo do período considerado. No entanto, é possível observar uma trajetória de queda desta desigualdade para os três grupos raciais e a tendência de redução da diferença da taxa de analfabetismo entre os grupos.

Em 1997, a taxa de analfabetismo entre negros era de 63,1%, ao mesmo tempo em que entre pardos era de 33,9% e entre brancos era de 21,6%. Em 2007, os números demonstram uma evolução na universalização da alfabetização no Estado. Enquanto a taxa de analfabetismo entre os brancos caiu para 14,5%, observava-se que entre pardos esta foi reduzida para 21,5% e entre negros para 23,1%.

**Gráfico 5.2.2 - Taxa de analfabetismo (%) segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997- 2007**



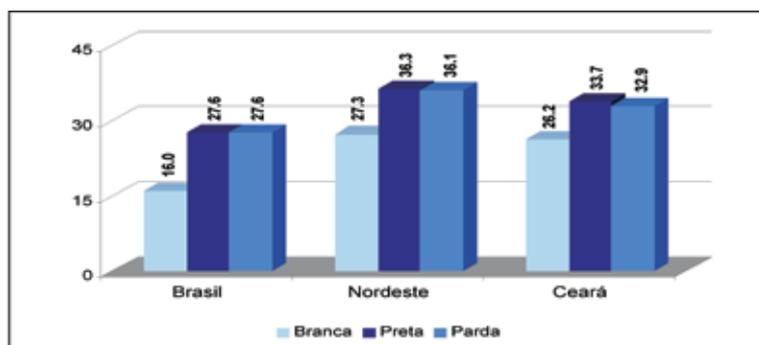
Fonte: PNADs (1997-2007).

O conceito de analfabetismo utilizado pelo IBGE considera alfabetizada a “pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Uma extensão do conceito de analfabetismo cada vez mais adotada no mundo é o de analfabetismo funcional, considerado como o critério mais adequado à realidade econômica e tecnológica do mundo contemporâneo [INEP (2003)]. O

conceito de analfabeto funcional considera com tal, as pessoas maiores de 15 anos de idade com menos de quatro séries de estudos concluídas.

De acordo com este critério, a taxa de analfabetismo funcional brasileira para o ano de 2007 era de 21,6%, enquanto que para a região Nordeste era de 35,5% da população. Considerando este indicador, o Gráfico 5.2.3 mostra que as diferenças entre as populações branca, parda e negra ainda persistem.

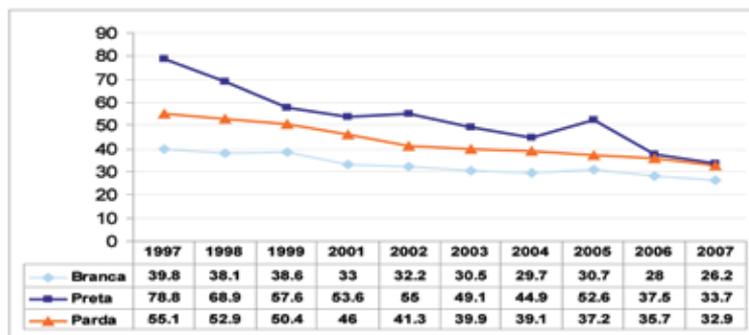
**Gráfico 5.2.3 : Taxa de analfabetismo funcional segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**



Fonte: PNAD (2007).

Para o Estado do Ceará, a taxa de analfabetismo funcional foi de 30,7%. Considerando os grupos de cor/raça, pode-se observar que a taxa de analfabetismo funcional é menor entre brancos em relação aos grupos de pardos e, principalmente, em relação aos negros. As taxas de analfabetismo funcional para brancos, negros e pardos são, respectivamente, 26,2%; 33,7% e 32,9%.

**Gráfico 5.2.4 : Taxa de analfabetismo funcional segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997- 2007**



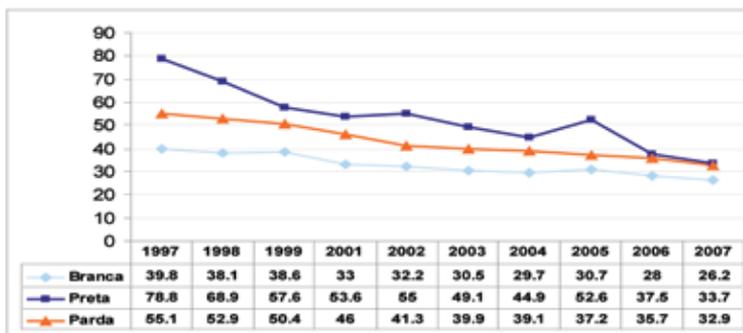
Fonte: PNAD (2007).

Segundo o mesmo padrão da taxa de analfabetismo original, tem-se uma tendência de queda para a taxa de analfabetismo funcional entre os grupos de cor/raça.

Outro indicador educacional importante é o índice de escolaridade, que corresponde à média de anos de estudo das pessoas acima de 15 anos. O Gráfico 5.2.5 apresenta um comparativo da escolaridade média segundo os grupos de

raça/cor para o Brasil, a região Nordeste e o Ceará.

**Gráfico 5.2.5 : Média dos anos de estudo segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**

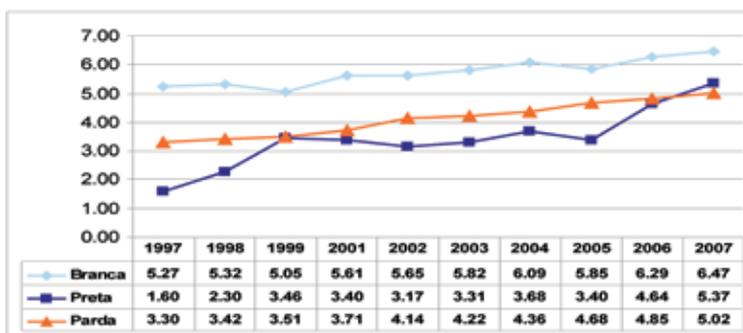


Fonte: PNAD (2007).

Considerando os grupos de cor/raça no Estado do Ceará, observa-se uma evolução nos índices de escolaridade média, com destaque para o crescimento da escolaridade entre negros e pardos. Em 1997, a escolaridade média das pessoas de cor branca era de 5,27 anos de estudo e, em 2007, aumentou para 6,47 anos. No caso das pessoas que se declararam pardas, a média de anos de estudo passou de 3,3 anos em 1997 para 5,2 anos em 2007. Mas a evolução que mais chama a atenção é a da média de anos de estudo entre as pessoas que se declararam negras. Em 1997, a escolaridade média entre os negros era de 1,6 anos de estudo, enquanto que em 2007 o índice calculado foi de 5,37 anos de estudo em média.

Novamente, chama-se a atenção que na PNAD a característica de cor/raça é auto-declarada. Outro fato que poderia afetar a evolução destes índices é a suposição razoável de que pessoas de escolaridade mais elevada tenderiam a ter uma percepção maior da questão racial e das implicações da declaração.

**Gráfico 5.2.6 : Média dos anos de estudo segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997- 2007**



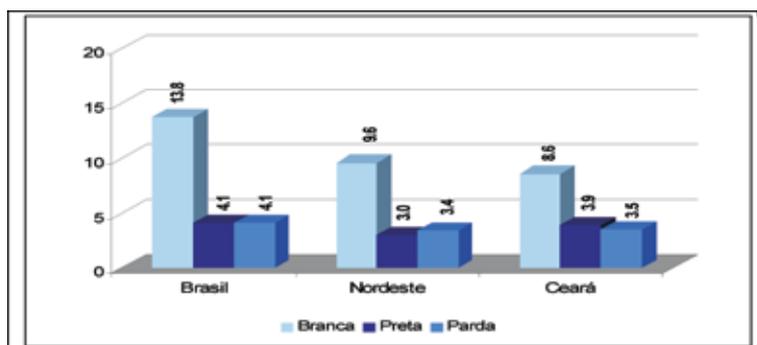
Fonte: PNADs (1997-2007).

Com o objetivo de também apresentar um indicador da participação dos grupos de cor/raça nos níveis mais elevados do sistema educacional, apresentamos a participação percentual de pessoas com nível superior completo. Este indicador revela que o percentual de brancos formados em instituições de Ensino Superior

é relativamente elevado quando comparado aos demais grupos. Este fato, inclusive, vem alimentando diversos debates recentes sobre a universalização do Ensino Superior entre os diferentes grupos de cor/raça.

O Gráfico 5.2.7 apresenta que para o Ceará, enquanto 8,6% da população branca possui formação superior completa, este percentual é de 3,9% entre a população negra e 3,5% entre a população de cor parda. Esta desigualdade é, no entanto, relativamente menor do que aquela observada para os Estados da região Nordeste em conjunto e para o país.

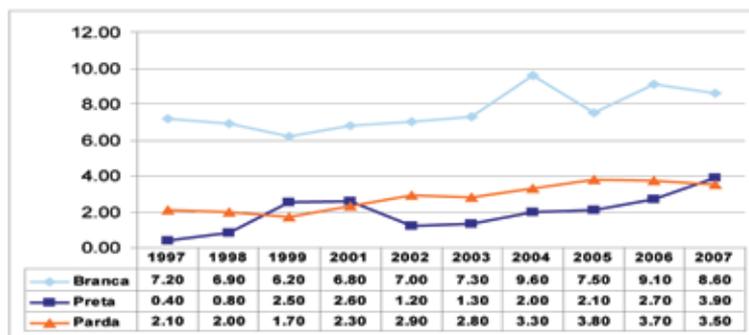
**Gráfico 5.2.7 : Percentual de pessoas com nível superior completo segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**



Fonte: PNAD (2007).

Considerando a evolução do percentual de pessoas com nível superior completo, segundo cor/raça, no período 1997-2007, tem-se que para todos os grupos, o percentual de pessoas com nível superior aumentou. No entanto, destaca-se a evolução do percentual de negros com escolaridade superior, que cresceu em proporção muito maior do que nos outros dois grupos.

**Gráfico 5.2.8 : Percentual de pessoas com nível superior completo segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997-2007**



Fonte: PNAD (2007).

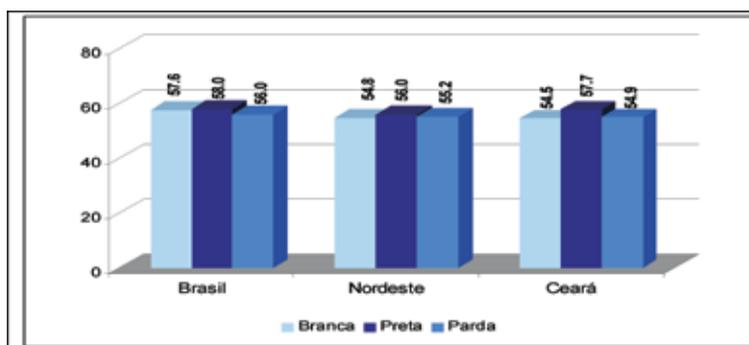
### 5.3 Trabalho e Emprego

Desigualdades no acesso ao trabalho e nos rendimentos já são comumente conhecidos, mas a introdução da variável cor/raça potencializa ainda mais as diferenças e remete ao problema da discriminação.

A desigualdade racial no mercado de trabalho poderia ser considerada como uma herança das desigualdades no acesso à educação de qualidade e ainda atuam como um dos principais fatores na explicação da desigualdade de renda.

O nível de ocupação é dado pela percentagem das pessoas ocupadas dentre as pessoas com 10 anos ou mais de idade. São consideradas como ocupadas as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte de um período de referência.

**Gráfico 5.3.1 : Taxa de ocupação segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**

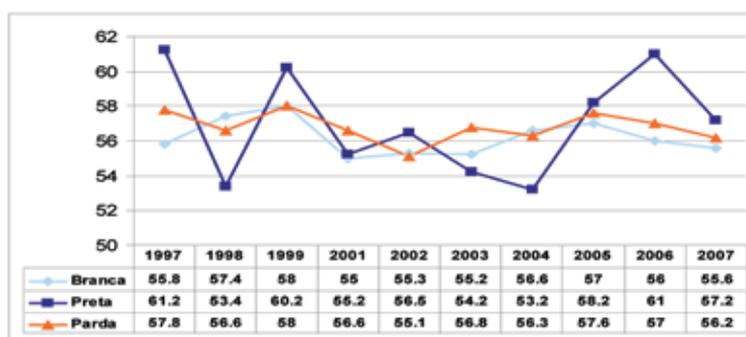


Fonte: PNAD (2007).

Este indicador demonstra que com relação à ocupação não existe prerrogativa para afirmar desigualdade entre os grupos de cor/raça. Apesar de demonstrar que, quanto ao nível de ocupação existe um cenário mais igualitário, chama-se a atenção para o fato deste indicador não fazer qualquer referência à qualidade da ocupação.

O mesmo pode ser evidenciado ao observar a evolução das taxas de ocupação para os grupos de cor/raça no Estado do Ceará no período 1997-2007, apresentados no Gráfico 4.2.

**Gráfico 5.4 : Taxa de ocupação segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997-2007**



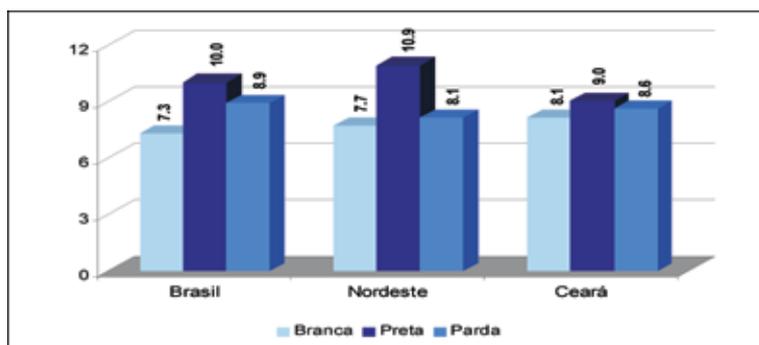
Fonte: PNADs (1997 - 2007).

Sobre esses valores, convém apenas um apontamento para a volatilidade maior da taxa de ocupação entre os negros. Da mesma forma que em diversos outros indicadores, observamos alguma volatilidade para a população negra. Isso particularmente se deve ao fato de que a população negra no Ceará é, em termos relativos, bem menor do que as demais e apresentar uma volatilidade no tamanho da amostra

de uma ano para o outro.

Considerando a taxa de desemprego, certo grau de desigualdade pode ser observado. As taxas de desemprego entre a população branca é relativamente menor em relação aos outros grupos, enquanto que a maior taxa é observada para a população negra. No Ceará estima-se que a taxa de desemprego entre negros era de 9%, enquanto que pardos e brancos se defrontam com taxas de 8,6% e 8,1%, respectivamente. O Gráfico 4.2 apresenta os valores para a taxa de desemprego no Brasil, no Nordeste e no Ceará, onde se pode observar o mesmo padrão de desemprego entre os grupos de cor/raça.

**Gráfico 5.4.2 : Taxa de desemprego segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**



Fonte: PNADs (1997-2007).

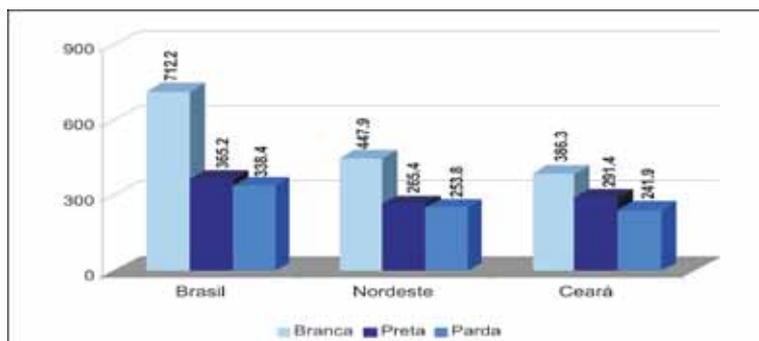
## 5.4 Renda e Pobreza

Existe um viés racial na distribuição de renda e na composição da pobreza? Como afirmado anteriormente, a desigualdade racial pode resultar em condições sociais e econômicas que não provêm de mérito ou esforço, mas puramente de discriminação. O reflexo das dificuldades de grupos raciais no acesso à educação e a melhores oportunidades de trabalho pode ser visto quando se compara rendimentos e se verifica indicadores de pobreza.

O Gráfico 5.1 apresenta uma comparação da renda domiciliar *per capita* média para as três dimensões geográficas: Brasil, Nordeste e Ceará. A observação deste gráfico permite inferir que a disparidade de renda entre brancos e não brancos é menor no Ceará quando comparada com o Brasil. Também não se pode deixar de observar neste gráfico o diferencial regional da renda.

Para o Estado do Ceará em 2007, indivíduos da população branca apresentam RDPC de aproximadamente R\$386, enquanto que para negros e pardos as rendas são de aproximadamente R\$291 e R\$241, respectivamente.

**Gráfico 5.4.1 : RDPC segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**



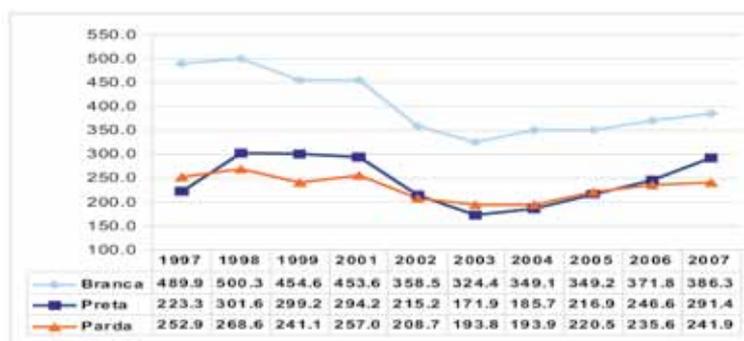
Fonte: PNAD (2007).

Avaliando a evolução da RDPC real<sup>4</sup> a partir do ano de 1997, observa-se que esta superioridade da renda da população branca se mantém. Pode-se inferir que estas trajetórias apresentaram um aumento a partir de 2003, destacando que apenas a RDPC para a população negra apresentou uma trajetória de crescimento considerando-se todo o período, desde 1997.

Uma das razões que podem ser apontadas para o crescimento da renda domiciliar *per capita* da população negra é a queda na razão de dependência. Como vimos na primeira seção, a razão de dependência caiu para os três grupos de cor/raça, mas no caso dos negros a queda foi destacadamente maior. No entanto, como afirma Soares (2008-b), trata-se de uma mudança demográfica e não do perfil de discriminação.

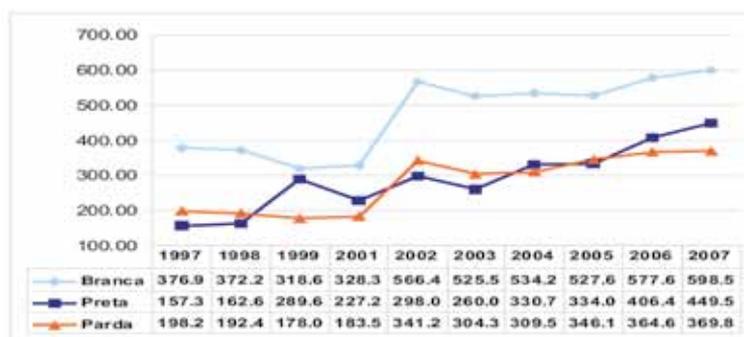
A renda do trabalho constitui a principal componente da renda das famílias. Com relação à renda do trabalho pode-se observar, por intermédio do Gráfico 5.3, que existe uma tendência clara de crescimento da renda real do trabalho no Estado do Ceará, para cada um dos grupos raciais. Esse gráfico torna evidente a desigualdade dos rendimentos entre brancos e “não brancos” no mercado de trabalho. Mas, de qualquer forma, não podemos deixar de destacar o crescimento da renda por parte da população negra.

**Gráfico 5.4.2 : RDPC segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997-2007**



Fonte: PNADs (1997-2007).

**Gráfico 5.4.3 : Renda Real do Trabalho segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997-2007**



Fonte: PNAD (1997-2007).

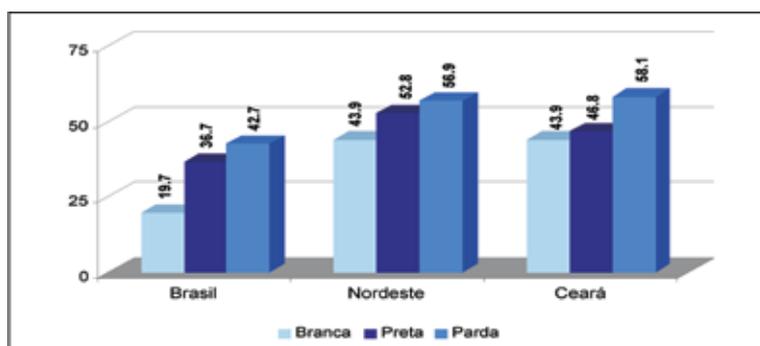
<sup>4</sup> Renda domiciliar per capita real, deflacionada tendo como referência o ano de 2007.

A proporção de pessoas pobres e a proporção de indigentes também são indicadores que podem ser analisados para verificar o viés racial na distribuição de renda. São definidos como pobres os indivíduos cuja renda domiciliar *per capita* é inferior ao valor que corresponderia ao necessário para atender a todas as necessidades básicas (alimentação, habitação, transporte, saúde, lazer, educação, etc), enquanto define-se como indigentes aqueles cuja renda domiciliar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender tão somente às necessidades básicas de alimentação.

Para construir estes indicadores é necessária a definição de linhas de pobreza e de indigência. Para o caso da proporção de pobres, este trabalho emprega a definição usual de linha de pobreza delimitada por meio salário mínimo (preços de 2007) e para a proporção de indigentes delimita-se a “linha” para as pessoas que recebem rendimentos inferiores a 1/4 de salário mínimo (preços de 2007).

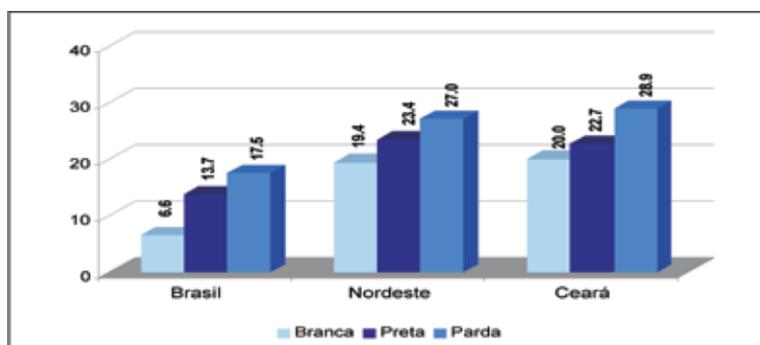
Os Gráficos 5.4 e 5.6 mostram a proporção de pobres e de indigentes para o Brasil, o Nordeste e o Ceará.

**Gráfico 5.4.4 : Proporção de pobres segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**



Fonte: PNAD (2007).

**Gráfico 5.4.4 : Proporção de indigentes segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 2007**

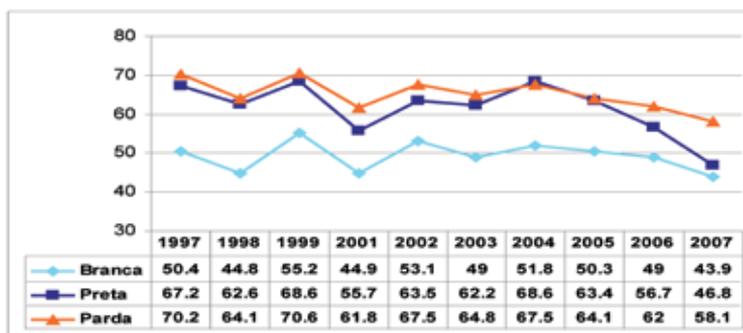


Fonte: PNAD (2007).

Considerando a desigualdade de renda entre os grupos de cor/raça temos como consequência que a proporção de pobres entre negros e pardos é maior do

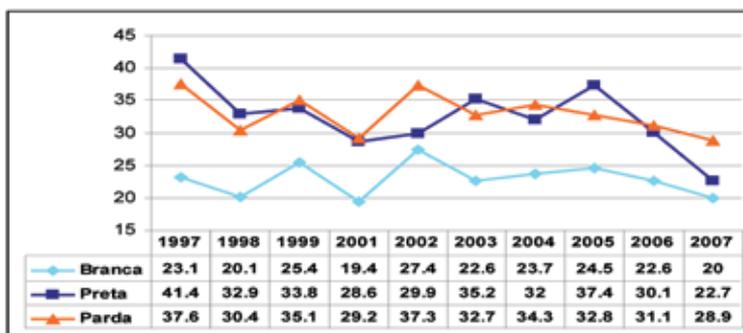
que entre brancos. Observando a proporção de pobres para o Estado do Ceará no período 1997-2007, nota-se que nos últimos anos existe uma tendência de queda neste indicador, com destaque para a proporção de pobres entre a população negra, conforme pode ser visualizado no Gráfico 5.6.. A mesma tendência é observada para a proporção de indigentes, como mostra o Gráfico 5.7.

**Gráfico 5.4.6 : Proporção de indigentes segundo grupos de cor/raça; Brasil, Nordeste e Ceará, 1997 - 2007**



Fonte: PNAD (2007).

**Gráfico 5.4.7 : Proporção de indigentes segundo grupos de cor/raça; Ceará, 1997-2007**



Fonte: PNAD (2007).

## 5.5 Considerações Finais

Do ponto de vista demográfico pode-se inferir que existe a manutenção da estrutura demográfica e racial no Estado com a participação dos grupos mantendo-se praticamente estável ao longo do período analisado. Já com relação aos indicadores socioeconômicos analisados, a grande maioria aponta uma tendência na redução das desigualdades entre os grupos raciais.

Os indicadores educacionais ainda apontam a existência de desigualdades, mas também demonstraram que estas estão seguindo uma tendência de queda nos últimos 10 anos. No mercado de trabalho, por sua vez, os dados mostram que a taxa de ocupação não evidencia grandes desigualdades, enquanto que o desemprego atinge em maior grau os grupos “não brancos”.

Os indicadores de renda apresentados apontam uma redução da desigualdade principalmente em decorrência dos aumentos no rendimento do trabalho e da queda da razão de dependência que atingiu de forma mais benéfica a renda das famílias negras cearenses. Os indicadores de pobreza para os grupos de cor/raça

também seguem uma mesma tendência de queda, principalmente após os anos de 2004 e 2005. No entanto, é visualmente possível notar uma redução mais acentuada na proporção de pobres e indigentes de cor negra.

As análises dos indicadores deste trabalho contribuem na caracterização de um perfil racial da população cearense. Os indicadores socioeconômicos apontam para uma redução das desigualdades na maioria dos aspectos abordados. Tais apontamentos são importantes para a identificação de que as desigualdades raciais ainda são bastante evidentes. Contudo, a análise realizada permite a defesa de que a sociedade cearense segue uma tendência de redução destas desigualdades e fortalecimento da justiça social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

IBGE. **Censo Demográfico**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm). Vários acessos.

\_\_\_\_\_. **Microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/microdados.shtm>. Vários acessos.

INEP. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC, 2003. 40 p.

SOARES, S. S. D. (2008-a). A Demografia da Cor: A Composição da População Brasileira de 1890 a 2007. In: Theodoro, Mário. (Org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos Após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008, v. , p. 97-117.

SOARES, S. S. D. (2008-b). A Trajetória da Desigualdade: A Evolução da Renda Relativa dos Negros no Brasil. In: Theodoro, Mário. (Org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos Após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008, v. , p. 119-129.

